

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÍVEL MESTRADO
SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

IGOR DE OLIVEIRA ROCHA

ENTRE POBREZA E PANDEMIA: um estudo multidimensional sobre as famílias
vulneráveis no bairro Tancredo Neves em Manaus

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS, LUTAS SOCIAIS E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS

MANAUS – AMAZONAS

2023

IGOR DE OLIVEIRA ROCHA

ENTRE POBREZA E PANDEMIA: um estudo multidimensional sobre as famílias
vulneráveis no bairro Tancredo Neves em Manaus

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS, LUTAS SOCIAIS E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do título de mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Yunier Sarmiento Ramirez

MANAUS – AMAZONAS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R672e Rocha, Igor de Oliveira
Entre pobreza e pandemia : um estudo multidimensional sobre as famílias vulneráveis no bairro Tancredo Neves em Manaus / Igor de Oliveira Rocha . 2023
122 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Yunier Sarmiento Ramirez
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

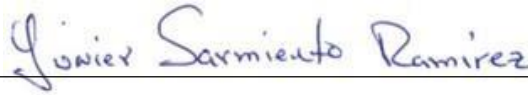
1. Pandemia. 2. Políticas Sociais Públicas. 3. Pobreza Multidimensional. 4. Índice de Pobreza Multidimensional. I. Ramirez, Yunier Sarmiento. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração Serviço Social, Políticas Sociais, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia e linha de pesquisa Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

ENTRE POBREZA E PANDEMIA: um estudo multidimensional sobre as famílias vulneráveis no bairro Tancredo Neves em Manaus

Defendida em 03 de Julho de 2023.



Doutor Yunier Sarmiento Ramirez
Orientador / Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Examinadora Interna / Universidade Federal do Amazonas
(UFAM)

Doutora Neimy Batista da Silva
Examinadora Externa / Universidade Federal de Goiás (UFG)

Doutora Lidiany de Lima Cavalcante
Examinadora Interna / Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
(suplente)

Doutor Renato Francisco dos Santos de Paula
Examinador Externo / Universidade Federal de Goiás (UFG)
(suplente)

DEDICATÓRIA

A mim mesmo que transformei em palavras cada lágrima que derramei e construí este trabalho e a todos aqueles que tem coragem e determinação de cursar a pós-graduação na esperança de dias melhores!

AGRADECIMENTOS

Chegou o dia de agradecer.

Expresso minha gratidão a mim pela persistência de não desistir durante a jornada da pós-graduação, os momentos em que pensei em parar também foram os que lembrei porque eu decidi estar aqui.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGS) por me permitir vivenciar a experiência única de pesquisar na Amazônia brasileira. Sempre foi um sonho voltar a este lugar e pesquisar sobre este lugar e hoje posso dizer que materializei o que era apenas um sonho.

Enalteço aqui as discentes da turma de 2021 que compartilharam comigo os momentos mais marcantes de cursar uma pós-graduação durante um período turbulento de crise sanitária e distanciamento social. Abracei cada uma de vocês pela primeira vez com a certeza de que trocamos experiências que somente nós entendemos.

Quero agradecer, em especial, ao meu orientador Dr. Yunier Sarmiento Ramirez por ter suportado pacientemente os momentos de procrastinação, bloqueio, dúvidas e anseios que tive durante a construção deste trabalho.

A professora Dra Socorro Chaves que me recebeu no Grupo Interação e aceitou o convite de compor banca avaliadora deste trabalho com respeito, carinho e excelência como em todos os trabalhos que desenvolve.

A professora Dra Neimy Batista que tenho como um dos exemplos de profissional humana e respeitosa que contribuiu em todos os sentidos com a minha formação profissional e no aceite a compor esta banca avaliadora, obrigado.

Ao professor Dr. Renato de Paula por me prestigiar com o seu compromisso, respeito e contribuições qualificadas para com este trabalho, foi uma honra tê-lo nesta etapa de formação profissional.

A Daiany Cavalcante e Maria Raimunda que compartilharam comigo confidências, alegrias e risadas para que o processo se tornasse mais prazeroso, muito obrigado.

Ao professor Dr. Jefesson Pereira que me conduziu com excelência a realização do estágio docente deixo meu muito obrigado.

Por fim, agradeço a todos, todas e todos que me ouviram durante estes 28 meses falar sobre o processo de desenvolvimento deste trabalho e me apoiaram de alguma forma.

EPÍGRAFE

“Todos nós temos nossas máquinas do tempo. Algumas nos levam para trás, são chamadas memórias. Outras nos levam para frente, são chamados sonhos”.

Jeremy Yons

RESUMO

O Brasil foi um dos países que mais vê a pobreza avançar durante a pandemia, pois como sabemos, a pobreza não é uma criação da pandemia, mas de um sistema socioeconômico destrutivo que tem como fruto a perversidade do capital contra os trabalhadores aprofundada no contexto pandêmico. A pandemia do coronavírus (Covid-19), evento sem precedente na história recente, terá efeitos expressivos e ainda pouco dimensionados sobre a sociedade, seus desdobramentos não alcançaram somente a dimensão econômica, mas impactaram substancialmente a dimensão social do país ao demonstrar a inexistência de uma rede de proteção social consolidada para atendimento das demandas apresentadas no decorrer da crise sanitária. Dito isto, este trabalho tem como objeto de estudo investigar a repercussão da pandemia Covid-19, no processo de empobrecimento de famílias em situação de vulnerabilidade do bairro Tancredo Neves no município de Manaus no período de 2019 e 2021. Partindo dessa premissa indaga-se: Qual a repercussão da pandemia no que diz respeito ao empobrecimento vivenciado pelas famílias em situação de vulnerabilidade do bairro Tancredo Neves no município de Manaus? Para isso, o estudo teve como objetivo geral, analisar a repercussão da pandemia no processo de empobrecimento de famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves no município de Manaus. Esta pesquisa utilizou a metodologia de análise da pobreza multidimensional elaborada por Alkire e Foster (2011) a partir da construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), a partir de dimensões e indicadores selecionados sobre políticas sociais públicas e acesso aos bens e serviços públicos e privados. Nesse sentido, o estudo assume relevância social ao elucidar a sociedade civil, academia e instituições científicas quais foram os impactos de ordem social e especificamente aqueles relacionados a pobreza questão decorrentes da pandemia do Covid-19, sendo este um tema recente, novo e de interesse público. Desta forma, trata-se de um estudo comparativo, onde busca-se por meio da análise dos dados construir um cenário comparativo do IPM em dois momentos de tempo, os anos de 2019 e 2021, para então colocar a prova se durante a pandemia da Covid-19 as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves em Manaus sofreram com o aumento da pobreza nas diversas dimensões da vida social. Dito isto, foram utilizados os seguintes modalidades de pesquisa: bibliográfica, de campo utilizando-se um formulário criado na plataforma *Google Forms* aplicado pelo próprio pesquisador na amostra de população selecionada para a pesquisa; O *locus* da pesquisa foi o bairro Tancredo Neves, zona leste do município de Manaus, capital do estado do Amazonas, Brasil. A dissertação encontra-se organizada em introdução, três capítulos e por último, as considerações finais onde são apresentadas as porcentagens de privação (P) e não provação (NP) das dimensões e indicadores escolhidos para a pesquisa por meio de gráficos que apresentaram um empobrecimento durante o período pandêmico; isto foi observado a partir do cálculo da taxa de incidência (H) e intensidade da pobreza (A) que apresentaram o resultado do IPM de 0,25 para 2019 e 0,40 para 2021 confirmando que houve um empobrecimento das famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves durante o período estudado.

Palavras-Chave: Pandemia; Políticas Sociais Públicas; Pobreza Multidimensional; Índice de Pobreza Multidimensional.

ABSTRACT

Brazil was one of the countries that saw poverty increase the most during the pandemic, because as we know, poverty is not a creation of the pandemic, but of a destructive socioeconomic system that results in the perversity of capital against workers deepened in the pandemic context. . The coronavirus pandemic (Covid-19), an unprecedented event in recent history, will have significant and still insignificant effects on society, its consequences not only reached the economic dimension, but substantially impacted the social dimension of the country by demonstrating the lack of a consolidated social protection network to meet the demands presented during the health crisis. That said, this work aims to investigate the repercussions of the Covid-19 pandemic, in the process of impoverishment of families in vulnerable situations in the Tancredo Neves neighborhood in the municipality of Manaus in the period 2019 and 2021. Based on this premise, we ask : What is the repercussion of the pandemic with regard to the impoverishment experienced by vulnerable families in the Tancredo Neves neighborhood in the municipality of Manaus? To this end, the general objective of the study was to analyze the impact of the pandemic on the process of impoverishment of vulnerable families in the Tancredo Neves neighborhood in the municipality of Manaus. This research used the multidimensional poverty analysis methodology developed by Alkire and Foster (2011) based on the construction of the Multidimensional Poverty Index (IPM), based on selected dimensions and indicators on public social policies and access to public goods and services and private. In this sense, the study assumes social relevance by elucidating to civil society, academia and scientific institutions what the social impacts were and specifically those related to poverty resulting from the Covid-19 pandemic, this being a recent, new and innovative topic. public interest. In this way, this is a comparative study, where, through data analysis, we seek to build a comparative scenario of the IPM in two moments of time, the years 2019 and 2021, to then test whether during the coronavirus pandemic Covid-19 vulnerable families in the Tancredo Neves neighborhood in Manaus suffered from the increase in poverty in the various dimensions of social life. That said, the following research modalities were used: bibliographic, field using a form created on the Google Forms platform applied by the researcher himself in the population sample selected for the research; The locus of the research was the Tancredo Neves neighborhood, east of the municipality of Manaus, capital of the state of Amazonas, Brazil. The dissertation is organized into an introduction, three chapters and finally, the final considerations where the percentages of deprivation (P) and non-ordeal (NP) of the dimensions and indicators chosen for the research are presented through graphs that showed an impoverishment during the pandemic period; This was observed from the calculation of the incidence rate (H) and poverty intensity (A) which presented the IPM result of 0.25 for 2019 and 0.40 for 2021, confirming that there was an impoverishment of vulnerable families in the Tancredo neighborhood Snowfall during the studied period.

Keywords: Pandemic; Public Social Policies; Multidimensional Poverty; Multidimensional Poverty Index.

LISTA DE SIGLAS

AE – Auxílio Emergencial

AF – Alkire e Foster

AGEMAN – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus

BM – Banco Mundial

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CF – Constituição Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EAD – Ensino a Distância

ESPII – Emergência de Saúde Pública de Nível Internacional

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Trabalhador Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Transexual, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual

MDS – Movimento Democrático Brasileiro

MEI – Microempreendedor Individual

NP – Não Privação

ODMs - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OIT – Organização Internacional do Trabalho OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

P - Privação

PBF – Programa Bolsa Família

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PF – Polícia Federal

PL – Partido Liberal

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNM – Política Nacional de Medicamentos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PT – Partido dos Trabalhadores

RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano

SEDECTI – Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Informação

SES – Sistema de Esgotamento Sanitário

SUHAB – Superintendência de Habitação

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNDP - United Nations Development Programme

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Composição Familiar	79
Gráfico 02: Tempo de residência no bairro Tancredo Neves	80
Gráfico 03: Renda total familiar em reais	81
Gráfico 04: Acesso aos serviços de saúde pelas famílias	81
Gráfico 05: Acesso à medicamentos pelas famílias	84
Gráfico 06: Acesso a instalações sanitárias	85
Gráfico 07: Percentual de indivíduos empregados nas famílias	86
Gráfico 08: Acesso a estabilidade no trabalho	87
Gráfico 09: Condições de moradia	88
Gráfico 10: Acesso a equipamentos domésticos	89
Gráfico 11: Analfabetismo na família	90
Gráfico 12: Conclusão do ensino fundamental escolar	91
Gráfico 13: Oportunidade de qualificação profissional	92
Gráfico 14: Acesso ao Programa Bolsa Família (PBF)	92
Gráfico 15: Acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	94
Gráfico 16: Acesso ao Auxílio Emergencial (AE)	95
Gráfico 17: Acesso aos serviços públicos e/ou privados	97
Gráfico 18: Distribuição percentual de famílias segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de densidade demográfica por bairro em Manaus	62
Figura 02: Estimativa populacional da Zona Leste de Manaus, Amazonas nos anos de 2010 e 2021	63
Figura 03: Processo de aplicação do método AF	66
Figura 04: Processo de aplicação do método AF	70
Figura 05: Processo de aplicação do método AF	71
Figura 06: Imagem via satélite do bairro Tancredo Neves	75
Figura 07: Localização dos bairros da cidade de Manaus, Amazonas	77
Figura 08: Vulnerabilidade social a covid-19 na cidade de Manaus, Amazonas	78
Figura 09: Demonstrativo escalar do IPM dos anos de 2019 e 2021	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Beneficiários do BPC em Manaus – Amazonas	95
Tabela 02: Comparativo e cálculo do IPM entre os anos de 2019 e 2021	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Dimensões e Indicadores das Políticas Sociais Públicas	67
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – A POBREZA E A EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO EM UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL	
1.1 Perspectivas teóricas sobre a categoria pobreza enquanto expressão da questão social e suas implicações no contexto pandêmico	24
1.2 Possibilidades de mensuração da pobreza a partir de uma abordagem multidimensional	32
CAPÍTULO II – A NECESSIDADE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DO CAPITAL	
2.1 Estado, capitalismo e políticas sociais públicas	41
2.2 Estado Interventivo e políticas sociais públicas no enfrentamento à pobreza no Brasil ...	51
CAPÍTULO III – POBREZA MULTIDIMENSIONAL E PANDEMIA: UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS VULNERÁVEIS DO BAIRRO TANCREDO NEVES EM MANAUS	
3.1 Aspectos operacionais da análise multidimensional da pobreza	61
3.2 Pandemia e pobreza multidimensional: a realidade das famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves	73
3.3 Aspectos socioeconômicos das famílias do bairro Tancredo Neves	79
3.4 Um olhar na realidade: estudo comparativo entre os anos de 2019 e 202	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	115
Apêndice B – Instrumento para Coleta de Dados: Formulário	118

INTRODUÇÃO

A Covid-19 é uma doença infecciosa que teve seu primeiro caso notificado na China, na cidade de Wuhan, em meados de dezembro de 2019, sendo descoberto e notificado em 07 de janeiro de 2020. Em 30 de janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constituiu uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” (ESPII). Em março, os continentes registraram casos da doença, o que levou a OMS a declarar o Covid-19 como uma pandemia, em 11 de março de 2020.

No Brasil, a pandemia encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes incisivos nas políticas públicas sociais fazendo com que as sequelas desta emergência a saúde nacional tenham implicações e aprofundamento das desigualdades sociais gerando um empobrecimento generalizado na sociedade brasileira.

Segundo Davis (2020, p.19), a Covid-19 “entra pela porta da frente como um monstro familiar, e logo demonstra debilidade dos sistemas de saúde em lidar com a situação, principalmente ao encontrar um legado de políticas de austeridade em diversos países onde esta realidade se expressa mais destrutiva e letal para a população que vive em situação de vulnerabilidade”. A expansão e disseminação do vírus nas periferias dos centros urbanos escancarou a perversa desigualdade social e econômica do país. Assim, se espalhou rapidamente pelos estratos mais vulneráveis, expondo instantaneamente quais populações seriam as vítimas da pandemia.

O aparecimento da Covid - 19 e seu avanço acelerado explicitou a crise sanitária em inúmeros países. No Brasil, o legado de sucessivas contrarreformas do Estado, de políticas de austeridade, de cortes no orçamento para as políticas públicas sociais demonstrou que o Sistema Único de Saúde (SUS) encontrava-se fragilizado e despreparado para atender a demanda. As desigualdades que já eram presentes se tornaram mais expostas e radicalizadas, exacerbando as expressões da questão social.

A questão social tem se tornando cada vez mais presentes no município de Manaus gerando um empobrecimento cada vez maior da população vulnerável, agudizando o pauperismo e as sequelas advindas deste. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pobreza é decorrente de fatores econômicos e sociais frutos da apropriação privada da riqueza, existentes no modo de produção capitalista.

Estes, nomeados de “vulneráveis”, necessitam de políticas públicas e sociais efetivas que garantam condições quer sejam mínimas para sua sobrevivência. Todavia, não somente

a existências de políticas pode garantir isto, mas o acesso a bens e serviços devem ser viabilizados equitativamente. Ivo (2008, p. 36) sinaliza que “um dos fatores condicionantes e de reprodução da pobreza além da insuficiência de renda, é a seletividade de acesso às políticas sociais e (inclusive as de proteção social)” pelos trabalhadores, visto que não tendo acesso ao mínimo necessário para a sobrevivência individual e de suas famílias, também ficam desprotegidos pelo aparato do Estado que não efetiva uma proteção social a estes sujeitos.

Sobre esse cenário de omissão dos direitos e acesso aos bens e serviços públicos e privados Sposati (2020, p.5) nos que diz que “foi a partir da opção do governo brasileiro pelo neoliberalismo, aferrada nos últimos três anos e guiada pela força do mercado, pelo individualismo e pelo Estado mínimo com sensível redução da proteção social” que as políticas públicas sociais têm retrocedido ao serem tratadas com austeridade e solapadas em seus recursos financeiros com cortes significativos pelo Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Morte.

Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano de 2019, “estima-se que a população brasileira, com precárias condições de isolamento social, esteja composta por 12 milhões de desempregados”, cerca de 50 milhões em atividades informais (parte entre os desempregados), 14 milhões de famílias, ou cerca de 45 milhões de pessoas em pobreza extrema e cerca de 150 mil pessoas em situação de rua. Uma soma de 100 milhões de brasileiros, sem incluir os Microempreendedores Individuais (MEIS) que quebraram ou entraram no caótico ritmo de dívidas devido ao esfriamento do mercado durante a pandemia.

Medir a pobreza de forma multidimensional é essencial para que ações voltadas para o combate da pobreza sejam direcionadas ou focadas nas dimensões ou nos desafios que as pessoas estão efetivamente enfrentando. Desde meados da década de 80, no século XX, a pobreza é apresentada como um fenômeno multidimensional, ou seja, para definir quem são os pobres determinada população ou região, além da análise de informações expressas na renda dessas pessoas, também se devem levar em conta características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem-estar dos indivíduos (SILVA, et. al., 2017, p. 10).

A pandemia tem testado, de maneira incisiva, os sistemas de saúde, de proteção social e capacidade de líderes políticos mundiais de coordenar a crise e gerar consenso em seus países, críticas recorrentes têm sido atribuídas às lideranças de países que foram afetados posteriormente pela crise e que teriam perdido a oportunidade de aprender as lições trazidas por outros Estados afetados inicialmente pela pandemia.

No Brasil, a resposta à pandemia, a nível federal, tem sido permeada por conflitos entre a equipe técnica e a direção política. A tensão entre a implementação de medidas de isolamento

social horizontal e a necessidade de se manter a economia funcionando reforçada pela narrativa encampada pelo discurso presidencial, que privilegia a economia em detrimento das medidas de prevenção à doença, a crise apresenta, portanto, um duplo desafio aos governos mundiais, que devem conter a pandemia e responder, ao mesmo tempo, às suas implicações econômicas e sociais.

Neste contexto, o Brasil é um dos países que mais vê a pobreza avançar durante a pandemia, pois como se sabe, a pobreza não é uma criação da pandemia, mas de um sistema socioeconômico destrutivo que tem como fruto a perversidade do capital contra os trabalhadores. Isto, por sua vez, não é novidade, mas uma tragédia anteriormente anunciada para a classe trabalhadora e aprofundada no contexto pandêmico.

É consenso que a pandemia do coronavírus (Covid-19), evento sem precedente na história recente, terá implicações expressivas e ainda pouco dimensionados sobre as áreas da sociedade. No contexto econômico e, em particular, do mercado de trabalho, a perspectiva global de recessão entre os países da América do Sul (Barbosa, Costa, Hecksher, 2020). Recessão esta que produz uma diminuição das vagas de trabalho e da renda per capita, levando o país a obter um amplo número de famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social que demandam ação do Estado para suprir suas necessidades, a partir então, de políticas sociais para o seu enfrentamento.

Contudo, a pandemia e seus desdobramentos não alcançaram somente a dimensão econômica, mas impactaram substancialmente a dimensão social do país ao demonstrar que não possuíamos uma rede de proteção social consolidada para atendimento das demandas que eram apresentadas no decorrer da crise sanitária. Diante dos níveis elevados de desigualdade de renda e de acesso a serviços no Brasil, faltam motivos para esperar um impacto desproporcional da Covid-19 entre os mais vulneráveis no país. (Pires, Carvalho, Xavier, 2020).

Nesse sentido, o estudo assume relevância social ao elucidar a sociedade civil, academia e instituições científicas quais foram os impactos de ordem social e em especial aqueles relacionados a pobreza que são decorrentes da pandemia do Covid-19, sendo este um tema recente de interesse público.

Teoricamente, esta pesquisa apresenta como contribuição um estudo realizado sobre a relação entre a pandemia do coronavírus e a pobreza sendo pioneiro ao analisar uma realidade inusitada, complexa e veloz, de agravamento de uma doença infecciosa e que suscitou tantos impactos à sociedade. Esta análise se efetivou a partir de um diferencial ao estudar a pobreza durante a pandemia tendo como base suas multidimensionalidades analisadas a luz de um panorama multidisciplinar e interpretado no âmbito do Serviço Social, utilizando para isso

indicadores socioeconômicos que expressem o retrato da realidade social.

Para o Serviço Social, que historicamente atua no enfrentamento das desigualdades sociais, que se traduzem nas expressões da questão social, objeto de intervenção da profissão, esta discussão toma elevadas proporções em contextos de pandemia, pois o Covid – 19 apesar de se apresentar aos indivíduos em diversas camadas sociais incide de forma mais contundente na população em situação de vulnerabilidade. Dito isto, Iamamoto (1992) descreve o Serviço Social como um produto histórico, sendo que sua gênese está diretamente ligada à realidade social em determinado momento histórico do capitalismo, como um agente capaz de responder às manifestações emergentes da questão social.

Para o programa de pós-graduação em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) este trabalho contribui expressivamente ao ser o primeiro trabalho neste programa a realizar uma análise considerando as particularidades da Amazônia no contexto pandemia a partir de uma análise multidisciplinar da pobreza e analisada pelo Serviço Social tendo como ponto de partida as dimensionalidades deste fenômeno. Daí a necessidade de se ampliar o escopo das análises da pobreza no Brasil, que agora não mais se baseiam apenas pela ótica da renda, mas também, focaliza no estudo das necessidades básicas e se incrementa, à definição de pobreza, um caráter multidimensional (Silva, et. al., 2017).

Desta forma, a profissão de assistente social perpassa a dinâmica das relações de produção e reprodução sociais, entrelaçadas com as correlações de força entre as classes sociais e o Estado. Partindo dessa premissa e do significado social da profissão, indagasse: Qual a repercussão da pandemia no que diz respeito ao empobrecimento vivenciado pelas famílias em situação de vulnerabilidade do bairro Tancredo Neves no município de Manaus? Dito isto, este trabalho tem como objeto de estudo investigar a repercussão da pandemia Covid-19, no processo de empobrecimento de famílias em situação de vulnerabilidade do bairro Tancredo Neves no município de Manaus no período de 2019 e 2021. Para isso, o estudo teve como objetivo geral, analisar a repercussão da pandemia no processo de empobrecimento de famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves no município de Manaus. Assim para a efetivação desse objetivo foram construídos três objetivos específicos, sendo eles: Aprofundar o debate sobre a pobreza a partir de uma abordagem multidimensional a relevância de seu combate enquanto expressão da Questão Social; Elucidar as estratégias e políticas públicas sociais utilizadas pelo Estado no enfrentamento a Pobreza no contexto de acirramento da crise do capital; Evidenciar os efeitos da pandemia de covid-19 a partir de um índice de pobreza multidimensional para as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves na cidade de Manaus.

Considera-se que durante o desenvolvimento da investigação científica que se apreende o processo de desvendamento da realidade. Neste estudo, o procedimento metodológico adotado percorreu inúmeras fases interligadas que constituíram um recurso didático para a operacionalização da investigação.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo explicativo, pois, “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2010, p. 20); esta, por sua vez, é a modalidade que faz com o estudo mais se aproxime da realidade, buscando assim, explicar os processos de desenvolvimento dos fenômenos.

Assim, a abordagem buscou-se a obtenção de dados de natureza quantitativa e qualitativa. Enquanto a análise quantitativa busca a extensão e trabalha com dados, indicadores e tendências, a análise qualitativa visa a profundidade e, assim, trabalha com valores, crenças, opiniões, atitudes e representações. Optou-se por utilizar a análise mista por entender que “o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles se interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 2002, p. 22).

Assim, utilizou-se a metodologia de análise da pobreza multidimensional elaborada por Alkire e Foster (2011) a partir da construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) tendo como amostra parte da população do bairro Tancredo neves no município de Manaus. Para a elaboração do índice recorreu-se a dimensões e indicadores selecionados a partir da bibliográfica encontrada e que versam sobre políticas sociais públicas e acesso aos bens e serviços públicos e privados.

Desta forma, trata-se de um estudo comparativo, onde busca-se por meio da utilização da análise dos dados construir um cenário comparativo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) em dois momentos de tempo, os anos de 2019 e 2021, para então colocar a prova se durante a pandemia da Covid-19 as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves em Manaus sofreram com o aumento da pobreza nas diversas dimensões da vida social.

Dito isto, foram utilizados os seguintes tipos de pesquisa a saber; a pesquisa bibliográfica, realizada a partir do material elaborado sobre a temática os quais consubstanciaram as reflexões realizadas durante as etapas da pesquisa, desde sua escolha até a apresentação dos resultados. O portfólio bibliográfico composto de diversificadas modalidades de materiais os quais incluem: livros de leitura corrente e de referência, publicações periódicas/revistas e produções acadêmicas teses e dissertações.

Pesquisa de Campo, que segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 45) “é a que se utiliza

com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar (...)” ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los.

Neste trabalho, a pesquisa de campo ocupou-se em perquirir o objeto de estudo utilizando-se um formulário criado na plataforma *Google Forms* aplicado pelo próprio pesquisador na amostra de população selecionada para a pesquisa; o formulário é constituído de perguntas abertas e fechadas e busca a natureza dos dados direcionada para a análise quanti-qualitativa, que de acordo com Goldenberg (2009, p. 31), “aponta para a análise concernente a complexidade do problema, permitindo assim o cruzamento de dados e informações de maneira mais precisa e flexível”.

O *locus* da pesquisa foi o bairro Tancredo Neves, zona leste do município de Manaus, capital do estado do Amazonas, Brasil. Manaus é a capital do estado do Amazonas encontra-se localizada na região nordeste do território amazonense a margem esquerda do rio negro, possui extensão territorial de 11.401,092 km² sendo a maior cidade em população do estado e da região norte.

A dissertação encontra-se organizada em introdução, três capítulos e as considerações finais, sendo o primeiro capítulo, intitulado “A pobreza enquanto expressão da questão social no contexto pandêmico e seu debate a partir de uma abordagem multidimensional” apresenta-se de as concepções de pobreza a partir de uma leitura bibliográfica do Serviço Social, que concebe a pobreza como uma expressão da questão social, e outras áreas do saber que a concebem como falta de condições econômicas que subsidiem a aquisição das necessidades materiais humanas. Ademais, fomenta-se um debate sobre as abordagens metodológicas utilizadas para estudo da pobreza de forma unidimensional, fomentando uma crítica que tem como objetivo a proposição de uma análise que ultrapasse a ótica financeira darente e englobe as demais dimensões da vida social em uma abordagem multidimensional.

O segundo capítulo versa sobre “A necessidade do estado e das políticas sociais públicas no enfrentamento a pobreza no contexto de acirramento do capital” apresenta a priori o percurso histórico, econômico e social de concepção e criação do Estado e os primeiros esboços da criação de políticas públicas no contexto de industrialização, organização política da classe trabalhadora e avanço do capital no Brasil. Logo então, propõe-se compreender e debater a necessidade de um Estado enquanto figura de poder interventivo que enfrente a pobreza no limiar de um arcabouço de políticas sociais públicas que mitiguem os efeitos do pauperismo e da pobreza, mas que não alcançam as estruturas da acumulação capitalista, produzindo e

reproduzindo a pobreza em determinados contextos políticos e sociais de agravamento da questão social.

Assim, o terceiro capítulo trata-se sobre a “Pobreza Multidimensional e Pandemia: um estudo sobre as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves em Manaus” onde neste capítulo, apresenta-se como se sucedeu a escolha metodológica para esta pesquisa destacando os aspectos operacionais da utilização do método Alkire e Foster de análise da pobreza multidimensional explicitando as dimensões e indicadores considerados neste estudo. Logo, apresenta-se os aspectos históricos e geográficos do bairro Tancredo Neves, enfatizando a sua escolha enquanto locus de pesquisa e a caracterização deste como bairro onde habitam famílias em situação de vulnerabilidade. Ainda neste capítulo apresenta-se nos dois últimos itens o perfil socioeconômico das famílias vulneráveis tendo como base os dados da pesquisa de campo. Por último, discorre-se sobre os resultados da pesquisa comparativa entre os anos de 2019 e 2021 e sobre o empobrecimento destas a partir do índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Por último, tece-se as considerações finais onde apresenta-se os principais resultados obtidos, as reflexões sobre a relevância da realização deste trabalho dissertativo bem como as dificuldades que limitaram o aprofundamento da pesquisa no cenário de crise sanitária. Ademais, apresenta-se as potencialidades de continuidade deste trabalho em outros níveis de pós-graduação e o produto que essa dissertação oferece, tendo em vista a necessidade de se publicizar os conhecimentos produzidos na unidade, se os objetivos foram alcançados e como poderiam subsidiar novas pesquisas no âmbito do Serviço Social e de outras áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, a proposição e aprimoramento de políticas públicas eficientes e uma nova visão sobre o fenômeno da pobreza.

CAPÍTULO I – A POBREZA E A EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO EM UMA ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

Este capítulo apresenta de forma concisa as concepções de pobreza a partir de uma leitura bibliográfica do Serviço Social, que concebe a pobreza como um expressão da questão social, e outras áreas do saber que a concebem como falta de condições econômicas que subsidiem a aquisição das necessidades materiais humanas. Ademais, fomenta-se um debate sobre as abordagens metodológicas utilizadas para estudo da pobreza de forma unidimensional, fomentando uma crítica que tem como objetivo a proposição de uma análise que ultrapasse a ótica financeira da renda e englobe as demais dimensões da vida social em uma abordagem multidimensional.

1.1 Perspectivas teóricas sobre a categoria pobreza enquanto expressão da questão social e suas implicações no contexto pandêmico

A pandemia Covid-19, anteriormente referenciada como 2019-nCoV, tem sua origem no vírus SARS-CoV-2. Esta teve sua eclosão em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China. A Covid-19 continua a se espalhar pelo mundo. Inicialmente, o epicentro do surto foi na China, com casos notificados no país ou trazidos por viajantes (Mckibbin; Fernando, 2020).

No dia 1º de abril de 2020, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OPAS, 2020), foram identificados epicentros nos seguintes países: EUA (203.608 casos e 4.476 mortos), Itália (110.574 casos e 13.155 mortos), Espanha (102.136 casos e 9.053 mortos), França (56.989 casos e 4.032 mortes), China (81.554 infectados e 3.312 mortos) e Brasil (6.836 infectados e 240 mortos). Consequentemente, em razão do risco de saúde pública que a Covid-19 representa, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública em março de 2020 (Junior, Rita, 2020, p. 15).

A pandemia de Covid-19 vem demonstrando que alguns grupos, sob o aspecto social e econômico, são ainda mais suscetíveis à doença que outros. Se de um lado diversos carecem de condições necessárias para o auto isolamento, no outro, uma elite reduzida e seleta demonstra o poder do privilégio em uma pandemia, distinguindo quais pessoas estarão mais expostas ao vírus (Ferreira, Silva, 2021, p.23).

Denota-se então, que as epidemias¹ e pandemias que afligem a população em determinados períodos históricos provocam diversas implicações ora irreparáveis. Dito isto, é necessário suscitar reflexões sobre a pandemia de Covid-19 ante as assimetrias que tal emergência sanitária global vem produzindo em contextos de desigualdades no Brasil, materializando-se em níveis alargados de pobreza. Sobre isso, ressalte-se que,

a pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento. Nessa história, não se pode esquecer o peso da “tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade”. Estamos nos referindo a uma sociedade desde sempre desigual e dividida entre enclaves de ‘modernidade’ e uma maioria sem lugar, uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias (YAZBEK, 2012, p. 86).

Sabe-se que as desigualdades sociais provocam situações mais precárias de adoecimento e morte à classe trabalhadora, sendo distinto o impacto de acordo com o lugar ocupado pelos grupos populacionais na estrutura social. Assim, cabe acrescentar que essa condição na sociedade tem a ver com questões históricas, com o contexto político, econômico e as disparidades sociais produzidas segundo classe social, gênero e raça, características próprias da questão social.

Para Iamamoto e Carvalho (1995, p. 77), a questão social significa

expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.

Então, esta se apresenta na complexidade da ampla estrutura social, em especial nas relações de exploração sustentadas na dinâmica capital-trabalho, e é uma manifestação inseparável do capitalismo. Sua causalidade se deve a elementos históricos, políticos, culturais, dentre outros, baseados na relação antagônica e controversa entre a capacidade social de produzir riqueza e um numeroso contingente de membros sem condições materiais de vida, é fruto então de uma escassez socialmente produzida, erguida sob o comando do capital (Netto, 2011). Assim, as vidas cotidianas² (Galheigo 2020) das populações vulneráveis envolvem problemáticas sociais, culturais, econômicas, políticas e territoriais, com reduzida inserção e participação social. Suas experiências são marcadas pelo não acesso a bens sociais necessários

¹ A epidemia é aquela que ocorre quando diversos bairros apresentam certa doença, em nível estadual ocorre quando diversas cidades registram casos e em nível nacional, quando a doença ocorre em diferentes regiões do país.

² Refere-se aqui aos processos mais amplos que envolvem os sujeitos para a compreensão de cotidiano. Entende-se que a palavra cotidiano não se apegua a objetivos para compreensão da realidade social, buscando entender a vida diária enquanto lugar de circulação subjetiva, cultural, política, econômica e histórica, conforme experiências vividas, desejos e sonhos (Galheigo, 2020).

para a própria manutenção da vida, individual e coletiva, impossibilitando a vivência significativa para si e para o seu grupo de pertencimento.

Segundo Yazbek (2009, p. 22), “as pessoas ou grupo vulneráveis como são nominados, são asque por condições sociais, de classe, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida”. O que pode ocasionar facilidade à exploração, limitação à liberdade, redução da autonomia, da autodeterminação bem como redução de capacidades, fragilização de laços de convivência, rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco. No Brasil, como país subdesenvolvido, a vulnerabilidade social associada também à ideia de risco frente as expressões da questão social como: desemprego, precariedade do trabalho, pobreza e à falta de proteção social.

Estes aspectos ficam ainda mais evidentes em situações limites, como as impostas pelo contexto da pandemia de Covid-19, onde vidas precárias ficam ainda mais passíveis à morte, e a opressão em eminência se coloca como necrófila (Freire, 1987), para além do sentido simbólico, enunciando sobre quais vidas são passíveis de morrer.

Sendo assim, é necessário suscitar reflexões sobre as implicações da pandemia de Covid-19 em populações socialmente vulneráveis, rompendo com a ideia de uma doença democrática (Calmon, 2020, p. 52). É necessário refletir sobre as problemáticas que envolvem o isolamento social e as demais recomendações de prevenção³ mas se mira, em especial, na compreensão de como as questões macrosociais têm relação direta com o desenvolvimento da doença e a forma como afeta os diferentes grupos populacionais. Dito isto, a desigualdade social enquanto fenômeno estruturante das relações sociais capitalista, pode se expressar de diversas maneiras, tendo como uma de suas expressões: a pobreza.

A pobreza, segundo Yazbek (2012, p. 82). “é parte de nossa experiência diária, quando não experimentada na pele é conhecida por intermédio de manifestações sociais de nossas relações sociais”. Suas manifestações, resultado do capitalismo contemporâneo, deixam marcas nas diversas dimensões da vida social como: no trabalho, ou na falta dele, na precarização das funções, na saúde, na moradia precária e insalubre e muitas vezes na forma mais dura que pode se apresentar, a fome.

A noção de pobreza é ampla e supõe gradações que,

³ Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) As medidas de prevenção da Covid-19 envolvem o isolamento e distanciamento social, lavar as mãos com água e sabão ou com desinfetantes adequados à base de álcool (OPAS, 2020).

embora sejam entendidas a partir de uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta; usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover à sua própria subsistência e que não têm possibilidades de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão de obra que, possivelmente não será absorvida (YAZBEK, 2009, p. 73-74).

Nessa direção, categorias como classes sociais, exército industrial de reserva, proletariado, exploração e desigualdade são profícuas para explicar a pobreza na contemporaneidade. Onde, considera-se que “é na lei geral da acumulação capitalista e na substituição da força de trabalho por maquinaria bem como na tomada dos meios de produção pelo capital que a subsunção real do trabalho ao capital, consegue expulsar trabalhadores do mercado formal e constitui-los em um exército industrial de reserva” (Silva, 2010, p. 157).

Segundo Rocha (2003, p. 48), a discussão sobre o conceito de pobreza que emerge na atualidade se iniciou nos países desenvolvidos, após a euforia da reconstrução do pós-guerra, quando a academia e as instituições de financiamento ao desenvolvimento observaram que as desigualdades e a pobreza estavam intrinsecamente ligadas ao crescimento econômico que surgira no pós-guerra. Segundo a autora, isto ficou evidente quando as taxas adequadas de expansão do produto não necessariamente se difundiam por meio da sociedade, e, eram patentes tanto as dificuldades dos países ricos em eliminar redutos remanescentes de pobreza e marginalidade social, como as crescentes desigualdades sociais resultantes do processo de expansão econômica nos países subdesenvolvidos.

Para Romão (1993, p. 05), na verdade, reduzidos conceitos são tão desafiantes de ser definir como o da pobreza. Segundo este autor, pelo fato de ser uma discussão controversa, não é estranhoso o fato de que em um mesmo estudo ocorra variação nas estimativas de incidência de pobreza de uma mesma área geográfica; pois, a depender das diferentes percepções e conceituações da pobreza, este resultado seja ambíguo (Carvalho, *et. al.*; 2016, p.10).

Sobre as definições de pobreza, Silva *et. al.* (2011) dizem que “na literatura, bem como nas políticas públicas sociais é utilizada amplas definições para o termo pobreza, já que, esta categoria, com uma gama de significados seja um fenômeno complexo e de diversas definições”. A tarefa de conceituar a pobreza, especificamente no Serviço Social, tem longa data, suas bases de compreensão têm se fundamentado sobre o fato de que “particularmente sobre ela, ou

entorno dela, é que o/ a assistente social atua” (Siqueira, 2013, p. 233). No Serviço Social, a pobreza é entendida de diversas formas, como apresentaremos no decorrer deste item, porém convergem em determinado momento reflexivo ao compreendê-la como uma expressão da questão social que, segundo Netto (2011),

O termo “questão social” aparece na terceira do século XIX, a expressão surgiu para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante do século XVIII, com o fenômeno do pauperismo. O estágio industrial-concorrencial monta um momento de radical inovação da dinâmica da pobreza que se tornava generalizada; sobre isso Netto esclarece: “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2011, p.42).

A compreensão da pobreza como expressão da questão social, remete ao entendimento de que é a partir das contradições entre o capital e o trabalho, que as mazelas sociais ganham espaço em meio a classe trabalhadora que depende da venda de sua força de trabalho e ficam à mercê de um sistema de espoliação que as explora sem responsabilidades de garantia de sobrevivência. Nesse sentido, “a pobreza não é um aspecto marginal, ou um problema colateral do desenvolvimento capitalista, mas representa, um momento central e fundante da acumulação capitalista” (Siqueira, 2013, p. 163).

Sobre esta questão Yazbek (2009, p.62) definiu que “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”. A autora, então, afirma que a pobreza não é uma expressão da incapacidade dos indivíduos ou de suas famílias em prover suas necessidades básicas, mas está diretamente vinculada ao não acesso a bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento do ser humano, apontando para o aguçamento dos conflitos sociais, decorrentes da relação dialética entre capital e trabalho (Cronemberger; Teixeira, 2012, p.13). Na literatura do Serviço Social, a pobreza apresenta “tendências de pensamento” que levam em consideração a similaridade de análise dos objetos de estudo e valores. Estas, produzem no interior da profissão algumas concepções sobre a pobreza, seu enfrentamento e sua relação com a profissão a partir das seguintes concepções:

- a) pobreza – “necessidades” e carência, onde tem se a noção de pobre como o necessitado e/ou carente, trazendo uma abordagem econômica;
- b) pobreza – “subalternidade” e “exclusão”, caracterizando a pobreza mediante a vinculação desta com a “classe” subalterna, trazendo à tona a reflexão sobre dominantes/subalternos;
- c) pobreza – e o “popular”, concebendo a pobreza como “popular”, e o povo como fração do “povo”;

d) pobreza – e “cidadania invertida”, ao tratar da pobreza e da assistência social vinculando-a ao conceito de cidadania;

e) pobreza – “risco” e “vulnerabilidade”, que tem origem nos estudos da geografia, urbanismo, demografia e saúde;

f) pobreza – como questão (ausência) de “poder”: a panaceia do empoderamento, que é uma crítica sobre as visões ditas como equivocadas sobre a pobreza;

g) pobreza – como manifestação da Lei Geral de Acumulação Capitalista, onde a pobreza não se apresenta como parte de uma relação de desigualdade ou como um produto social, mas também como um fenômeno nas determinações do modo de produção capitalista (Siqueira, 2017, p. 233-260).

Neste sentido, ao analisar a pobreza, verifica-se que segundo Brito (2020, p. 144), a desigualdade aparece como fato se analisar a pobreza em diferentes regiões, ou entre os gêneros, ou entre as raças, ou entre pessoas sãs, doentes e deficientes, e permite concluir que alguns tem mais propensão à pobreza do que outros em função dessas desigualdades.

Yazbek *apud* Silva (2010) afirma que ao falar de pobreza refere-se não apenas a um fenômeno naturalizado de carência ou de falta, mas, a uma forma de inserção na vida social e condição de classe, onde abordando a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, trata-se também de um processo de desigualdade social próprio do modo de produção capitalista. No Brasil, “a pobreza decorre em parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda, colocando o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo” (Silva, 2010, p. 156).

Desta forma, a categoria pobreza, historicamente, esteve associado a insuficiência de renda, tomada como fator para sua aferição, todavia, ao considerar somente pela insuficiência de renda, oculta-se as limitações da vida que parte dos indivíduos é forçado a viver. Assim, analisar a pobreza, além disso, torna-se desafiante, pressupõe a compreensão de sua multiplicidade no campo teórico. Isto, por sua vez, precisa ser esmiuçado para que então possa escolher uma perspectiva de análise.

Cabe aqui lembrar as diferentes perspectivas de análise da pobreza. A abordagem mais elementar – pobreza de renda ou pobreza monetária – parte da visão de bem-estar como a capacidade de comando sobre recursos. Nesta perspectiva, ser pobre significa ter um nível de renda ou consumo abaixo de uma linha de pobreza pré-estabelecida, equivalente a um padrão mínimo considerado adequado. A abordagem das necessidades básicas vai além da renda, ao incluir a falta de acesso a serviços essenciais, tais como saúde e educação (SERRA, 2017, p.23).

A abordagem monetária é a que mais predomina no estudo da pobreza e em especial, na formulação de políticas de redução ou erradicação da pobreza (Lacerda, 2009; Codes, 2008; Silva; Lacerda; Neder, 2011). Pode-se entender a sua origem como um desdobramento dos

primeiros trabalhos de estudo da pobreza, que associavam a pobreza à ideia de subsistência. De acordo com Lacerda (2009, p. 35), “o conceito de subsistência era baseado nas necessidades nutricionais mínimas requeridas para a manutenção da eficiência física do indivíduo ou família, dependendo da unidade de análise adotada.”

Yusuf (2020) a partir de uma análise sobre os conceitos de pobreza apresenta a visão dos autores Hagenars e de Vos (1988), afirmam que

qualquer definição de pobreza pode ser inserida em uma das categorias gerais como pobreza absoluta e pobreza subjetiva; a primeira é definida por se possuir menos que o mínimo previamente estabelecido e a segunda é que pobreza é definida pelo sentimento de não se ter condições suficientes para seguir adiante, por qualquer carência que seja (p. 16).

Em outra perspectiva, o autor deixa explícito que para Rodrigues, Helfand e Lima (2018) a pobreza é entendida como sendo forma de privação de privação, podendo ou não alinhar as condições materiais de subsistência, como aos elementos de ordem cultural ou social. Nesta análise, a pobreza pode ser definida como “a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar dos indivíduos de uma sociedade, não se restringindo apenas à renda disponível, mas também ao acesso a recursos como saneamento básico, saúde e educação” (p.15).

A preocupação em determinar quem acaba sendo afetado pela pobreza e o desejo de medir [seu grau de intensidade] têm obscurecido as vezes, o fato de que [o fenômeno da] pobreza é demasiado complexo para reduzir-se a uma dimensão única da vida humana. Ainda que se ocupe de uma dimensão importante da pobreza, este conceito [renda] dá somente uma imagem parcial das muitas formas [da pobreza] (...) afetar a vida humana (REZENDE, 2014, p.7).

Assim, apesar de o acesso à renda ter significado um alívio no orçamento das famílias mais pobres e expressar um eficiente aumento da cobertura dos necessitados, ela é insuficiente para os objetivos mais amplos de segurança econômica e da integração social e da cidadania, da perspectiva do desenvolvimento (Ivo, 2008, p. 19).

Assim sendo, a pobreza é considerada como expressão direta das relações sociais na sociabilidade capitalista e “certamente não se reduz às privações materiais” (Yazbek, 2009, p. 73-74). Pelo contrário, para a autora, é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas como categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (Martins, 1991, p. 15).

Abordar a pobreza em qualquer que seja o viés, significa penetrar em um universo de dimensões insuspeitadas; pois, é marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, humilhação, fadiga, e pela alienação. Sendo que a resistência, nesse cenário, guia-se como estratégia para enfrentar essa condição e apesar de tudo, acreditar em melhores condições

para sobreviver. “Embora a renda, ainda seja considerada como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso aos bens, recursos, e serviços sociais, ao lado de outros meios de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza” (Yazbek, 2012, p.84).

Diante dessa limitação metodológica que a análise da pobreza a partir da renda apresenta, faz sentido explorar outra dinâmica de análise deste fenômeno. Para isso, a análise que este trabalho faz opção é a de perquirir a pobreza a partir de uma análise multidimensional. Estudiosos como Sen (2000), Barros, Carvalho e Franco (2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Fahel, Teles e Caminha (2016), Serra (2017), Rezende (2014), Pessoti (2020), defendem e utilizam a análise multidimensional na busca de explicar este fenômeno a partir de um prisma multifatorial e dinâmico da sociedade. Pois, segundo Demo (1996, p. 71), “o mínimo que se poderia aventar é que o cerne da pobreza não é mais apenas restrições quantitativas, sobretudo a renda, mas caracteristicamente incapacidade qualitativas”.

Para Salama e Destremau (1999), o enfoque multidimensional de análise da pobreza,

insiste na dimensão fundamentalmente social, senão política, da pobreza, porque as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais e individuais (moradia, alimentação, renda) e incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados etc (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 113-114).

A incorporação dos aspectos relacionados às condições sociais e políticas do indivíduo na identificação do pobre requer o uso de um conjunto de informações dificilmente disponíveis ou passíveis de serem quantificadas. Por isso, os trabalhos empíricos fundamentados no enfoque multidimensional se baseiam, em sua maioria, no acesso a serviços essenciais e no atendimento de necessidades básicas. Já que,

A expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social etc. contribui diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento. Há evidências até de que, mesmo com renda relativamente baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode efetivamente obter resultados notáveis da duração e qualidade da vida de toda a população (REZENDE, 2014, p.8).

Assim sendo, a multidimensionalidade encontra-se ligada a satisfação de necessidades básicas e, portanto, se baseia em um conjunto de variáveis a serem atendidas/satisfeitas, ao invés de se restringir a um elemento isolado do processo de desenvolvimento. Outra peculiaridade dessa abordagem é retirar, no plano macro, o foco exclusivo da renda para uma referência na qual a oferta de bens e serviços também torna-se fundamental.

Considera-se tal fato relevante para as análises de pobreza, porque amplia as políticas contra a pobreza para além do aumento de renda e chama a atenção para a responsabilidade da área pública-estatal na oferta dos bens públicos (Stewart, 2006). Neste sentido, a identificação da pobreza não pode se basear exclusivamente na renda/consumo, ignorando outras dimensões que influenciam o bem-estar, seja do indivíduo, da família, da comunidade, região ou país.

1.2 Possibilidades de mensuração da pobreza a partir de uma abordagem multidimensional

A preocupação com a pobreza remete ao século XVI onde em um contexto mundial de desigualdade a Inglaterra estabelece em seu território as “*Poor Laws*” (Lei dos Pobres);, estas previam em seu escopo as condições mínimas de sobrevivência aquelas pessoas consideradas pobres e que não estavam aptas ao trabalho e em contraponto a isto também designava punições para aqueles que se encontravam aptos ao trabalho, porém inativos.

Todavia, a preocupação com a pobreza começou a tomar centralidade no século XVIII, sendo entendida como um “problema social”. Isto, por sua vez, se deve ao crescimento econômico inglês, decorrente da Revolução Industrial, onde estes não viram os elevados índices de pessoas pobres diminuir, mas consideravelmente aumentarem, espalhando-se a outras partes da Europa e países em desenvolvimento no século XX.

Então, somente no final do século XX, é que estes países vivenciaram uma necessidade de melhorias sociais e econômicas a estes sujeitos pobres e a partir deste novo entendimento é que surge o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) enquanto estratégia para assegurar alguns direitos de cidadania e incluir alguns conceitos como de subsistência (nutrição), acesso a saúde e a educação (Rocha, 2003; Codes, 2008; Lacerda *et. al.*, 2013). Contudo, não bastava somente dizer que os sujeitos eram pobres, havia uma necessidade de conceituação da pobreza e sua mensuração que crescia junto com o desenvolvimento industrial.

Em um momento em que a pobreza era entendida por governantes, políticos e diversas organizações da sociedade, como algo relacionado, principalmente, à carência alimentar, surgiram algumas vozes chamando a atenção para a necessidade de pensar a pobreza de modo multidimensional, ou seja, resultante da desnutrição, da ausência de instrução, de escolaridade, de moradia adequada, do não-acesso ao emprego, do subdesenvolvimento e da concentração patrimonial e da renda (REZENDE, 2014, p. 17).

Diante disto, abriu-se margem para uma análise da pobreza sob abordagens monetárias que culminaram em diversos estudos que tratam a pobreza como sinônimo de insuficiência de renda apenas como apresenta-se a seguir.

Dentre estes estudos, destaca-se o de Rocha (2003), que argumenta que a renda, em sociedades mercantis é o mecanismo pelo qual as necessidades humanas são satisfeitas. Assim, estudiosos estabeleceram determinados parâmetros monetários (valores) que pudessem mensurar os custos das necessidades da população como: linha de indigência (relativa às necessidades alimentares) e a linha de pobreza (as necessidades mais amplas).

Barros *et. al.* (2003), também considera a renda como a dimensão central da pobreza nas sociedades mercantis, e acrescenta a isto, que

uma segunda razão para a predominância da renda na produção teórica sobre a pobreza, seria a necessidade de analisá-la por meio de medidas escalares, capazes de

ordenar situações sociais diversas, como, por exemplo, identificar os mais pobres entre os pobres, ou gerar comparações entre grupos sociais e entre diferentes sociedades (BARROS, *et. al.* 2003, p. 7).

Assim, percebe-se que as análises sobre a pobreza, possuem um caráter totalmente unidimensional ao utilizar somente o valor monetário, a renda, para explicá-la. No entanto, existem limites a esta análise estritamente monetária de mensurar a pobreza, pois, existem outras mais determinações e variáveis, que não podem ser calculadas apenas pelo valor, e que expressam situações de privação de condições materiais necessárias a sobrevivência deixando este sujeito em situação de desproteção o que demonstra a fragilidade da variável de renda (Gonçalves *et. al.* 2015).

Segundo Rocha (2003), as limitações nessa modalidade de análise relacionam-se a:

- a) seu caráter autodeclarado, já que os indivíduos tenderiam a subdeclará-la;
- b) a impossibilidade de consideração de suas flutuações episódicas
- c) dificuldades para contabilização de acesso a bens não monetizados; e
- d) a autoprodução.

Ademais, outros elementos que compõem a pobreza como: alimentação, saúde, moradia, energia elétrica, saneamento básico, educação, segurança, cultura, renda, desigualdade, capacidade de organização, de mobilização, de realizar escolhas, dentre outras, se perpassam em escalas diferentes e se retroalimentam, compondo assim, o universo de vivência de inúmeras famílias do Brasil e do mundo (Gonçalves *et. al.* 2015).

Por isso, buscando ultrapassar essa forma de análise sobre a pobreza e por entender que o conjunto de desigualdade sociais e econômicas é o que compõem o conceito de pobreza, este estudo e outros que o sucederão, buscam desenvolver uma visão multidimensional da pobreza. Aliado a isto, destaca-se o Relatório do Banco Mundial (RBM) referente a 2000-2001 o qual explicita uma mudança de concepção sobre a pobreza ao dizer que,

o presente relatório vale-se de novos dados e de um conceito multidisciplinar que, em conjunto, ampliam o leque de atividades de desenvolvimento destinadas a reduzir a pobreza em suas múltiplas dimensões. [...] A estratégia apresentada [...] reconhece que a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais (Relatório do BANCO MUNDIAL, 2000, apud SANTOS; JÚNIOR, 2013, p.218-220).

Este entendimento amplia as possibilidades de se conhecer e mensurar a pobreza, não apenas de uma perspectiva unidimensional, mas de uma pluralidade de elementos que garantem capilaridade a uma análise multidimensional da pobreza, ao levar em considerações aspectos da vida social, antes não utilizados. Vale ressaltar, que realizar uma análise deste cunho

apresenta dificuldades e limitações, pois, é necessário considerar a subjetividade dos indivíduos nas dimensões a serem definidas como mais relevantes a este método de análise.

A pobreza multidimensional é uma extensão da concepção tradicional de avaliação da pobreza, em que apenas considera-se a renda monetária como variável determinante do grau de privação dos indivíduos. Sendo que esta definição busca englobar diversas formas de privações dos indivíduos em seu âmbito social, econômico e político. Sen (2010), na sua obra abordagem das capacitações, afirma que o processo de expansão das liberdades é elemento fundamental para redução da pobreza. Esta ausência de liberdades extrapola a pobreza econômica, abarcando também a pobreza política, social ou a privação do acesso aos serviços públicos e de assistência social.

Destarte, de acordo com os preceitos teóricos de Sen (2010), a ausência de liberdades substanciais pode se relacionar com a pobreza econômica, com a ausência de programas epidemiológicos, isto é, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Citam-se ainda as privações derivadas da violação às liberdades, “resultantes diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis” (Sen, 2010, p.17).

A mensuração da pobreza não é tarefa simples. Mesmo na abordagem unidimensional baseada na renda ou no consumo, a definição de linhas de pobreza – valores reduzidos dos quais uma pessoa é identificada como pobre – conota margem a controvérsias. Embora haja consenso quanto ao caráter multidimensional da pobreza, o mesmo não ocorre a respeito de como medi-la (Serra, 2017).

Para Gonçalves *et. al.* (2015, p. 13) algumas dimensões têm-se consolidado como explicativas da pobreza, pois, estas

baseiam-se, fundamentalmente, em estratégias pragmáticas, que consideram a confiabilidade e a disponibilidade das informações, culminando num grupo de indicadores, implicitamente definidos, mas que, dada sua rápida disseminação na literatura, indicam uma boa aproximação da percepção das sociedades sobre o que seria a pobreza humana.

Entre estas dimensões, destacam-se segundo o autor:

a educação (com predominância para indicadores relacionados à alfabetização e a taxas de escolarização); a saúde (cujos indicadores são relativos à nutrição e expectativa de vida); o trabalho (ênfase em indicadores de desemprego); a renda (considerando o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a renda familiar per capita ou as linhas de pobreza); a habitação (com indicadores, especialmente relacionados acesso à água tratada); e ainda indicadores relacionados à mobilização e participação social. (GONÇALVES, *et. al.*, 2015, p. 10)

Percebe-se então, que a pobreza encontra ligada somente a falta ou não de renda ou de valor, e nem pode ser mensurada somente a partir disto, mas das privações sociais e econômicas que estes sujeitos enfrentam na sociedade e que culminam nas situações mais desiguais e

degradantes possíveis, que roubam além de suas necessidades materiais, sua subjetividade. Sobre isso Rezende (2014, p.30) nos diz que,

Em grande número de países, o crescimento econômico é acompanhado por uma disparidade cada vez maior nos níveis de renda individuais e regionais. [...] em muitos casos, o crescimento econômico significou muito pouca justiça social. Foi acompanhado pelo aumento da taxa de desemprego, pela deterioração dos serviços sociais e pelo aumento da pobreza absoluta e relativa (UL HAQ, 1978, p.25).

Por tanto, realizar uma análise sobre a pobreza multidimensional significa ampliar o prisma da cidadania e pensar o sujeito não apenas como reprodutor da força de trabalho, mas como sujeitos que sofrem espoliação física, material, biológica e subjetiva e que no contexto da pandemia da Covid-19 tiveram seus direitos de cidadania negados, seus direitos retirados e foram deixados à mercê de uma crise não somente sanitária mais sobretudo, social.

Multidimensionar uma análise sobre a pobreza não significa estagnar a análise a alguns parâmetros quantitativos ou qualitativos, mas, ampliar uma discussão sobre as possibilidades de entendimento deste fenômeno a partir de sua produção, reprodução e suas implicações na vida material dos indivíduos sociais. Para isso, os diversos estudiosos já citados se debruçaram sobre análises que contribuem efetivamente para o desenvolvimento de novas perspectivas de entendimento e combate à pobreza.

Dentre estes, podemos destacar Amartya Sen que nos diz que,

Há a necessidade de se deslocar o enfoque das medidas de desenvolvimento dos indicadores clássicos de apuração da formação da riqueza, como o PIB total e per capita, para indicadores pluralistas que expressassem como as pessoas vivem em suas sociedades, incluindo como se desenvolvem suas atividades de educação, saúde, condições de moradia, entre outras variáveis (SEN, 2000, p. 7).

Para ampliar esta concepção e análise, em 1990, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que difundiu a partir de uma nova metodologia a forma de como os índices de pobreza seriam compreendidos, extrapolando uma visão meramente econômica e apresentando ao mundo o conceito de desenvolvimento humano. Este conceito foi difundido por Mahu ul Haq (2008) com o lançamento dos Relatórios do Desenvolvimento Humano pela PNUD no mesmo ano de sua criação (Silva, 2015).

Ul Haq (2008) problematiza que enquanto a visão econômica focada apenas no crescimento econômico enquanto possibilidade de utilizar a renda como única escolha para os indivíduos, o desenvolvimento humano amplia estas escolhas, pois, leva a análise a considerar os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos tão necessários no cotidiano de uma sociedade capitalista.

O método de contagem de privações tem sido amplamente utilizado para a identificação dos pobres. O que consiste em uma averiguação de que um indivíduo ou domicílio se encontre privado ou não de um atributo para que seja considerado pobre, o que deixa de levar em conta

a liberdade de escolha na perspectiva das capacitações.

A literatura internacional apresenta diversos métodos de mensuração da pobreza multidimensional, em meio a divergências sobre a agregação ou não de diferentes atributos em um único índice⁴ Ravallion (2011) argumenta a favor de um conjunto ou painel de múltiplos indicadores, tal como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) (UNDP, 2015b), enquanto Alkire et al. (2015), entre outros, defendem a síntese das informações das diversas dimensões de pobreza em um índice escalar, como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) global (Alkire; Santos, 2010; UNDP, 2010).

Entre as alternativas para mensurar a pobreza multidimensional levando em conta a distribuição conjunta das privações, a metodologia proposta por Alkire e Foster (2011a, 2011b) tem sido a mais utilizada. Uma das vantagens apontadas pelos autores é a simplicidade do método, baseado na contagem de privações ponderadas pelos respectivos pesos para identificar os pobres. Outra vantagem do método de Alkire e Foster é a sua flexibilidade, que permite incorporar diversas dimensões de pobreza, de acordo com o contexto e a disponibilidade de dados, de modo a criar medidas complementares – não substitutas – aos índices de pobreza monetária (Alkire e Foster, 2011b; Alkire et al., 2015).

Vale ressaltar que como o método exige uma única fonte de micro dados, as dimensões componentes do índice ficam limitadas às variáveis investigadas na pesquisa e, em geral, nem mesmo as principais dimensões da pobreza (saúde, educação, renda) são investigadas em uma única pesquisa amostral ou censo demográfico.

Por isso, o Banco Mundial (BM) declarou que planeja implantar, no curto prazo, o acompanhamento de privações não monetárias em três domínios: resultados educacionais; acesso a serviços de saúde; e acesso a serviços básicos, tais como água, saneamento e eletricidade. Para analisar a sobreposição entre privações nessas dimensões e a pobreza monetária, o Banco Mundial continuará a usar a linha de pobreza internacional de US\$ 1,90 por pessoa/dia, em conjunto com uma medida da classe de índices de pobreza multidimensional proposta por Alkire e Foster (2011a) (BM, 2016a).

O consenso a respeito da pobreza como um fenômeno de múltiplas dimensões tem conduzido a um número crescente de estudos empíricos sob esta abordagem. No Brasil, Serra (2017) destaca que existem alguns trabalhos que, embora adotem metodologias distintas para mensuração da pobreza, apresentam resultados convergentes.

O estudo de Bagolin e Ávila (2006) constrói um índice de pobreza multidimensional

⁴ O terceiro capítulo de Alkire et al. (2015) apresenta uma ampla revisão da literatura sobre medidas de pobreza multidimensional, com as vantagens e desvantagens de cada método.

composto, obtido pela média de quatro subíndices:

- a) saúde, medida pela disponibilidade de recursos (número de leitos e de médicos por mil habitantes) e por resultados: taxa de mortalidade para menores de cinco anos de idade e expectativa de vida;
- b) segurança, também medida por recursos (número de policiais) e resultados (número de homicídios);
- c) educação, por anos de estudo e analfabetismo funcional; e
- d) segurança alimentar, com base em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A pesquisa adotou como unidade de análise os estados brasileiros e mostrou para o ano de 2003, “uma distribuição das privações em saúde e insegurança alimentar similar à da pobreza monetária, piores condições no Norte e Nordeste, diferentemente do que se observa nas dimensões educação e segurança” (Serra, 2017, p.48).

Seguindo a proposta de Chakravarty, Mukherjee e Ranade (1998) para a construção de um índice escalar aditivamente agregável, Barros, Carvalho e Franco (2006) elaboram um índice de pobreza multidimensional familiar. Dessa forma, é possível avaliar a distribuição conjunta das privações de cada família em 48 indicadores, agrupados em 26 componentes e seis dimensões, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADs) no período entre 1993 e 2003.

As seis dimensões de pobreza escolhidas pelos autores são:

- a) vulnerabilidade (contempla fecundidade, a presença de criança, adolescente, jovem idoso, a dependência demográfica e a presença da mãe no domicílio);
- b) acesso ao conhecimento;
- c) acesso ao trabalho;
- d) escassez de recursos (refere-se à renda familiar per capita);
- e) desenvolvimento infantil; e
- f) carências habitacionais.

Cada indicador recebe o valor 0 (sem carência) ou 1 (com carência). Os pesos são distribuídos igualmente entre os indicadores de um mesmo componente, entre os componentes de cada dimensão, e entre as dimensões. Além de estimar o grau de pobreza para cada família, essa metodologia permite a decomposição por subgrupos da população (Serra, 2017, p. 49).

Kageyama e Hoffmann (2006) também utilizam os microdados da PNAD para analisar a pobreza no Brasil entre 1992 e 2004, combinando indicadores de renda e condições de moradia – existência de água canalizada, banheiro e energia elétrica no domicílio. Tendo a

pessoa como unidade de análise, os autores definem os seguintes grupos na população:

- a) não pobres (renda acima de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e ao menos dois dos itens relacionados no domicílio);
- b) pobres: tipo I (renda abaixo de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e pelo menos um item no domicílio) e tipo II (renda acima de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e menos de dois itens no domicílio); e
- c) extremamente pobres (renda abaixo de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e nenhum item no domicílio).

Vale ressaltar que esta aplicação empírica, embora contemple poucos indicadores, usa o método de contagem de privações para os indicadores de condições de moradia, tal como Alkire e Foster (2011a).

Neder, Buainain e Silva (2013) recorrem a Rasch⁵ para identificar as dimensões da pobreza rural no Brasil. Partindo de 48 indicadores de privação obtidos da PNAD 2009, os modelos melhor ajustados aos dados resultaram em sete dimensões:

- a) não inserção no mercado formal de trabalho e atividades não agrícolas;
- b) educação;
- c) condições de habitação;
- d) serviços de utilidade pública;
- e) posse de bens domésticos de uso geral;
- f) posse de bens domésticos mais sofisticados; e
- g) insegurança alimentar.

Tal como Bagolin e Ávila (2006), os autores identificam diferentes combinações de privações entre grupos de estados brasileiros, evidenciando a necessidade de políticas espacialmente diferenciadas (Serra, 2017).

Cobo, Athias e Mattos (2013) aplicam a metodologia desenvolvida no México (CONEVAL, 2014) ao Brasil, com algumas adaptações em função da disponibilidade de indicadores. Com base nos microdados dos censos demográficos de 2000 e 2010, os autores usam variáveis relacionadas ao acesso à seguridade social, educação, densidade morador/dormitório, acesso a serviços no domicílio – água canalizada, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica – e uma linha relativa de pobreza de renda. A partir desses indicadores, criam-se quatro grupos mutuamente exclusivos:

⁵ Referência desenvolvida por Georg Rasch em 1960, originalmente para obter uma medida de resultados educacionais. Trata-se de uma ferramenta de análise de dados que permite sintetizar múltiplas variáveis dicotômicas em um índice (Neder, Buainain e Silva, 2013).

- a) vulneráveis à renda e a privações sociais (pobreza multidimensional: pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de 60% da mediana e ao menos uma privação social entre os indicadores relacionados);
- b) vulneráveis somente a privações sociais;
- c) vulneráveis somente à renda; e
- d) não vulneráveis.

Em seguida, aplica-se o método Alkire-Foster para calcular o índice de pobreza multidimensional ($M0$), com os pesos igualmente distribuídos entre os indicadores.

A proposta de mensuração da pobreza multidimensional no Brasil de Cobo, Athias e Mattos⁶ (2013) merecem destaque por adotarem o censo demográfico como fonte de dados, possibilitando a análise ao nível dos municípios (Serra, 2017, p. 50). Dessa forma, os autores revelam as desigualdades intraestaduais, além das conhecidas disparidades inter-regionais e interestaduais já evidenciadas em outros estudos, tais como em Neder, Buainain, Dedecca e Silva (2013) e Bagolin e Ávila (2006).

Também a partir de uma perspectiva multidimensional da pobreza, Currelero (2012) analisa o Programa Bolsa Família e a matriz institucional das políticas sociais no Brasil no período 2003-2010, porém sem fazer uso dos microdados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Cadastro Único, que contém informações socioeconômicas das famílias com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo por pessoa, poderia fornecer um perfil das privações que as famílias de baixa renda sofrem simultaneamente. Entre as informações do cadastro, encontram-se características do domicílio, despesas mensais da família, identificação de cada pessoa, escolaridade, trabalho e remuneração (Brasil, 2016).

Na discussão sobre as políticas sociais no Brasil, Currelero (2012) analisa separadamente as políticas de segurança alimentar, assistência social, saúde, educação, trabalho e emprego. Currelero mostra que, embora o Brasil possua uma matriz institucional de proteção social abrangente, a falta de articulação do Bolsa Família com as demais políticas constitui o principal obstáculo no combate à pobreza em suas múltiplas dimensões. Essa desarticulação entre as áreas envolve tanto questões políticas quanto operacionais, como a não integração entre os sistemas de informação dos diversos órgãos envolvidos, por exemplo, entre Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social (Serra, 2017, p.52).

Portanto, considera que a amplitude e a elasticidade da perspectiva multidimensional da pobreza exigem um novo escopo das políticas públicas, mensurar a pobreza em suas dimensões

⁶ Pesquisadores do IBGE.

é tarefa ímpar para que novas políticas sociais públicas possam ser desenvolvidas, pois, há uma demanda vinculante à sua efetividade de maneira que incorporem as múltiplas dimensões do desenvolvimento: econômico, social, político, ambiental e cultural para proporcionar aos indivíduos uma condição de bem-estar pleno e sustentável suprindo as necessidades apresentadas por parte desta população vulnerável. Ora,

se os cientistas, sociedade civil, lideranças políticas, organismos internacionais, governantes, entre outros, entenderem que a pobreza é resultado de um amplo processo de penúria que atinge os indivíduos de modo, muitas vezes, a imobilizá-los, temos aí a indicação de que é possível desenvolver uma diversidade de ações e procedimentos públicos adequados ao enfrentamento do problema (REZENDE, 2014, p.35).

Desta forma, os estudos e as reflexões ora apresentadas demonstram as diversas possibilidades de mensuração da pobreza a partir de suas manifestações e dimensionalidades explicitando que uma análise deste cunho oferece caminhos para a construção de um panorama sobre a pobreza que pode subsidiar melhorias à sociedade. Pois, se até os não empobrecidos encontram dificuldades manterem suas condições de vida e subsistência, imagineo desafio de assegurar a igualdade de oportunidade em uma perspectiva constituidora de políticas públicas que consigam proporcionar a superação ou diminuição da condição de pobreza a uma parcela considerável da sociedade buscando um equilíbrio entre ajudas emergenciais e desenvolvimento humano.

CAPÍTULO II – A NECESSIDADE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DO CAPITAL

Neste capítulo, apresenta-se a priori o percurso histórico, econômico e social de concepção e criação do Estado e os primeiros esboços da criação de políticas públicas no contexto de industrialização, organização política da classe trabalhadora e avanço do capital no Brasil. Logo então, propõe-se compreender e debater a necessidade de um Estado enquanto figura de poder interventivo que enfrente a pobreza no limiar de um arcabouço de políticas sociais públicas que mitiguem as implicações do pauperismo e da pobreza, mas que não alcançam a estrutura da acumulação capitalista, produzindo e reproduzindo a pobreza em determinados contextos políticos e sociais de agravamento da questão social.

2.1 Estado, capitalismo e políticas sociais públicas

Para discutir políticas sociais públicas faz-se necessário compreender onde estas encontram inseridas. No sistema socioeconômico vigente, a ordem monopolista atual, dita organização política e econômica do país, além de que suas relações sociais são orientadas por esse sistema capitalista de produção. Segundo Bobbio (1909, p. 141), este é “um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção e consumo dos bens. Compreende-se que o capitalismo é um sistema de produção econômica, política e social inerente às ações coletivas e individuais caracterizadas pela propriedade privada”. Com a acumulação do capital e consumo dos bens produzidos, isso se consolida no Artigo 170 da Constituição Federal, em que:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País (BRASIL, 1988, p. 121).

Visto isso, compreende-se que a ordem socioeconômica vigente no Brasil é o capitalismo, este se sustenta na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de adquirir lucro. Assim este é caracterizado pela propriedade privada, acumulação do capital, trabalho assalariado, livre concorrência, um sistema de preço e mercado competitivo.

O capitalismo é o sistema econômico que surgiu na baixa idade média logo após a derrocada do sistema feudal e que culminou na concentração de poder nas mãos do rei, tendo

como principais características a transformação no modo de produção, urbanização e a ascensão de uma nova classe social. A partir disso se obtém um fortalecimento com a Revolução Industrial, pois Ferla e Andrade (2007), atestam que

crise do feudalismo é, portanto, a superação do homem feudal e de suas instituições, o que acarreta por consequência a formação de um novo homem, o capitalista, e de novas relações de produção. O processo de transição não é generalizado ao surgimento das relações assalariadas na Europa Ocidental, não se pode negar o impacto sobre toda a estrutura feudal e conseqüentemente sobre todas as formas ideológicas ligadas a ela. Desta forma, o capitalismo é justamente uma resposta histórica da evolução do homem na busca pelo domínio da natureza, com a superação do homem feudal e de suas relações de produção, acompanhado do surgimento de novas relações necessárias para o desenvolvimento do novo modo de produção (FERLA; ANDRADE, 2007 p. 3).

Assim, observa-se que historicamente o homem busca a superação de sua existência ao prover suas necessidades materiais por meio das transformações por revoluções, crises e comutação da sociedade. Deste modo, como o sistema feudal impedia o processo de desenvolvimento das forças produtivas. Era necessário repensar a sua superação, compreender que “é inevitável amadurecer na sociedade as condições materiais para a existência desta nova forma de produção” (Marx, 1859 p. 46).

O feudalismo teve sua origem na invasão germânica, com os nominados bárbaros, era um sistema de organização política, econômica, social referenciado na ética de posse de terras, e não do lucro, com as camadas sociais organizadas por estamentos. A sociedade feudal era hierarquizada e não possuía mobilidade social. A produção nesse sistema visava a subsistência e as relações eram realizadas por meio de trocas. O poder era caracterizado pela descentralização e se mantinha apenas nas mãos do rei, da igreja e dos senhores feudais.

A partir de um crescimento demográfico surgem as cidades, as atividades comerciais e consigo a moeda para facilitar as transações que antes baseavam-se nas trocas. Essas atividades possibilitaram o aparecimento de uma classe, a burguesia, onde essa passa a desenvolver e fortalecer as relações comerciais. Esta nova configuração social permitiu a existência de mobilidade social, assalariamento, livre uso da propriedade e dos meios de produção. Compreende a tendência descentralizar o poder nas mãos da figura do rei, que possuía poderes limitados devido a Igreja Católica. Baseia-se na moeda única em impostos e na delimitação de território. Diante disto, criou-se o Estado, como afirma Montañó e Durigetto (2011):

O Estado mantém e organiza a ordem social produzida pelo desenvolvimento histórico, tal como se manifesta no nível da sociedade civil e configura-se como esfera superior da sociedade, que determina e contrapõe a finalidade coletiva ao interesse individual, o bem público ao bem-estar particular (p. 32).

Nota-se então que a esfera estatal legitima os interesses públicos e universais que são constituídos por meio dos interesses particulares existentes na sociedade civil e materializados

pelo poder estatal. Neste sentido, como esta esfera constrói e processa as demandas do povo também regula, garante e mantém tanto a sociedade civil quanto seus fundamentos. Ressalte-se que ao atender os interesses da vontade coletiva nos refere-se a uma única classe: que tem o Estado ao seu serviço. Corrobora-se então na discussão de que: “a burguesia que vai ascendendo, mas ainda não triunfou completamente, necessita ainda do poder do Estado e emprega-o para regular” (Marx, 1859, p. 627).

Essa estrutura de ordem, evidencia o Estado Absolutista e suas características de concentração do poder nas mãos do Rei e de uns poucos colaboradores. Surgiu no fim da Idade Média, onde o Rei governava de forma bem próxima ao Estado. Alves (2006), define este Estado como:

O Absolutismo Político se encontra vinculado à implantação de um Estado centralizado politicamente com a conseqüente implantação de uma "racionalização" burocrática do aparelho administrativo dos Estados Nacionais europeus surgidos a partir do século XIV d. C. Tais Estados Nacionais possuem como forma política de governo a Monarquia, usualmente conhecida como Monarquia Absolutista. (ALVES, 2006, p. 4)

O poder centralizado e unificado propicia as bases estruturais para o fortalecimento da classe, que surgiu a relação desta com o Estado. As transformações nas dimensões políticas, sociais e econômicas contribuíram para o desenvolvimento do aparelho administrativo, que mais tarde estimulará a consolidação do sistema capitalista de produção.

O período do pré-capitalismo ocorreu no fim do feudalismo, ou seja, na transição do sistema feudal para o capitalismo mercantilista, onde a terra deixaria de ser a principal riqueza, status e soberania e passariam a ser vistos como bem material. O mercantilismo se deu quando grandes lucros eram gerados pelo comércio. A balança comercial estava favorável, provocou conquistas de colônias, tendo em vista que era fundamental a acumulação do capital. A exploração nas colônias se intensificou com a descoberta de matérias primas, assim aumentou a produção nas metrópoles acarretando um desenvolvimento para uma produção em larga escala.

Neste momento, nota-se o crescimento da indústria após a Revolução Francesa e o surgimento das instituições financeiras, como elucidado os autores Pereira e D'Incao,

O capitalismo mercantil está baseado fundamentalmente na especulação, na compra e venda de mercadorias por um preço desconectado de seu valor-trabalho. “Comprar para vender, ou, mais precisamente, comprar para vender mais caro, M-C-M, indiscutivelmente parece ser a forma peculiar a apenas um tipo de capital, o capital mercantil (PEREIRA; D' INCAO, 1989, p. 5).

A base do capitalismo mercantil era a compra e a venda em que há necessidade de estudar e compreender o mercado para realizar compra com valores menores e a venda com valores maiores na busca pelo acúmulo do capital. Devido a necessidade do avanço do

capitalismo e a novas formas de produção, ajustando-se ao mercado.

Desta forma o capitalismo mercantilista ocorreu seu declínio, pois o modo de produção manufatureiro artesanal em reduzida escala foi substituído pelas máquinas a vapor. Iniciou-se uma produção em larga escala inaugurando um novo período denominado de Capitalismo Concorrencial. Na segunda fase da Revolução Industrial a máquina a vapor lugar à máquina elétrica, momento que ocorre o processo de concentração com o aumento da planta industrial em que,

Por estas razões, a grande indústria não teve outro remédio senão apoderar-se de seu meio característico de produção e produzir máquinas por meio de máquinas. Desse modo, criou-se a base técnica adequada e levantou-se sobre seus próprios pés. (MARX 1988, p.314)

No capitalismo concorrencial ocorre disputa entre capitais, inovação tecnológica com produção em larga escala, sem preocupação com a demanda de mercado com uma ampla concorrência entre os produtores que tem um mesmo segmento no mercado. Deste modo há uma intensa exploração dos recursos naturais, técnicos e de a mão-de-obra assalariada. Enfatiza-se aqui que os meios de produção estavam sob o controle da burguesia e fortaleciam o desenvolvimento da classe operária.

Em consonância ao processo de centralização, que significava manter a concentração de capital em poucas mãos, observa-se nesse período o Estado liberal em ascensão, tem suas funções restritas, sem interferir nos direitos fundamentais a vida, conforme postula Held em que:

O Estado existe para proteger os direitos e liberdades dos cidadãos que, em última instância, são os melhores juizes de seus próprios interesses e tem sua esfera de ação restrita e sua prática limitada de modo a garantir o máximo de liberdade possível a cada cidadão (HELD, 1987, p.49).

Neste sentido, com o surgimento do liberalismo surgiu na Europa no século XVIII, significa uma tese política, social e econômica que enfatiza os valores individuais da liberdade e da igualdade. Caracteriza-se pelos pilares do capitalismo, a liberdade e propriedade, ou seja, no livre uso da propriedade, da força de trabalho ou os meios de produção que detém. Assim, essa proposição ideológica garante e prevalece os sistemas estruturantes a dominação ideológica e consentida da classe trabalhadora.

Paralelo ao surgimento de novas potências industriais europeias, que impulsionavam o domínio de novos territórios, visando matéria prima, a força de trabalho e o mercado consumidor. Dessa maneira, cresciam as potências nacionalistas munidas de políticas imperialistas que culminaram na Primeira Guerra Mundial em 1914, na crise de 1929 e na Segunda Guerra Mundial em 1939.

A ascensão dos Estados Unidos da América (EUA), como potência mundial, ocorre em meados da Primeira Guerra Mundial e junto a isto a corrida armamentista além de venda de produtos bélicos. Ganham assim, relevância no cenário mundial. No pós-guerra encontravam-se com um elevado número de taxas desemprego, pobreza e fome, bem como Polanyi afirma:

O conflito de 1914-1918 apenas precipitou e agravou desmesuradamente uma crise que ele não havia criado. Mas o cerne do dilema ainda não havia sido descoberto nessa época, horrores e as devastações da guerra pareceram aos sobreviventes a fonte óbvia dos obstáculos a uma organização internacional que havia emergido tão inesperadamente. De repente, nem o sistema econômico, nem o sistema político mundial pareciam funcionar, e a explicação parecia estar nos terríveis sofrimentos infligidos à substância da humana pela Primeira Guerra Mundial (POLANYI, 2000, p. 37).

O ano de 1929 foi caracterizado pela crise do liberalismo econômico. Esse processo se deu por meio do surgimento de novas empresas. Isso fez com que aumentasse a produção e a ampliação do crédito do consumidor o que amplia o consumo, bem como o aumento de investimentos na bolsa de valores e a especulação financeira. Logo neste período, ocorre a crise da superprodução com a desvalorização das empresas. Isso acarretou um intenso fluxo de venda de ações e o colapso na bolsa de valores de Nova York, conforme explana Paniago, que:

A crise de natureza cíclica mais conhecida é a de 1929-1933, detonada pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova York na quinta-feira negra, em 24 de outubro de 1929. Este tipo de crise se apresenta como "grandes tempestades", e ocorreu, no caso de 1929, num cenário curiosamente dissimulado pela ilusória fase de crescimento que a antecedeu. Apesar do grande desastre econômico e social que esse tipo de crise provoca, com as falências, o desemprego, a destruição de riqueza produzida, o rebaixamento dos salários etc., as crises cíclicas permitem soluções, ainda que protelatórias e de efeito temporário, dentro do marco referencial do próprio sistema do capital. No Brasil, esta crise também teve grande influência, pois o país era o maior exportador de café na época e com a crise o número de importações diminuíram e o preço do café caiu; devido à alta exportação havia uma superprodução que gerou grandes prejuízos ao país, assim o governo brasileiro foi obrigado a comprar e queimar toneladas de café visando a não desvalorização do produto, depois do ocorrido muitos cafeicultores começaram a notar que investir no setor industrial poderia se tornar uma saída o acontecido (PANIAGO, 2014, p. 4).

O sistema capitalista de produção possui crises cíclicas, representa sua própria força motriz, que encontra-se em constante movimento. E nesse mesmo movimento se renova e impulsiona solucionando sua crise. O colapso do sistema de produção gerou uma crise de dimensões econômicas, políticas, e sociais de proporções internacionais.

Conseqüentemente, a falência de empresas reduz a produção industrial, o que gera desemprego e o fortalecimento do nazi fascismo. Por sua vez, se faz necessário repensar a intervenção do Estado na economia como regulador, fiscalizador e participante. O Estado passa então a atuar na promoção de políticas econômicas e gerência setores de produção e iniciativas privadas. Assim o New Deal⁷, aplicado pelo ex-presidente dos EUA Franklin Roosevelt,

⁷ Pacote de reformas adotado pelo presidente Franklin Roosevelt nos Estado Unidos da América (EUA) no

promoveu obras públicas gerando empregos; benefícios sociais – salário-mínimo e seguro-desemprego – e interveio na economia para evitar a queda nos preços e controlar a produção.

Historicamente, a Segunda Guerra Mundial foi marcada pelo retrocesso social, político, econômico e ideológico. Ela se define na terceira fase do capitalismo, em que há a redução dos níveis de produção, de concorrência e o surgimento dos monopólios. Devido à grande guerra os países tiveram a necessidade de elevar o padrão socioeconômico, tendo em vista uma numerosa população em crescimento e uma dívida externa aumentada.

Os capitalistas formam um aglomerado de empresas em que ocorre a produção de diversidade de produtos sem que nenhum prejudique massivamente as vendas do outro. Esta forma do capital intensificará o fenômeno da globalização, a interdependência dos mercados financeiros sendo cada vez mais necessária a participação do Estado. De acordo com Engels, a necessidade do Estado nasce,

de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1985, p. 193).

Desde os primórdios identifica-se que o Estado surge para a contingência da classe dominada à serviço da classe dominante. Visa atender aos interesses desta, para responder aos problemas estruturais causados pelo sistema capitalista de produção, como observa-se na crise de 1929. Com o colapso do sistema, o aparato de intervenção passa por um processo de mediação entre o capital e as mazelas produzidas por ele, conforme Hobsbawm afirma que,

A Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso – radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita – eram demasiado ameaçadores (HOBSBAWM, 1995, p. 99).

Com a crise de 1929, ocorre uma mudança no cenário econômico, na estrutura do modelo de produção e na intensificação das lutas. Foi necessário então, repensar as ideias postuladas no Estado liberal e adotar um estado intervencionista. Isso provoca uma mediação econômica, que visava garantir o bem-estar da sociedade baseado no ideário do *Welfare State*, Estado de Bem-estar Social, que origina no pensamento Keynesiano⁸, pois:

Keynes não apresenta, assim, uma teoria sobre o Estado, mas uma proposta sobre o papel do Estado para “salvar o capitalismo” de suas deficiências naturais. Ele concebe

período de 1933 a 1937 com o objetivo de recuperar a economia dos EUA (MOTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.55).

⁸ Pensamento Keynesiano é um modelo de organização social que tem por objetivo garantir as condições sociais e econômicas para a sobrevivência.

o Estado como um instrumento a serviço da economia, do equilíbrio econômico entre oferta e demanda, da superação da crise (MOTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.57).

Esse processo de transição é caracterizado pelo protecionismo econômico, que acontece, por meio da intervenção estatal. Dessa maneira, o regime de pleno emprego, que para isso foi necessário manter o crescimento da demanda que tenciona o aumento da capacidade produtiva da economia. O protecionismo era reivindicado e destinado ao proletariado⁹ que começou a se organizar em prol de seus direitos, no Brasil, em que:

A economia e a política brasileiras foram fortemente abaladas pelos acontecimentos mundiais das três primeiras décadas do século XX, e mais ainda depois da crise de 1929-1932, quando se abre uma época de expansão acelerada das relações capitalistas entre nós, com intentas repercussões par as classes sociais, o Estado e as respostas à questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008 p. 103-104).

Nota-se então que no início dos anos 1980 com o pós-Guerra, houve o avanço das ideias neoliberais. Estas que ganharam impulso e justificaram a derrocada do *Welfare State*, onde marcaram o fim da política protecionista com a ideia de que esta contribuía para o crescimento econômico. Na verdade, a crise de 1969-1973, foi um impulso para a organização do movimento operário, que culminava no decréscimo da acumulação. Compreende-se assim, que o Estado atuou para apaziguar as relações de forças e implantar as políticas sociais neoliberais, que acarretaram níveis de desigualdade social intensa, e atenuaram as lutas.

A construção e o desenvolvimento das políticas sociais na sociedade capitalista brasileira se deram por meio de lutas. Enfatiza-se aqui o processo histórico marcado pelo avanço da industrialização no Brasil em paridade a cristalização da classe trabalhadora e a organização dela uma vez que,

a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista(...) não equivale a verificá-la como uma “decorrência natural” do Estado burguês capturado pelo monopólio. A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade- suaconcretização (...) é variável nomeadamente das lutas de classes. Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas (NETTO, 2011, p, 29).

Visto isso, as políticas sociais são sinônimo de luta e resistência do povo. Observa-se que o surgimento e efetivação das políticas sociais públicas amplas e universais se deram apenas a partir do ano de 1988. Isso aconteceu com a aprovação da Constituição Federal, e o marco da seguridade social na garantia dos direitos sociais.

Porém, em 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, desencadeou uma ampla reforma no país. Fundamentadas em ideias neoliberais, o que culminou com o desenvolvimento do Estado de mau-Estar Social, e ainda, com a redução dos direitos

⁹ Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (MARX; ENGELS, 1998).

conquistados para garantir este Estado intervencionista. Além disso, corrobora a política de redistribuição, pois, é necessário que o pensamento da sociedade civil seja consolidado por meio do capital, uma vez que

na ordem de mercado (enganosamente chamada de “capitalismo”) os indivíduos acreditem que seu bem-estar depende, em essência, de seus próprios esforços e decisões [não do esforço do Estado]. De fato, poucas coisas infundirão mais vigor e eficiência a uma pessoa que a crença de que a consecução das metas por ela mesma fixadas depende, sobretudo dela própria. (HAYEK, 1985, p. 93)

Neste sentido, para compreender as políticas sociais públicas é necessário retomar a noção de Estado e políticas sociais, já que ambas se relacionam. O Estado condiciona as relações de forças produzidas pelo capital, enquanto as políticas sociais intervêm para atenuar as expressões da questão social, fruto dessa relação desigual, já que,

se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária (NETTO; BRAZ, 2008, p. 29).

Vale ressaltar que a sociedade civil se difere do Estado político, tendo em vista que “a sociedade civil é definida como um sistema de necessidades em que se desenvolvem as relações e atividades econômicas” (Montaño; Duriguetto, 2011, p.57). Isso resulta na necessidade de um Estado que coexiste com a sociedade capitalista, para assegurar a proteção da propriedade privada e a liberdade individual.

Observa-se que o Estado foi criado para manutenção da ordem societária devido as relações de forças postas pelo capital. Procura atender aos interesses da classe burguesa.¹⁰ “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (Marx; Engels, 1998, p. 12). O Estado tem o papel de garantir mutuamente os interesses da classe burguesa e atender as demandas da classe trabalhadora, conforme salienta Netto (2011), que

Como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2011, p. 27).

É neste cenário que o Estado começa a cumprir a função de atender as demandas da classe trabalhadora, pois este, por meio da organização política, ameaçava a ordem burguesa

¹⁰ Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários de meios de produção social e empregam trabalho assalariado (Marx e Engels, 1998).

salientando a emergência das políticas sociais. Assim ocorre a intervenção estatal, um processo efetivado pela implementação das políticas sociais públicas, pois,

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” se tornam – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (NETTO, 2011, p.29).

Neste contexto, as políticas sociais surgem como instrumentos coercitivos manipulados pelo Estado, que visam a contingência das expressões da questão social. De modo geral, as políticas sociais primeiramente apaziguam, por meio de ações e programas, as reivindicações da classe trabalhadora e satisfazer a população momentaneamente para garantir o desenvolvimento pleno do capital. Conforme Fleury (2005), “as políticas públicas brasileiras se desenvolveram no início do século XX. Estas se delinearão como parte dos padrões emergentes de proteção social, pois tiveram um avanço durante o governo populista de 1946 a 1963”.

Não há um conceito único do que se entende por políticas públicas, pois se manifesta um processo do movimento histórico-dialético. Lynn (1980), define como a totalidade de ações que o governo realiza desencadeando impactos específicos. Dye (1984, p. 5), afirma que política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Peters (1986), entende que a política pública, é o conjunto das atividades do governo que influenciam a vida dos cidadãos.

Salienta-se então, que as políticas públicas são as ações do governo pautada em análises no âmbito social, político, econômico apresentam a necessidade de traçar novos cursos a depender da realidade posta. Assim, por meio das políticas públicas, o governo propõe programas e ações que por efeito produziram resultados e reflexos no âmbito social.

Para facilitar, o Estado fragmenta as expressões da questão social em ‘problemas sociais’ específicos, categoriza e particulariza os indivíduos e suas complexidades. Isso responde ao problema pontualmente, já que gera uma luta social que não é mais coletiva, isolando os segmentos¹¹ que passam a lutar por demandas específicas, consolidando o capital, e por sua vez

as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos até mesmo respostas e formas de enfrentamento em geral setorizadas e fragmentadas expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51).

¹¹Associações comunitárias, grupos políticos de crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens, grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim, uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentavam-se na confiança direta entre os membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas (BRANT, 1983, p. 13).

Com isso a precarização das políticas sociais, possibilita ao Estado a “ a implementação de políticas sociais fragmentadas e específicas, essa ideia se sustentou e ampliou no século XX, relacionada ao desenvolvimento da noção de cidadania” (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 89). Entende-se que a ideia de fragmentar as políticas sociais, influencia e fragiliza a luta do proletariado. Este fato é proposital por parte do capital, para que não ocorra organização da classe trabalhadora e a partir disso a superação da sociedade burguesa.

A concepção de cidadania se desenvolveu com Marshall, em 1950 após a Segunda Guerra Mundial. Com a ampliação dos direitos sociais no Welfare State. Não obstante, os movimentos sociais também foram fundamentais para a noção de cidadania que foi postulada, e esta amplia os direitos civis, políticos e sociais, que estão em constante construção e intrínsecos as políticas sociais.

Dentre as categorias importantes para melhorar entender e discutir as políticas sociais dar-se-á ênfase a “cidadania”. Sendo que

o método normal de assegurar direitos sociais é o exercício do poder político, pois os direitos sociais pressupõem um direito absoluto a um determinado padrão de civilização que depende apenas do cumprimento das obrigações gerais da cidadania. (MARSHALL, 1967, p. 85)

Para Marshall (1967), a constituição dos direitos sociais, conjecturado em uma igualdade que o Estado propicia o mínimo de direitos sociais. Nessa perspectiva consideram-se direitos essenciais, para alcançar os direitos políticos. Ainda segundo o autor, é possível dentro do modelo de cidadania proposto, a igualdade de renda conforme aponta que:

A ampliação dos serviços sociais não, é, primordialmente, um meio de igualar as rendas. (...) A questão não é de muita importância; pertence a um setor diferente da política social. O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis (...) A igualação não se refere tanto as classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para esta finalidade, como se fosse, uma classe. (MARSHALL, 1967, p. 94-95)

Como afirma o autor, é necessário igualar renda da classe trabalhadora à da classe burguesa para reduzir as disparidades em diversas instâncias. Com a concepção das políticas sociais como estratégias para assegurar a reprodução da força de trabalho, são uma realidade concretas na sociedade e no governo atual, pois abarcam diversos cortes nos recursos destinados à população com maior vulnerabilidade.

Diante de tais premissas, Magro e Reis (2020, p. 44) nos dizem que há mais de uma década vêm se afirmando como característica central da política social latino-americana sua direção compensatória e seletiva, “voltada ao enfrentamento das situações limites de sobrevivência, direcionando-se aos mais pobres dos pobres”. Dessa forma, o legado deste período parece ser: “ o legado da subordinação do social ao econômico. O social constrangido

pelo econômico. O social refilantropizado, despolitizado, despublicizado e focalizado” (Yazbek, 2012, p. 316).

2.2 Estado interventivo e Políticas Sociais Públicas no enfrentamento à pobreza no Brasil

Com o avanço do processo de industrialização e a necessidade de força de trabalho nas fábricas, o trabalho especializado foi se tornando imprescindível para que o capitalismo pudesse avançar em produção. Por isso, houve a necessidade de cooptar para o trabalho industrial apenas parte do trabalhadores disponível levando a existência de um exército de reserva. Esta força de trabalho excedente que não era absorvida pelo capital, fica desprovida de trabalho e de condições materiais para sua sobrevivência, ampliando cada vez mais a parcela de pobres de condições e com a notória necessidade de proteção do Estado. Pois,

com o aumento do contingente de pobres ao redor do globo como consequência da nova organização do capital faz com que, aliado aos interesses de contrarreforma do Estado e das políticas sociais, o projeto da classe dominante busque uma atuação focalizada e segmentada, agindo especificamente sobre parcelas determinadas da classe trabalhadora. O capital, por meio de organismos internacionais, busca amenizar as contradições da superpopulação relativa e a resposta à “questão da pobreza” passa a ser o centro dos seus objetivos (SILVA, 2012, p. 221).

O Estado, agora, imbuído de cuidar daqueles que se encontram em situações não favoráveis economicamente e socialmente, vê se diante de uma responsabilidade criada pelo capital de garantir respostas as necessidades da camada empobrecida e desprotegida. Isto, por sua vez, torna-se uma preocupação considerável, ao passo que o Estado precisa pensar em mecanismos de proteção que diminuam o contingente de pobres e ao mesmo tempo garanta respostas ao capital, o acesso de sujeitos aos “mínimos sociais” que apaziguassem o cenário social.

A preocupação com a pobreza assume então uma agenda pública internacional, fazendo com que instituição como a Organização das Nações Unidas (ONU), no atual século, imprime visibilidade a discussão sobre essa temática elaborando pesquisas e apresentando relatórios minimalistas, por meio do Plano Nacional de (PNUD), que trazem índices e resultados relevantes para o entendimento deste fenômeno.

Apesar desse espantoso minimalismo frente a uma "questão social" maximizada, os vários relatórios sobre o "desenvolvimento humano", regularmente preparados pelo PNUD, ainda que enfatizem "ganhos" deste programa, deixam nítido que seus objetivos - reitere-se: minimalistas, não serão alcançados (Netto, 2013, p. 428).

A partir disto, exige-se a apreensão da pobreza como uma centralidade nas políticas sociais, e sua inserção nas agendas de organizações internacionais facilitou a criação de mecanismos para a mensuração empírica que tem como objetivo “estabelecer magnitudes quantitativas deste

fenômeno em diferentes contextos sociais e regionais” (Freire; Cortes, 2020, p.28).

Freire e Cortes (2020) seguem nos dizendo,

A definição das linhas de pobreza e a produção da informação estatística é uma ferramenta fundamental na geração de políticas para a pobreza. Estas permitem reorientar e priorizar a distribuição de recursos públicos, enquanto fixam linhas objetivas (chamadas de métodos científicos) e subjetivas para a população pobre que é dividida entre os merecedores e não merecedores das novas formas de intervenção da política social (FREIRE; CORTES, 2020, p.28).

Todavia, essa perspectiva de “merecedores” e “não merecedores”, separa, em largas distâncias, aqueles que mais necessitam das políticas públicas e os que se encontram em situação de marginalização social, onde além de não serem inclusos como sujeitos de direitos também são criminalizados pela situação de pobreza que vivem. Sendo assim, “a articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual” (Netto, 2013, p.429).

Assim, as “políticas de pobreza” como nos alerta Serna (2010) tem como propósito redefinir a questão social como apenas uma questão técnica, ou seja, com uma solução prática; fazendo com que estas, cumpram um papel de preparar pobres para a superação da pobreza e da vulnerabilidade social, ignorando o prisma de necessidades que permeiam a vida social de cada indivíduo e que determinam a materialidade dessa condição.

Estas políticas, no entanto, reproduzem retóricas de combate à pobreza que diminuem em partes as sequelas mais graves como a miséria e o pauperismo, todavia não alteram as bases do fenômeno que é assentada na contradição entre capital versus trabalho e nos pilares de reprodução da pobreza como a desigualdade econômica e a dicotomia entre concentração e distribuição da riqueza e de poder.

As políticas sociais então assumem um caráter de integração social, que reduzem a pobreza, mas não supera os pressupostos do liberalismo social de “amortização e compensação social do desenvolvimento econômico como a seletividade, a focalização, e a ativação e a responsabilidade dos pobres e da sociedade civil nas políticas públicas de “superação” da pobreza” (Freire; Cortes, 2020, p. 29).

Leher (2012) comunga da ideia e acrescenta que

tal configuração das políticas sociais objetiva que os setores dominantes possam manejar uma ordem social em que a concentração de renda é, necessariamente, avassaladora; os lucros dos bancos são astronômicos; o agronegócio conta com gordos subsídios públicos e com ativa proteção governamental, inclusive pelo empenho do Estado em estagnar a reforma agrária, sendo parte crucial do celebrado PIB de países como o Brasil, e os saqueadores dos recursos naturais contam com subsídios e infraestrutura pública no escopo do Plano de Infraestrutura Regional da América do Sul e do Programa de Aceleração do Crescimento (LEHER, 2012, p. 16).

Tomemos como exemplo o governo Lula vinculado ao Partido dos Trabalhadores (–PT) em seu primeiro mandato (2003-2006), onde o ergueu, enquanto chefe de Estado, a dimensão social de um governo, suscitando a discussão o enfrentamento da pobreza e das demais necessidades sociais da sociedade mais vulnerável sendo reconhecido até hoje como um presidente que “governa para o povo”. No entanto, a perspectiva adotada, em nada favorecia a mudança de hegemonia econômica que reproduz a pobreza, mas (re) significa a questão social como carência, vulnerabilidade ou uma situação de risco, distanciando-se da contradição capital versus trabalho que produz e reproduz o pauperismo.

Conforme observou Vianna (2007, p.16), “a política social em voga no Brasil, sobretudo dos governos do PT, reduziu-se ao assistencialismo, à filantropia, à administração da miséria, esvaziando a atividade pública de sua rica significação original”, sendo que as recomendações dos organismos internacionais naturalizaram a questão social e banalizaram seu enfrentamento. Pois, agora, as políticas sociais são apresentadas como custo ao Estado, fazendo com que o investimento em planos, programas e projetos sociais sejam reduzidos, não alcançando os pobres.

Em substituição, tanto no campo das formulações como no das práticas, percebe-se uma tendência na execução de políticas e programas sociais que restringem e eliminam o acesso a direitos historicamente conquistados, em prol de um pretenso equilíbrio macroeconômico dos recursos públicos (MAGRO; REIS, 2020, p.42).

Assim, as políticas sociais de combate à pobreza esvaziam-se de seu propósito e assumem neste século (XXI) um caráter focalista atendendo as faixa de população que se encontram em pobreza extrema, estando em profunda consonância com os interesses do capital financeiro e de agendas ultra neoliberais de governo autoritários como o do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro do Partido Liberal (PL). O Estado, e suas estruturas, nos últimos anos, têm sido utilizados de forma a criminalizar e punir a pobreza, transferindo a responsabilidade pública para sociedade civil que Montañó (2014) denomina de “terceiro setor”.

E é essa operação semântica que permite, sob a denominação genérica de Terceiro Setor, colocar como equivalentes entidades filantrópicas velhas e novas, organizações não-governamentais, associações de moradores e grupos comunitários de perfis diversos. Essa equivalência não é inteiramente falsa, é, na verdade, construída por referência a uma noção moral de responsabilidade, entendida como dever de solidariedade em relação aos pobres. Não por acaso, o discurso hoje corrente sobre o Terceiro Setor omite a tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade por meio de espaços de participação, de representação e negociação política (TELLES, 2001, p. 160).

No governo Bolsonaro, as políticas para pobres eram “direitos sociais transitórios” que não contribuíram em nada com a formação de um senso coletivo e de pertencimento, tão necessários à adesão a um projeto voltado aos interesses da classe trabalhadora, mas esvaziaram

o Estado de conteúdo político, onde o conservadorismo e os valores morais foram separando semanticamente a pobreza da desigualdade de classes e conseqüentemente serviram como mais um pretexto para as elites brasileiras “tão bem denominadas de “elites do atraso” por Souza (2017, p. 33) construírem discursos moralizantes e culpabilizantes com relação a essas políticas.

A transferência das necessidades da parcela empobrecida da sociedade para o âmbito privado se concretizam a passos não tão lentos na medida em que o sentido político do acesso ao direito é desmobilizado e criminalizado e sua ideologia satanizada pela burguesia financeira nacional e internacional que desmonta financeiramente as estruturas das políticas sociais construídas e as deixam subfinanciadas caracterizando-as como “mínimos sociais”.

Essa ideia de “mínimo sociais”

opera com recursos muito baixos e condicionalidades para a manutenção dos benefícios, as políticas para a pobreza, contribuiu em para a contrarreforma do Estado por meio da focalização das políticas sociais. Para a autora, “são ainda forma de monetarizar e financeirizar as políticas sociais, pois operam com recursos monetários administrados por instituições bancário-financeiras (SILVA, 2012, p. 211).

Assim, o subfinanciamento e o desmonte das políticas públicas por parte de uma avalanche ultraneoliberal que se aproximou do Brasil nos últimos anos, fazem com que estas tornem as ações públicas de combate à pobreza, “restritos a alternativas pobres para pobres, sem produzir efeitos sequer compensatórios efetivos nem muito menos tocar na estrutura que gera a desigualdade social e a pobreza em nosso país” (Soares, 2003, p. 3).

Isto, por sua vez, fragiliza conceitos fundamentais como democracia e cidadania, pois com a (des)proteção do Estado aos vulneráveis e o crescimento das necessidades básicas a relação de favor e dependência predominam o cenário que deveria ser de garantia de direitos. Por isso, é necessário perceber, que o enfrentamento a questão social no Brasil, assume diferentes momento na história, ora atendendo aos interesses da sociedade e ora priorizando os ditames neoliberais.

A questão social, nesse processo, tornam-se cada vez mais complexas e apresentam-se de formas mais agudas, em especial em contextos de calamidades públicas e de regressão de direitos como é o caso da pandemia de covid-19 no Brasil; sobre isso, Yazbek (2001, p. 37) alerta que, “com essas “políticas ad hoc, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas, corremos um risco de grave regressão de direitos sociais.”

Ao analisar o enfrentamento as expressões da questão social no Brasil, identifica-se que embora os direitos tenham sido materializados na Constituição Federal de 1988 e tenham subsidiado a construção de um portfólio de políticas sociais públicas estes não tem avançado

no combate efetivo à pobreza ou até mesmo na diminuição das desigualdades sociais. A classe trabalhadora, ainda subalterna, em parcela, compreende direitos como benesse do Estado ou como “boa vontade” de um governo que oscila na história política deste país, fortalecendo o clientelismo, o não favorecimento do protagonismo social de indivíduos e muito menos a emancipação da classe trabalhadora.

Em contraponto a isso, Iamamoto (2001) diz que,

a universalidade no acesso aos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este, ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeitos por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público, e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo estabelecido pelos mantenedores (IAMAMOTO, 2001, p. 76).

Por isso, apesar a existência por parte do Estado, o cerne presente nas políticas públicas reproduz tendências que a cada dia desresponsabilizam o Estado de sua função social e o maximiza para o capital, delegando as ações de combate à pobreza para o âmbito privado e esvaziando a esfera público.

Dessa forma, transfere-se a responsabilidade do Estado para a esfera privada, em que serviços que poderiam ser recebidos gratuitamente são pagos e, conseqüentemente, geram lucro e crescimento econômico para essa “fatia” do mercado. Dessa forma, criam uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços e, propagando-se a premissa de que o que é público é (e pode ser) de pior qualidade (MAGRO; REIS, 2020, p. 46).

Isto por sua vez, se faz cada vez mais nítido na conjuntura brasileira quando a partir da interrupção do governo da ex-presidenta da república Dilma Vanna Rousseff (2016) o neoliberalismo avança não somente na questão econômica brasileira, mas no cenário político promovendo os interesses da direita capitalista que segundo Borges e Matos (2020) era,

facilitar o caminho das políticas neoliberais no plano econômico. O golpe parlamentar-midiático, que permitiu a ascensão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, que nada mais é do que carrear recursos para o sistema financeiro-especulativo, com congelamento de recursos e inversão de prioridades (BORGES; MATOS, 2020, p. 72-73).

Assim, no período do governo de Michel Temer do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDS), (2016-2018), a questão social voltou a ser tratada como caso de polícia, reprimida e enfrentada como violência e brutalidade em operações nas áreas periféricas, em especial nas metrópoles. Nesse sentido, a pobreza era cada vez mais reduzida a responsabilidade individual que deveria por seus próprios méritos superar essa condição de vulnerabilidade inerente ao capital e que era agravada quando este fosse parte de sujeitos como: negros, comunidade de Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Queer Intersexuais Assexuais Pansexuais entre outras (LGBTQIAP+), pessoas com deficiências e até mesmo a população em situação de rua.

Na perspectiva de superação dessa condição aviltante, a esquerda emplaca nas eleições presidenciais de 2018 um candidato do PT, Fernando Haddad, contra o candidato da direita, Jair Messias Bolsonaro. A empreitada então não surte o efeito esperado e tem-se no Brasil a eleição democrática do candidato da direita brasileira.

A eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo (BORGES; MATOS, 2020, p. 73).

No mandato do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), as políticas públicas perpassaram por diversos golpes que poderiam ser engendrados na estrutura de um Estado e que afrontassem a constituição da república federativa brasileira de 1988. Dito isso, destaca-se os ataques a previdência social ao trabalho, a educação, a ciência, meio ambiente, saúde e em especial a assistência social, política direcionada para aqueles a quem dela necessitar (Brasil, 1988) e que deparou com um desfinanciamento e desmonte histórico.

Destaca-se aqui, o período que compreende a pandemia de covid-19 (2020-2022) onde o ex-presidente foi contra as recomendações científicas de saúde pública nacionais e internacionais, difundindo um discurso negacionista e que buscava priorizar o cenário econômico e o lucro das empresas sem se lembrar que o país se encontrava em um período de desemprego e crescimento econômico mínimo e como se não fosse o bastante desprovido de políticas sociais públicas que garantisse a proteção social durante o contexto caótico de pandemia.

A busca de enfrentamento à pandemia demonstrou as aviltantes condições de trabalho, afora a tentativa de redução de salários, censuras e outras barbaridades. E por fim, sem esgotar os exemplos, a constatação dos ataques à democracia, com o governo perseguindo ideologicamente a imprensa, buscando substituí-la por “Fake News” em redes sociais, que é a forma do executivo se comunicar com a sociedade (BORGES; MATOS, 2020, p. 74).

Nesse cenário de “Estado Mínimo”, e complemento, na perspectiva do cenário de crise sanitária e social, foi nulo para quem mais precisava, pois retirou o pouco que o Brasil tinha em política social e reduziu o combate as expressões da questão social, e aqui enfatiza-se a pobreza, como responsabilidade da “boa vontade”, “solidariedade” ou “favor” de outros atores do cenário político social; assim, “a classe trabalhadora, em qualquer de seus estratos, vive a crescente pauperização, ampliando o público atendido no âmbito das políticas assistenciais, usuários dos serviços profissionais em seus diversos espaços de trabalho” (Borges; Matos, 2020, p. 65).

Estas políticas sucateadas são frutos de um projeto político econômico do capital que se

apresenta como um dos momentos mais cruciais para a classe trabalhadora: o ultraneoliberalismo. Este, por sua vez apresenta a velha máxima dos anos 1990 de que a crise é do Estado e é necessário que cada um faça a sua parte, mas a verdade é que quem paga essa conta que não fecha é a classe trabalhadora enquanto a burguesia acumula e sequestra o Estado de direito para realizar seus desejos como dizem Behring; Cislighi e Souza,

Cabe notar que, mesmo com a inflexão da pandemia da COVID-19 desde março de 2020, não houve recuo na agenda ultraneoliberal, que combinada à crise sanitária, vem tendo resultados catastróficos, assumindo um perfil de genocídio em massa e que atinge, sobretudo, a classe trabalhadora em seus setores mais empobrecidos, a partir de um discurso que submete a defesa da vida à economia. Na verdade, a pandemia desnudou a agressividade do ultra neoliberalismo (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020, p. 106).

Sobre isso, instituições internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2020 alertaram, a partir de estudos realizados, que a “única maneira de sustentar a recuperação e prevenir crises futuras é se esses países transformarem suas medidas especiais de resposta à pandemia em sistemas abrangentes de proteção social” (OIT, 2020); sem essa proteção as camadas mais vulneráveis do país tendem a sofrer os efeitos mais drásticos em período complexo, como é o caso da pandemia de covid-19. Contudo, vale ressaltar que, o legado de políticas sociais públicas já vinha sofrendo ataques como citado anteriormente neste item, e isto, por sua vez, não é uma novidade no país, mais um cenário que declina e ressurgue na história brasileira.

O fato é, que ao tratar deste tema, precisa aguçar os olhares para um perspectiva que englobe a totalidade histórica e material dos fatos que antecedem 2020 e que se esmiuçam em implicações dessa cadeia de eventos ocorridos anteriormente. Neste caso,

no período da pandemia, a desidratação da proteção social pública prossegue e se agrava, pois, à “contração elevada da economia se somaria a precarização das relações de trabalho resultante das políticas de retirada de direitos e de amparos aos trabalhadores (CASTRO, 2020, p. 7).

Em março de 2020, início da pandemia no Brasil, o número de pessoas em extrema pobreza segundo os dados do Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais era de 13,5 milhões, número este que em julho de 2021 havia aumentado para 14,3 milhões, o que representa um aumento de 5,8% de crescimento. Ressalta-se que mesmo antes da pandemia, entre 2019 e 2020, o número de pessoas em extrema pobreza já havia aumentado em 3,0%; isto é, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2021, quase 1,2 milhões de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil totalizando entre os anos um aumento de 8,8% (DIEESE, 2021).

Para conter isso, foram implementados alguns programas para garantir resposta a pobreza vivenciada pelas camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora. A contragosto, o Estado responde com certa lentidão e propõe o nominado Auxílio Emergencial (AE), onde sua

concessão deveria ser realizada por meio de atendimento de critérios de seleção, priorizando os inscritos no CadÚnico, sendo esse benefício por tempo determinado.

O auxílio emergencial, (...), parte do pressuposto de que uma parcela da população ativa está impedida de trabalhar devido à política de isolamento social utilizada para diminuir os efeitos da pandemia do COVID-19. Sem trabalhar e, conseqüentemente, sem receber, essa população precisa ser protegida economicamente de uma piora na sua condição de vulnerabilidade (VERDI, 2020, p. 44).

As 27 milhões que solicitaram este benefício só nas primeiras 24 horas do seu lançamento¹², escancaram que o número de pessoas a serem protegidas e que vivem em condições de instabilidade econômica e social representa um número significativo e relembra que a discussão realizada sobre o crescimento do trabalho informal, do desemprego e da pobreza no Brasil mantém-se relevante e necessária. Pois, evidenciam, portanto, que na atual morfologia do trabalho (Antunes, 2018), a classe trabalhadora brasileira encontra-se precarizada e economicamente insegura.

Assim, segundo Souza e Osório (2013),

Esse fenômeno demonstra, assim, dois aspectos importantes: que a pobreza não é estática, pois existem variações tanto na quantidade de pessoas pobres quanto nas características da pobreza; e que os trabalhadores do setor informal, devido à precarização e à ausência de proteção social, circulam próximos da linha de pobreza, às vezes abaixo e às vezes acima dela (SOUZA; OSÓRIO, 2013).

Então, o AE, apesar de ser uma resposta que supre, em parte, as necessidades financeira das camadas necessitadas não garante resposta efetiva à superação da pobreza por condições materiais e subjetivas de acesso as políticas sociais públicas e bens e serviços públicos e privados. Pois, historicamente às políticas socio assistenciais são caracterizadas como:

ação voluntária de ajuda material presidida pela atitude paliativa e emergencial. É ainda socialmente decodificada pelo legado tradicional, isto é, uma prática que pertence ao campo da ajuda, da caridade, da fraternidade, da filantropia, da solidariedade, com forte registro simbólico ao campo do gesto, onde, a colaboração do voluntariado perante o mais fraco se destaca face ao compromisso de Estado com a proteção social pública (CARRARO, 2010, p. 85).

Então, as alternativas públicas pensadas até mesmo antes da pandemia para o enfrentamento à pobreza detém um caráter de concessão e não direito; isso porque, no Brasil funcionou a dinâmica do clientelismo ou do arredo, buscando controlar a massa lhes concedendo migalhas financeiras que em sua maioria são operados por instituições bancárias como foi o caso do AE e do Programa Bolsa Família (PBF).

Durante a pandemia, com esse retrato de redução e despolitização destes direitos, a economia apresenta seus efeitos no desemprego, reduzindo o rendimento e capacidade de compra de trabalhadores e trabalhadoras, como nos afirma Costa (2020),

o impacto da pandemia sobre as economias do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho, chega a atingir 2,7 bilhões de trabalhadores, 81% do

¹² <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/em-menos-de-dois-dias-27-milhoes-de-pessoas-pedem-auxilio-de-r-600.shtml>

montante mundial. O desemprego cresceu 6,7% no mundo, no segundo trimestre, atingindo mais de 195 milhões de trabalhadores, que trabalham em regime de 48 horas semanais. Na América Latina e Caribe, desses trabalhadores, 14 milhões se tornaram desempregados, e, na Índia, 400 milhões ficaram sem rendimentos durante a pandemia (COSTA, 2020, p. 161-162).

Apesar de serem dados alarmantes, estes podem ser apenas parte de uma tragédia que se desenrolou não somente nos anos de pandemia, e que podem se aprofundar com diversas implicações do pós pandemia; as estimativas previram que cerca de 100 milhões de pessoas retroagisse abaixo da linha da pobreza e que os centros urbanos seriam os mais atingidos por essa crise¹³.

Desta forma, a pandemia expôs a agenda liberal que alcança durante a pandemia picos de crueldade absoluta e desmascara a dependência econômica, a desigualdade social profunda e pobreza extrema a que as classes sociais são violentamente expostas.

Segundo o Banco Mundial,

O agravamento da crise em razão da pandemia sinaliza que, segundo o Banco Mundial, a perspectiva é de que, no Brasil, 5,4 milhões de pessoas ingressem na pobreza extrema em função das consequências da pandemia; e de que o PIB caia 5% em 2020, o que seria a maior queda em 120 anos. Significa que 14,3 milhões de pessoas vão sobreviver com menos do que R\$ 145 mensais, 7% da população. Se, entre 2014 e 2019, a crise colocou 3,8 milhões de brasileiros na miséria, a situação a partir de 2020 deverá ser ainda mais trágica (GLOBO, 2020).

A crise, que não é somente sanitária, é econômica e principalmente social tem reflexões que extrapolam do entendimento e da reflexão da questão social macro, o que impele a necessidade de uma reflexão minuciosa das expressões da questão social que se apresentam a partir da pobreza, seja ela econômica ou expressa pela ausência de políticas públicas e acesso aos bens e serviços públicos e privados, este fenômeno ainda necessita ser destrinchado e problematizado, em especial no âmbito do Serviço Social, profissão que trabalha diretamente com a classe trabalhadora.

As propostas do governo federal, portanto, não visam a combater as históricas desigualdades sociais e econômicas do país, e, além disso, constroem caminhos para seu aprofundamento. A persistente pandemia, contaminando e matando, e a economia a passos lentos, em um governo omissivo, têm levado centenas de milhares de pessoas às ruas para exigir a superação desses tempos vividos no Brasil.

Por último, faz-se mister pensar novas formas de compreensão da pobreza e enfrentamento por parte do Estado, não sobre a ótica do fenômeno em si, mas a partir de uma perspectiva crítica que possa esmiuçar as particularidades de seu engendramento fruto da relação conflituosa entre capital e trabalho que suscita ao/a assistente social frente a um

¹³ Banco Mundial e o Instituto de Recursos Mundiais (WRI) *apud* Costa, 2020, p.161.

fenômeno complexo, que exige políticas sociais públicas de proteção social que possam subsidiar formas de emancipação econômica, político e social.

CAPÍTULO III – POBREZA MULTIDIMENSIONAL E PANDEMIA: UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS VULNERÁVEIS DO BAIRRO TANCREDO NEVES EM MANAUS

Neste capítulo apresenta-se como se sucedeu a escolha metodológica para esta pesquisa destacando os aspectos operacionais da utilização do método Alkire e Foster de análise da pobreza multidimensional explicitando as dimensões e indicadores a serem considerados neste estudo. Logo, serão apresentados aspectos históricos e geográficos do bairro Tancredo Neves, enfatizando a sua escolha enquanto *locus* de pesquisa e a caracterização deste como bairro onde habitam famílias em situação de vulnerabilidade; ainda neste capítulo apresenta-se nos dois últimos itens o perfil socioeconômico das famílias vulneráveis tendo como base os dados da pesquisa de campo. Por último, discorre-se sobre os resultados da pesquisa comparativa entre os anos de 2019 e 2021 e sobre o empobrecimento destas a partir do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

3.1 Aspectos operacionais da análise multidimensional da pobreza

Registra-se que durante o desenvolvimento da investigação científica que se apreende o processo de desvendamento da realidade. Neste estudo, o procedimento metodológico adotado percorreu inúmeras fases interligadas que constituíram um recurso didático para a operacionalização da investigação.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo explicativo, pois, “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2010, p. 35), esta, por sua vez, é a modalidade que faz com o estudo mais se aproxime da realidade, buscando assim, explicar os processos de desenvolvimento dos fenômenos.

Assim, nessa abordagem buscou a obtenção de dados de natureza quantitativa e qualitativa. Enquanto a análise quantitativa busca a extensão e trabalha com dados, indicadores e tendências, a análise qualitativa visa a profundidade e, assim, trabalha com valores, crenças, opiniões, atitudes e representações. Optou-se por utilizar a análise mista por entender que “o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles se interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 2002, p. 22).

Ademais, por se tratar de uma pesquisa realizada com seres humanos, esta foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAM sendo aprovada por meio do parecer número 5.798.044 em 07 de dezembro de 2022. Sendo o parecer do CEP aprovado para continuidade da pesquisa, visto esta atende os critérios éticos relacionados às resoluções 466/2012 e 510/2016

sobre pesquisas com seres humanos do sistema CEP/CONEP”

Desta forma, trata-se de um estudo comparativo, onde busca-se por meio da utilização da análise dos dados construir um cenário comparativo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nos os anos de 2019 e 2021, para então colocar a prova se durante a pandemia da Covid-19 as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves em Manaus sofreram com o aumento da pobreza nas diversas dimensões da vida social.

Dito isto, foram utilizados as seguintes modalidades de pesquisa a saber; a pesquisa bibliográfica realizada a partir do material elaborado sobre a temática que consubstanciaram as reflexões desenvolvidas desde sua escolha até a apresentação dos resultados. O portfólio bibliográfico é composto de diversificadas modalidades de materiais os quais incluem livros de leitura corrente e de referência, publicações periódicas/revistas e produções acadêmicas em teses e dissertações.

Pesquisa de Campo, que segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 31) é a que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese, que se queira comprovar “ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los.”

Dito isto, neste trabalho, a pesquisa de campo ocupou-se em perquirir o objeto de estudo utilizando-se um formulário criado na plataforma *Google Forms*¹⁴ aplicado pelo próprio pesquisador na amostra de população selecionada para a pesquisa; o formulário é constituído de perguntas abertas e fechadas e busca a natureza dos dados direcionada para a análise quanti-qualitativa, que de acordo com Goldenberg (2009, p 23) “aponta para a análise concernente a complexidade do problema, permitindo assim o cruzamento de dados e informações de maneira mais precisa e flexível”.

As questões apresentadas neste formulário encontram-se fundamentadas no quadro 1: Dimensões e Indicadores das Políticas Sociais Públicas¹⁸ e buscam averiguar sobre as dimensões e indicadores de políticas sociais públicas e acesso a bens e serviços públicos e privados. Ademais, as perguntas abertas buscam desvelar e compreender a percepção das famílias sobre os efeitos da pandemia de covid-19 na vida de suas famílias e no que tange a função do Estado em proporcionar proteção social efetiva durante o período pandêmico.

Para Gil (2010, p. 12), a vantagem nessa modalidade de pesquisa “consiste na cobertura

¹⁴Ferramenta da empresa Google para a criação de questionários e formulários online com o objetivo de coletar e analisar dados de forma mais profissional, prática e rápida. disponível no seguinte link: <https://forms.gle/9xXxTjZt2ai3YV5G8>.

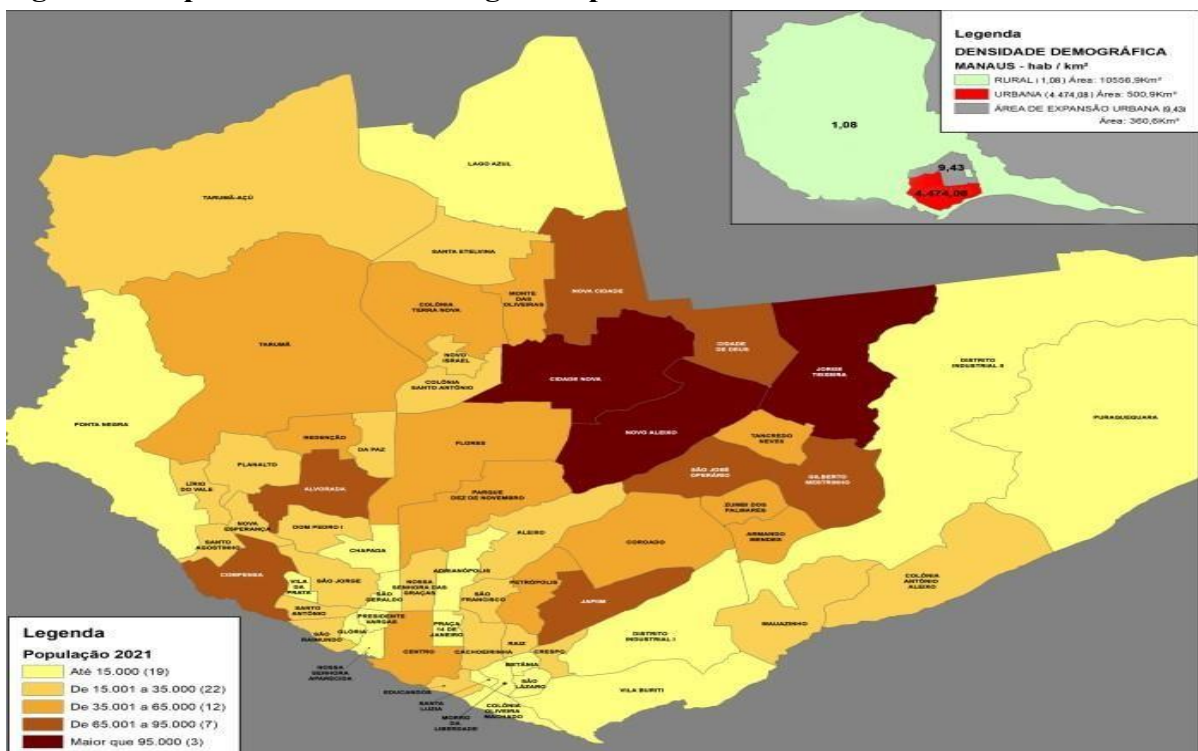
ampla de informações, fenômenos e dados”. Entretanto é preciso ter cuidado com a veracidade das fontes, para que não se reproduza posicionamentos equivocados.

O *locus* da pesquisa foi o bairro Tancredo Neves, zona leste do município de Manaus, capital do estado do Amazonas, Brasil. Manaus é a capital do estado do Amazonas e localiza-se na região nordeste do território amazonense a margem esquerda do rio negro, possui extensão territorial de 11.401,092 km² sendo a maior cidade em população do estado e da região norte.

Manaus possui uma população de aproximadamente 2.255.903 habitantes (IBGE, 2021), sua economia encontra-se alicerçada na indústria de transformação e na administração pública, para isso, conta com a Zona Franca de Manaus que possui principais indústrias nos ramos de eletrônica, artigos de vestuário, petroquímica, equipamentos de transporte e eletrodomésticos.

O bairro Tancredo Neves surgiu por meio da ocupação das áreas localizadas na estrada que ligava os bairros São José Operário à Cidade Nova, hoje avenida Autaz Mirim, antiga Grande Circular, em meados da década de 1980. Igual aos demais bairros da zona leste, o bairro foi ocupado e em 1987, contava com dez mil moradores, parte originários do interior do estado ou de outros bairros da cidade (Manaus, 2021).

Figura 1: Mapa de densidade demográfica por bairro em Manaus



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação (SEDECTI)

Segundo dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação (SEDECTI), o bairro Tancredo Neves possuía em 2010 48.833 pessoas morando em seu território geográfico, com estimativa para 2021 de 61.133 pessoas (IBGE, 2010).

Figura 2: Estimativa populacional da zona leste de Manaus, Amazonas nos anos de 2010 e 2021

ZONA ADM	BAIRRO	POPULAÇÃO		Renda Mensal (R\$)	Número de Eleitores	PERÍMETRO (ha)
		IBGE/2010	ESTIMATIVA 2021	IBGE/2010	TRE/ 2018	PMM/2010
LESTE	ARMANDO MENDES	28.288	35.413	802	19.342	307,65
	COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO	16.602	20.784	714	11.103	923,82
	COROADO	51.354	64.289	1.049	39.940	1031,62
	DISTRITO INDUSTRIAL II (a)	3.899	4.881	1.172	2.493	5137,69
	GILBERTO MESTRINHO	55.347	69.288	784	23.447	707,15
	JORGE TEIXEIRA	112.879	141.311	726	70.755	1557,15
	MAUAZINHO	23.560	29.494	734	14.388	748,83
	PURAUQUARA	5.856	7.331	680	4.328	4055,69
	SÃO JOSÉ OPERÁRIO	66.169	82.836	920	60.345	543,10
	TANCREDO NEVES	48.833	61.133	700	34.567	304,64
ZUMBI DOS PALMARES	35.159	44.015	725	26.443	251,05	

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação (SEDECTI)

Sendo assim, para viabilizar a operacionalização desta pesquisa deste porte, fez-se necessário delimitar o universo a amostra e a amostragem analisada neste trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 33) “universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”; desta forma, a pesquisa possui como universo de estudos o quantitativo de 61.133 moradores que residem no bairro Tancredo Neves, zona leste de Manaus (Manaus, 2021) dentre os quais fora retirado a amostragem que compõe esta pesquisa.

Para isso considera-se que a população da pesquisa é finita (Richardson, 2012), utilizou-se a seguinte fórmula para calcular o tamanho da amostra a utilizada na pesquisa sustentada na estimativa da proporção populacional, no nível de confiabilidade necessário para o estudo e a margem de erro conforme a fórmula abaixo descrita:

$$n = \frac{N * Z^2 * p * q}{(N - 1) * E^2 + Z^2 * p * q}$$

Registra-se referências de cálculos e análises assumidas no decorrer deste estudo

n = ?	Número de indivíduos na amostra
N = 61133	Tamanho da população
Z _α = 1,96	Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado: 90%
p = 0,5	Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos interessados em estudar

$q = (1-p) = 0,5$ Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que sem
 interesses de estudar
 $E = 0,1$ Margem de erro

Então, substituindo os dados temos:

$$n = \frac{N * Z^2 * p * q}{(N - 1) * E^2 + Z^2 * p * q} = \frac{61133 * (1,96)^2 * (0,5)^2}{(200 - 1) * (0,1)^2 + (1,96)^2 * (0,5)^2} = 95$$

Assim, visando garantir a viabilidade do processo de coleta de dados, a amostra selecionada foi de 95 famílias a serem entrevistadas. Ressalte-se que o critério de escolha para o *locus* da pesquisa se efetivou a partir da renda, conforme dados do IBGE (2010), utilizados no Mapa da População Estimada por Bairros de Manaus, Amazonas da SEDECTI (2021) o bairro Tancredo Neves possuía como renda *per capita*, o valor de R\$ 700,00 para os custos individuais de cada membro familiar, tendo assim a 2ª menor renda *per capita* do município por bairro, ficando atrás somente do bairro Puraquequara que possuía renda de apenas R\$ 680,00 *per capita*.

Para a pesquisa delimitou-se os critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos onde, destaca-se que para a inclusão e participação na pesquisa, respondendo o formulário aplicado o entrevistado deveria: a) ter morado no bairro Tancredo Neves em 2019, haja vista que esse período compreende tempo anterior para o cenário pandêmico provocado pela Covid-19; b) ser maior de 18 anos – completos no dia, mês e ano da pesquisa- pois o indivíduo prestou informações pessoais individuais e familiares e c) aceitar participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Por se tratar de uma pesquisa buscou-se evidenciar uma transformação socioeconômica da realidade no contexto da pandemia da Covid-19, esta pesquisa, se se ateve a um recorte para coleta e análise dos dados de um anos antes e durante a pandemia ocorrida em especial nos anos de 2019 a 2021, de forma a estabelecer um cenário do real que permitisse distinguir as metamorfoses sociais e econômicas desencadeadas durante a crise sanitária da pandemia de Covid-19 no *locus* da pesquisa.

Desta forma, recorreu-se as fontes de informação de dados de origem primária, que constituíram a base de dados desta pesquisa, além disso elegeu-se indicadores e dimensões de análise da pobreza multidimensional. Assim, tomou-se como fonte de dados principal os dados coletados na pesquisa de campo que garantiram a capilaridade a análise proposta, pois o conjunto de dados forneceu a possibilidade de uma análise combinada das dimensões e seus indicadores.

Para isso, foi utilizada a metodologia que calcula o IPM elaborada por Alkire e Foster

(AF) (2011), esta medida foi construída com base na abordagem das capacitações de Amartya Sen, na qual o bem-estar não é restrito à renda. Sen (1999), a partir da abordagem das capacitações passou a definir a pobreza como a privação de uma pessoa com relação ao acesso aos funcionamentos valorados por ela, à limitação do seu conjunto capacitário; o conjunto de dimensões consideradas na mensuração da pobreza foi ampliado, englobando, além da renda, a saúde, a educação, as condições de saneamento e outros funcionamentos valorados pelas pessoas (Marin, *et. al.*, 2018).

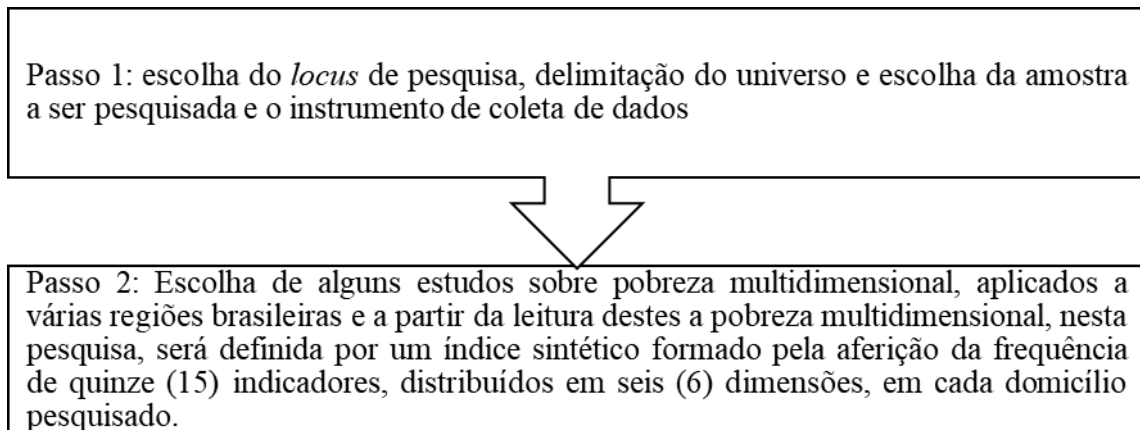
O Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010) apresenta o IPM, que emprega o Método Alkire e Foster alicerçado na abordagem das capacitações. A medida, desenvolvida por Alkire e Foster (2011), reflete a amplitude e a complexidade da pobreza por meio da inclusão de múltiplas privações que uma família sofre por meio de um único número, que, como foi dito, pode ser decomposto em outros, e estes outros valores podem ser comparados entre regiões, grupos específicos e dimensões/indicadores (Vieira, Kuhn, Marin, 2017).

O método AF se efetiva primeiro pela identificação: onde os indivíduos são identificados como sendo pobres ou não, tendo como base uma linha de corte definida pela privação ou não de cada indicador e segundo pela agregação: que consiste na reunião de dados em um indicador de pobreza que representa um número mínimo de indicadores em que cada indivíduo encontra-se privado para ser considerado pobre em nível multidimensional.

O IPM foi calculado em mais de cem países em desenvolvimento, é flexível em relação a sua base de dados com a possibilidade de combinação de dados cardinais, ordinais e categorias e pode ser desagregado por grupos, regiões e, até mesmo, por dimensões. As vantagens que o IPM possibilita compreender as características da pobreza, visto que é possível analisar quais dimensões impõem privações para determinados grupos ou regiões (Vieira, Kuhn, Marin, 2017).

O caminho de aplicação do método AF neste trabalho a partir da construção da metodologia se efetivou da seguinte maneira registrada na figura 3 a seguir:

Figura 3: Processo de aplicação do método AF



Fonte: elaborado por ROCHA, 2023 a partir de MARIN, *et. al.*, 2018.

Desta forma, as dimensões escolhidas foram: saúde, trabalho, rendimento e proteção social, habitação, educação, assistência social e acesso a serviços básicos públicos e/ou privados. Cada uma das seis dimensões recebeu peso de 16,67% e da contagem total das privações analisadas em um domicílio. Estes pesos foram assim divididos igualmente entre cada um dos indicadores determinados para cada dimensão. Estes, refletem os conceitos de funcionamentos e capacidades, nos quais encontram-se, assentadas as premissas do IPM do PNUD (UNDP, 2015).

Para ilustrar didaticamente o processo de escolha, elaborou-se um quadro contendo as dimensões, os estudos de referências para os indicadores e os critérios de privação ou não de cada dimensão escolhida de acordo com o portfólio bibliográfico e os indicadores apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Dimensões e Indicadores das Políticas Sociais Públicas

DIMENSÕES	INDICADORES	PRIVAÇÃO (P)	PESO	ESTUDO DE REFERÊNCIA
Saúde	Acesso aos serviços de saúde	Não tem acesso aos serviços de saúde	5,56%	(Marin, <i>et. al.</i> , 2018)
	Condições de compra para medicamentos	Não pode comprar um medicamento necessário	5,56%	Marin, <i>et. al.</i> ,2018)
	Possuir instalações Sanitárias (redegeral, fossa séptica, rudimentar)	Não possui a instalações sanitáriasadequadas	5,56%	(Vieira, <i>et. al.</i> 2017)
Trabalho, rendimentos e proteção social	Emprego	Não estiver empregado no períodode referência	5,56%	Marin, <i>et. al.</i> ,2018)
	Proteção Socia lno trabalho	Não possui carteira assinada e/ou contrato de trabalho	5,56%	(Lira, <i>et. al.</i> ,2020)
	Rendimento da casa	Não possui um rendimento familiar superior a um salário-mínimo ¹⁵¹⁹	5,56%	Marin, <i>et. al.</i> ,2018)
Habitação	Moradia	Se não possui casaprópria ou mora dealuguel, moradia cedida etc.	8,33%	Marin, <i>et. al.</i> ,2018)
	Equipamentos domésticos	Não possui geladeira,TV rádio, fogão e chuveiro elétrico	8,33%	Marin, <i>et. al.</i> ,2018)
	Analfabetismo	Se possui analfabetos na família	5,56%	(Vieira, <i>et. al.</i> 2017)

¹⁵ Utiliza-se para aferição o valor do salário-mínimo brasileiro do ano de 2022 que é de R\$ 1.212,00

Educação	Anos de estudo	Não concluiu o ensino fundamental	5,56%	(Vieira, <i>et. al.</i> 2017)
	Qualificação	Sim, gostaria de estudar mais, mas não tem oportunidade	5,56%	Marin, <i>et. al.</i> , 2018)
Assistência Social	Programa Auxílio Brasil (antigo Programa Bolsa Família)	Se não é beneficiário do Auxílio Brasil (antigo Programa Bolsa Família)	5,56%	Escolha do pesquisador
	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Se ninguém recebe do BPC na residência	5,56%	Escolha do pesquisador
	Auxílio Emergencial (AE)	Se não foi beneficiária do Auxílio Emergencial	5,56%	Escolha do pesquisador
Acesso a serviços básicos públicos e/ou privados	Serviços oferecidos pelo setor público ou privado	Não tem acesso aos serviços de energia elétrica, possui água encanada/tratada/poço, há coleta de lixo, drenagem para o esgoto/poço negro e iluminação pública	16,67%	Marin, <i>et. al.</i> , 2018)
Total	100%			

Fonte: ROCHA, 2023.

O mérito de realizar uma análise nessa perspectiva é fomentar na academia, na política e nas organizações nacionais e internacionais o debate sobre a pobreza não apenas sob a ótica econômica, mas ir além, no caminho de uma perspectiva que englobe as demais dimensões materiais das necessidades humanas. Sendo que

a pobreza tem de ser pensada como uma contrapartida da concentração do patrimônio, da renda e da forte tendência ao consumo de luxo. Havia então, necessidade de considerar diversos indicadores ao se conceituarem e/ou se propusessem políticas de combate à pobreza (Furtado, 2002 *apud* Rezende, 2014, p. 19)

Assim, escolhidas as dimensões e seus indicadores, é preciso refletir sobre quais as contribuições destas para a construção do IPM e como foram analisadas na perspectiva de verificar o acesso ou não por parte das famílias pesquisadas como apresentado a seguir.

De acordo com Marin *et al.* (2017; 2018) a dimensão ‘saúde’ tem o intuito de observar

a cobertura do acesso à saúde, acesso à água limpa, saneamento básico, acesso e poder de compra de remédio. Essa dimensão é fundamental, pois relaciona-se a ter condições físicas saudáveis para a vida em sociedade, mercado de trabalho etc. Os autores Marin *et. al.*, (2018, p. 5), a dimensão ‘trabalho, rendimentos e proteção social’, é relevante porque aquilo a que o indivíduo consegue ter acesso limita-se ao que ele ganha em termos monetários, e isso restringe sua liberdade de escolha dos itens onde a privação relativa ou total de renda pode gerar uma privação absoluta de capacitações. No entanto, Lira, *et. al.*, (2020, p. 66) a capacidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos por meio de emprego pleno e trabalho decente. A relevância de se discutir trabalho no contexto de pobreza relaciona-se tanto com acesso à renda do trabalho, entendendo sua relevância para manutenção e reprodução da vida, tanto com o acesso a direitos, sendo que momentos de precarização das relações trabalhistas tendem a aumentar os níveis de pobreza, assim como o rebaixamento de salários e aumento do desemprego (Borges; Kraychet, 2007).

Sobre a dimensão ‘habitação’, os indicadores propõem questionar o acesso a moradia e principalmente a esta, com a dignidade que lhe deve caber. Em 1988 a nova Constituição Federal do Brasil (CF) considera a habitação como um direito do cidadão, estabelecendo a função social da propriedade a partir de diretrizes que priorizam a inclusão social, e a participação democrática garantindo o acesso e a posse de um imóvel que poderia ser habitado por estes indivíduos que seriam donos deste (Brasil, 1988).

Logo, o direito à moradia é concebido como inerente ao ser humano, que faz jus à sua morada, ao seu local, a sua pousada, enfim ao seu habitat. A moradia constitui-se como essência do indivíduo de modo que sem ela a existência digna de outros direitos, como o direito à vida e à própria liberdade, não é exercida de forma satisfatória e plena (SOUZA, 2004, p. 60, 159).

A moradia é um dos direitos que deve ser efetivado na vida de um indivíduo, pois um lugar para viver configura-se como fundamental para o exercício dos demais direitos como saúde, educação, segurança pública, dentre outros.

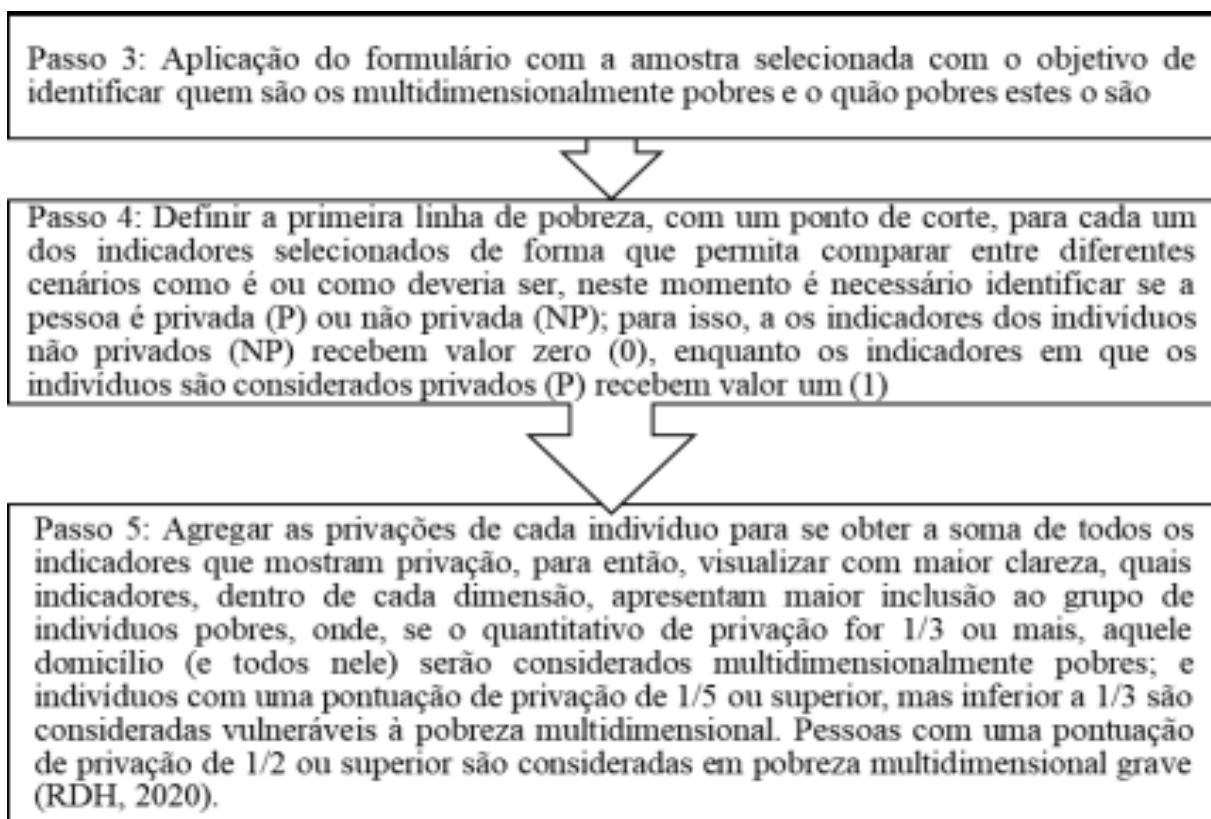
A dimensão ‘educação’ segundo Marin, *et. al.*, (2018), influencia a liberdade substantiva de o indivíduo ter uma vida melhor. Sen (1999) defende que a falta de educação, no sentido de falta de acesso ao conhecimento escolar, age como uma barreira para a participação do indivíduo nas atividades econômicas. Além disso, uma pessoa com maior escolaridade tem maior consciência de como evitar riscos à saúde, e esse conhecimento proporciona uma vida mais saudável. Nesse sentido, a educação serve como alicerce para a expansão de outras liberdades. Para Alkire e Santos (2010) representa o desenvolvimento de capacidades relativas aos funcionamentos de conhecimentos e habilidades, que propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem durante a vida coletiva

(Alkire; Santos, 2010).

Para a dimensão ‘assistência social’ Sen (1999, p. 45) argumenta que os direitos de troca dependem não somente do mercado, mas também, se houver, do Estado, que proporciona trocas como parte de seu programa social. Transferências de renda como seguro-desemprego, aposentadoria e benefícios específicos afetam os lotes de mercadorias que uma pessoa pode controlar. Segundo Sen (1999), as provisões de segurança social são essenciais para o complemento dos processos de troca de mercado e de produção; são, ainda, particularmente significativos no contexto de carência alimentar.

A dimensão ‘acesso a serviços básicos públicos e/ou privados’ proporcionam às pessoas qualidade de vida. Um indivíduo com acesso a saneamento básico, por exemplo, tem menor possibilidade de ser contaminado por doenças e, portanto, consegue ter uma vida mais saudável. Da mesma forma, ter acesso a transporte público facilita a sua inserção no mercado de trabalho e a sua atuação na sociedade. Essas questões ganharam ainda mais destaque ao serem inseridas nos ODM, que defendem, entre outros, a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) estabeleceu metas e definiu montantes de investimentos para que elas sejam cumpridas até 2030(UNDP, 2015). Após elencada as dimensões necessárias para o estudo garante-se a continuidade conforme registrado na figura 4

Figura 4: Processo de aplicação do método AF



Passo 6: Aplicar a linha k : com base no corte k , obter o grupo de pessoas pobres, e omitir os dados das pessoas que não são consideradas pobres (os não pobres recebem zero nos resultados das dimensões/indicadores)

Passo 7: Calcular a incidência H : a proporção de pessoas pobres que são privados em k ou mais dimensões (d) - indicadores, neste caso - sobre o total de indivíduos analisados; Onde q é o número de pessoas que são multidimensionalmente pobres e n é a população total, sendo expressa pela seguinte equação: $H = \frac{q}{n}$.

Passo 8: Calcular o hiato de pobreza média A , que é calculado somando a proporção de privações totais que cada pessoa sofre

Fonte: elaborado por ROCHA, 2023 a partir de (Marin, *et. al.*, 2018)

Segundo este cálculo, se o indivíduo um sofre privação em quatro das seis dimensões/indicadores e a pessoa quatro sofre privação em seis de seis e dividindo o resultado pelo número total de pessoas pobres. $A = (4/6 + 6/6) / 2 = 5/6$, este cálculo se efetiva a partir da seguinte fórmula $IPM = Mo$: $Mo = H \times A$. A utilização de dados primários, obtidos via pesquisa de campo, permite que as dimensões sejam definidas de acordo com a percepção que os próprios indivíduos têm sobre o contexto em que encontram inseridos. A corresponde ao número médio de privações que a pessoa pobre sofre.

Figura 5: Processo de aplicação do método AF

Passo 9: Mensurar de forma quantitativa e qualitativa utilizando-se de cálculos, fórmulas e apresentando em gráficos, tabelas e quadros o IPM proposto como análise para as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves em Manaus

Onde: o valor do IPM é o produto de duas medidas: o índice de pobreza multidimensional e a intensidade da pobreza (ou hiato de pobreza média), como expresso na seguinte equação:

$$IPM = HXA$$

Fonte: elaborado por ROCHA, 2023 a partir de (Marin, *et. al.*, 2018) e (RDH, 2020)

Assim, a Pobreza Multidimensional é entendida como a situação de privação de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que asseguram a cidadania plena e requer, para sua superação, uma estratégia abrangente de programas sociais de natureza universal, alocativa e redistributiva que sejam monitorados e avaliados a partir de um conjunto de indicadores específicos que integrem a pobreza monetária/renda e a vulnerabilidade social – privações de acesso a direitos, bens e serviços. (Peres, 1987).

Os indicadores multidimensionais de pobreza se diferenciam pelo foco: na pobreza, na vulnerabilidade ou no progresso social; pelas dimensões consideradas e seus respectivos pesos; pelas variáveis que compõem os indicadores; pelas linhas de pobreza utilizadas; pela combinação das dimensões e privações; pelas fontes das bases de dados; e, por fim, pela agregação ou não dos indicadores (Peres, 1987, p. 18).

3.2 Pandemia e Pobreza Multidimensional: a realidade das famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves

Localizada na Amazônia, a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, ocupa o sétimo lugar no ranking das metrópoles brasileiras, com 2.182,763 de habitantes representa 52% da população estadual (IBGE, 2020). O acesso à cidade e ao Estado se faz, prioritariamente, por via aérea e fluvial, considerando que não há estrada trafegável que as conecte às demais regiões do Brasil. Desse modo, por meio do transporte fluvial fazem-se as conexões com o mercado internacional e nacional, cujo modais hidroviário e rodoviário são efetivados nas cidades de Porto Velho e Belém. outra metrópole amazônica, que se conecta aos demais centros econômicos do país.

O estado do Amazonas, em 13 de março de 2020, confirmou o primeiro caso de Covid 19, e ao anunciarem medidas de contenção e isolamento dezenas de pessoas começaram a procurar atendimento em prontos socorros públicos e privados, sem a devida precaução, causando aglomeração e caos. Antes da conclusão da identificação de uma viajante de 39 anos que chegou de Londres e de um casal que esteve no mesmo voo do viajante que chegou da Itália em São Paulo, a contaminação procedeu sem limites, e assim, eclodiam notícias na mídia sobre o aumento repentino das “internações por problemas respiratórios”, o primeiro óbito foi registrado em 24 de Março, sendo a vítima um empresário do município de Parintins (SILVA; DIAS, 2020, p.05).

Como forma de conter o avanço da doença, as autoridades políticas, governadores e prefeitos, decretaram medidas de isolamento, ocasionando a paralisação de aulas, cancelamento de eventos, fechamento de rodovias, proibição de comércio não essencial, toque de recolher,

entre outras, com o objetivo de reduzir o aglomeramento de público nestes locais. No entanto, as recomendações das autoridades estaduais e municipais, quanto aos cuidados sanitários e de proteção contra a covid-19 foram pouco céleres; inicialmente negavam a eficácia do uso da máscara, não providenciaram a desinfecção dos espaços públicos e enquanto isso, a população acompanhava nos meios de comunicações e ao seu redor amigos, familiares e conhecidos serem infectados. Isso, por sua vez, fez com que na última quinzena de abril os casos de Covid 19 aumentaram em números alarmantes, provocando a superlotação nos hospitais e unidades de saúde de Manaus, antes já precária e com reduzidas condições sanitárias nos locais de atendimento. A “Paris dos Trópicos”, nome carinhosamente atribuído à Manaus por referência francesa, tornou-se foco de atenção nacional e internacional, seja pela forma como a pandemia alastrou-se e pelo número de óbitos como também sobre o colapso dos leitos hospitalares, o esgotamento dos espaços nos principais cemitérios da cidade e por último a falta de oxigênio que contribuiu com a morte de inúmeras vidas.

Em nível nacional Manaus é objeto de reportagens com inúmeras denúncias, desde a limitada condição de atendimento, ausência de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde e usuários até o superfaturamento na compra de respiradores e contratos de hospital privado para suprir necessidade de atendimento de responsabilidade do poder público. Em abril de 2021, houve o anúncio do esgotamento da capacidade operacional do Hospital e Pronto Socorro Delphina Aziz, referência para internação de casos graves de Covid 19, a unidade não possuía equipe médica para atender os leitos disponíveis, além de não contar com novos leitos e equipamentos necessários para o tratamento da doença (BELFORTE, REIS, PAULINO DA SILVA, & CAVALCANTE, 2020).

Para o mundo, isto revela a abissal desigualdade social e crise sanitária sem precedente na história e que avançou em uma acelerada interiorização, alcançando até os mais remotos municípios amazônicos; a condição de quase isolamento geográfico não se tornou obstáculo à expansão da Covid-19 na capital, que rapidamente passou a ser a metrópole em que a pandemia alcançou calamidade pública. Manaus sucumbiu à pandemia, cuja ação governamental (Estado e União) não foram as mais adequadas, urgentes e eficientes, considerando o que se evidenciava em outros países do mundo.

Toda essa situação se agravou ainda mais com a crise no mercado de trabalho. Os dados do IBGE (2020), em 2017, indicaram que o salário médio mensal em Manaus era de 3,0 salários-mínimos, com proporção de pessoas ocupadas (com trabalho) em relação à população total de 23,7%. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa alcançavam 37,9% da população. Se pensarmos as condições de moradia, apenas 62,4% de domicílios tinham esgotamento sanitário apropriado, e somente 26,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Se

observarmos que a taxa de informalidade do mercado de trabalho no Amazonas corresponde a 57,6% (média nacional é de 41,1%), a terceira maior do país, tem-se todo um quadro social, cuja crise foi potencializada com a geografia da Covid-19, em evento global que atingiu os lugares mais distantes na Amazônia brasileira (COSTA SILVA, 2020, p.70).

Com o cenário pandêmico, as dificuldades na saúde, as restrições econômicas e de trabalho foram aumentando, os trabalhadores informais, desprotegidos, foram os mais afetados, contribuindo para o aumento do quadro de vulnerabilidade social. Assim, acesso à saúde pública, trabalho e renda são as variáveis que tornam mais drástica, para os mais pobres, trabalhadores informais e autônomos, a geografia do novo coronavírus na metrópole amazônica, e nos estados da região norte do país (BELFORTE, REIS, PAULINO DA SILVA, & CAVALCANTE, 2020).

No plano nacional, o desemprego atingiu a taxa recorde de 14,4%, ou seja, 13,8 milhões de pessoas sem trabalho, sendo o maior problema social do país, e a taxa de informalidade atingiu 38,0% da população ocupada, o que significa 31 milhões de trabalhadores informais, chamado pela imprensa corporativa de novos “empreendedores” do Brasil. Por sua vez, entre os meses de janeiro a outubro de 2020, a inflação dos alimentos chegou a 9,75%, em parte causada pela exportação de alimentos, resultando em mais desigualdades socioespaciais, o que levou o país a retornar ao mapa da fome (IBGE, 2020).

Enquanto o Brasil assumia o terceiro lugar no ranking global de taxa de mortalidade, o governo federal propunha a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), fazia oposição à vacina chinesa (coronavac), divulgava notícias falsas sobre o uso de medicamentos que trariam a “cura” para a doença, sobre o isolamento social e uso de máscaras faciais e se apresentava contra a vacinação dos brasileiros, atuando mais uma vez na politização da vida e da saúde pública.

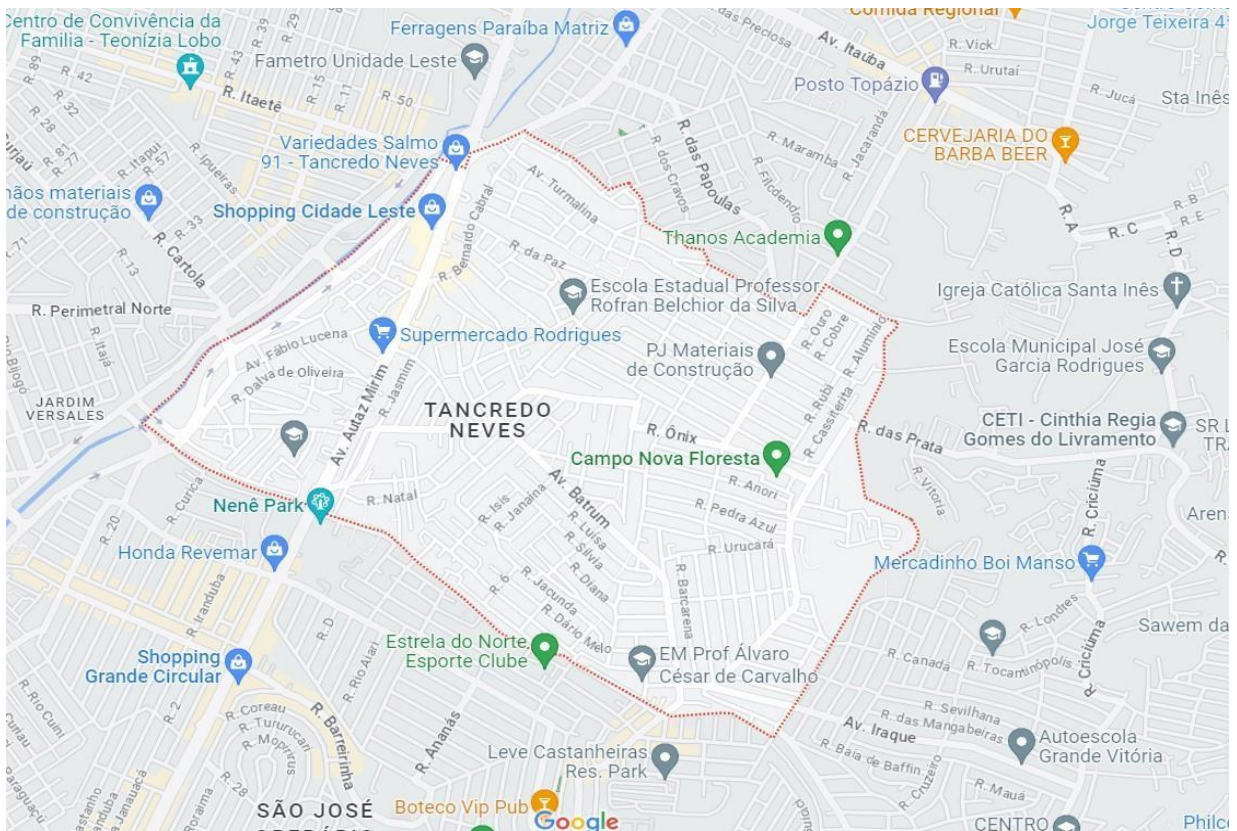
Na década de 1970, o perímetro urbano de Manaus era limitado as áreas administrativas da cidade como as regiões sul, centro-sul, oeste e centro-oeste, isso se dava por serem regiões próximas a área portuária, donde o deslocamento em parte acontecia, assim como o comércio e atividades público administrativas. Depois do exponencial crescimento industrial e o aumento do fluxo migratório, as zona norte e leste da capital começaram a ser ocupadas, sendo estas ocupações irregulares e em regiões sem condições ambientais e sanitárias adequadas (ASSAD, S.D).

Em 1980, estas áreas, nomeadas de periféricas, por estarem a margem geográfica do centro populacional foram se expandido, marcando a presença de massa de trabalhadores e trabalhadoras migrantes que vinham em busca de oportunidade e de populações com baixo nível de renda daí, surgiram alguns dos maiores bairros das zonas norte e leste como: Santa Etelvina, São José Operário, Jorge Teixeira, Zumbi dos Palmares, Tancredo Neves dentre outros, a concentração populacional nas zonas leste e norte são, em parte, responsáveis pelo agravamento

de problemas relacionados à ocupação desordenada do solo, destruições da cobertura vegetal, poluição dos corpos d'água e deficiência do saneamento básico (SOUZA, 2009, p. 50). Neste trabalho, enfatiza-se o *locus* da pesquisa de campo, que é o bairro Tancredo Neves.

Localizado na zona leste de Manaus, Amazonas, o bairro possui uma área de 363 hectares (Manaus, 2020) e faz fronteira com os bairros da Cidade Nova, Jorge Teixeira, Novo Reino, São José Operário e Nova Floresta. Equipado com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas municipais de ensino fundamental, estaduais de ensino fundamental e médio, delegacia e estabelecimentos comerciais diversificados, além disso, possui em seu entorno um empreendimento que é o Shopping Cidade Leste que conta com lojas de diversos segmentos e uma unidade do Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC) (Diário de Campo, 2023).

Figura 6: Imagem via satélite do bairro Tancredo Neves



Fonte: Google Maps

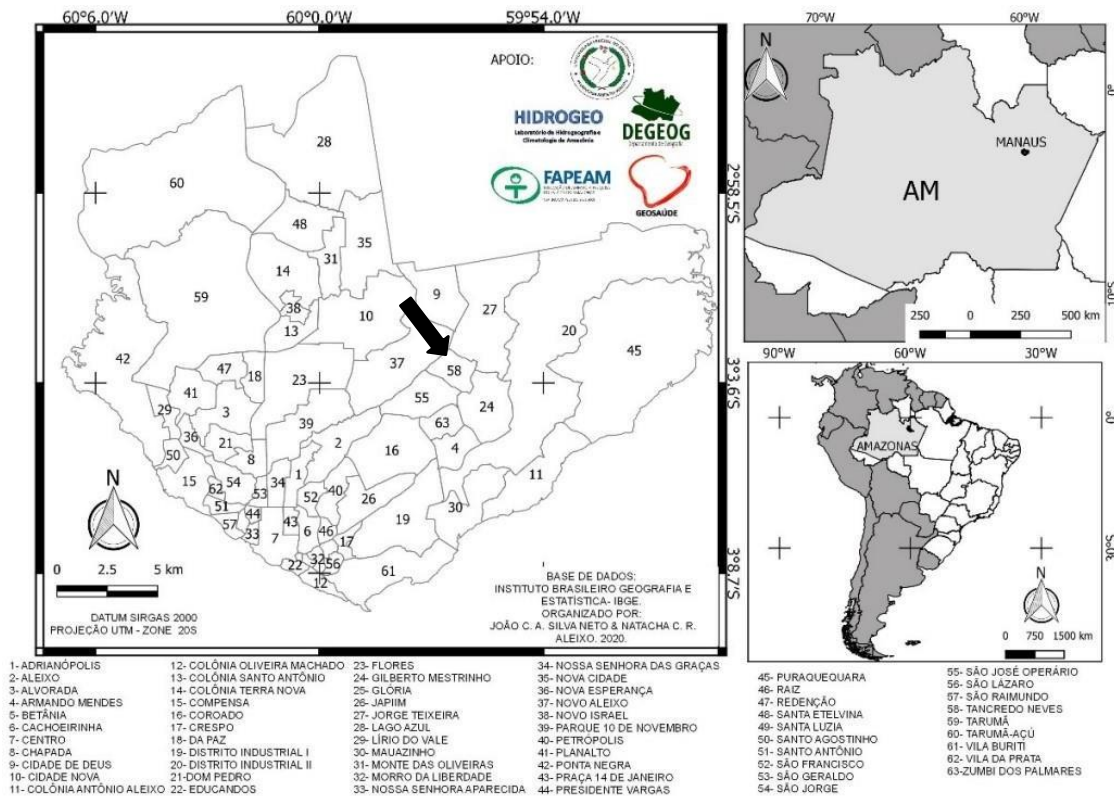
Com a expansão territorial urbana em Manaus, desigualdades socioespaciais foram corporificadas, característico nas cidades metropolitanas. Os equipamentos urbanos que beneficiam os cidadãos não chegam a população e à medida que a produção do espaço urbano ocorre sem o planejamento adequado, expõe também uma parte da população a riscos como a rápida difusão e aumento dos casos confirmados da Covid-19. (OLIVEIRA e COSTA, 2007; PEREIRA e ALEIXO, 2019; ALMEIDA, 2019)

A vulnerabilidade social é um processo multidimensional que pode ser analisado partindo das desigualdades materializadas na produção e reprodução capitalista dos espaços urbanos. As condições de vulnerabilidade afetam a sociedade e/ou grupos populacionais, de forma distinta uma vez que por determinadas realidades vividas, são mais expostos aos riscos e têm menores condições socioeconômicas para respostas positivas mediante algum evento adverso ao bem-estar (ALEIXO e SANT´ANNA NETO, 2017; AYRES et al., 2009).

Assim, este estudo concentrou-se no perímetro geográfico deste bairro, conforme a imagem 6, com a realização da pesquisa de campo e a observação do *locus*. Pois, conhecer a vulnerabilidade social associada aos casos confirmados e formas graves da Covid-19 é fundamental para subsidiar políticas públicas que auxiliem os grupos vulneráveis na transformação dos contextos e promoção da saúde (ACSELRAD, 2015; AYRES et al., 2009).

Em 2020, a SEDECTI, por meio da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) encomendou a pesquisadores da Rede de Geógrafos para a Saúde, o laboratório Hidrogeo do departamento de geografia e do programa de pós-graduação em geografia da UFAM e outras instituições de pesquisa do Brasil e América do Sul uma análise sobre as condições de vulnerabilidade e espacial de risco a covid-19 em Manaus, para isso utilizaram a divisão administrativa de bairros da cidade conforme o mapa disponível na figura 7, ressaltou-se que em virtude de delimitação de análise, dedica-se ao bairro Tancredo Neves numerado neste mapa como perímetro 58 e sinalizado a partir de uma seta.

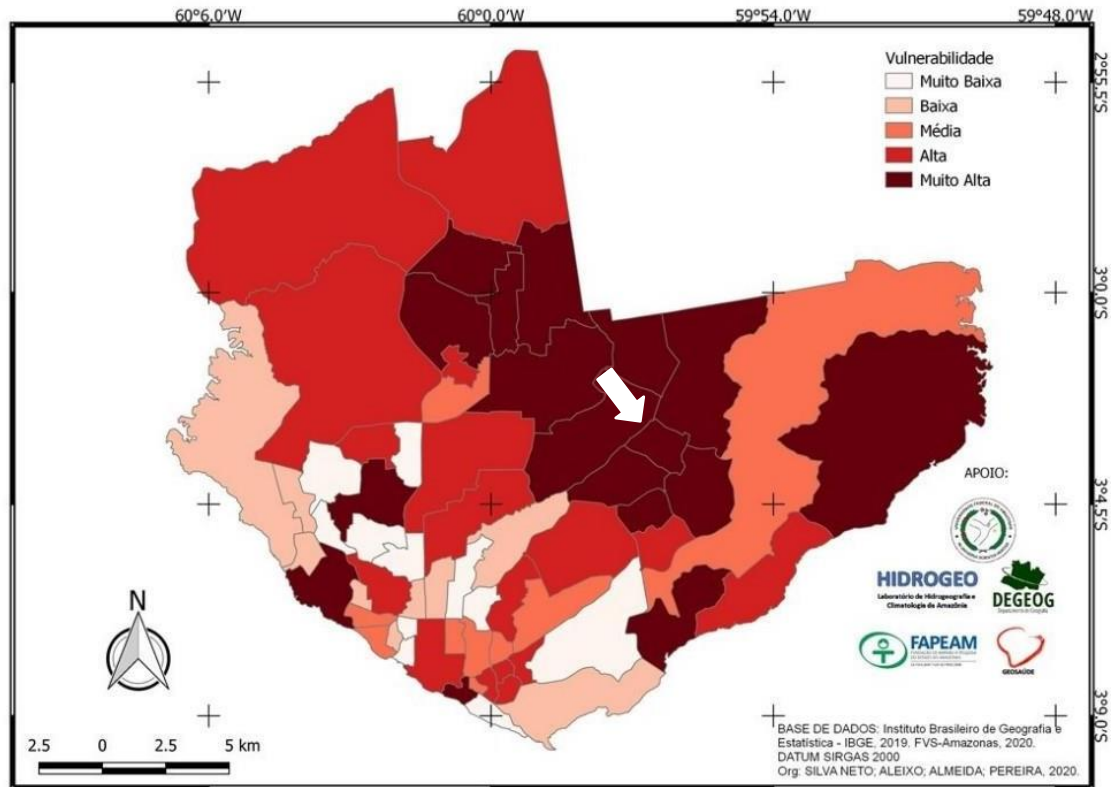
Figura 7: Localização dos bairros da cidade de Manaus, Amazonas



Fonte: ALEIXO; SILVA NETO; ALMEIDA; AMORIM PEREIRA, 2020

A partir de indicadores socioeconômicos, demográficos e de saneamento que incluíam renda, idade, acesso a rede e abastecimento de água, densidade da população, dentre outros. (IBGE, 2010) e por meio da análise estatística, o grupo de pesquisadores indicou os percentuais de 20,40,60,80 como níveis para medir a vulnerabilidade socioespacial de vulnerabilidade e risco a covid-19. Os níveis foram organizados e dispostos da seguinte maneira, muito baixa vulnerabilidade (20), baixa vulnerabilidade (40), média vulnerabilidade (60), alta vulnerabilidade e muito alta vulnerabilidade (80); além disso, elaboraram um mapa com a classificação dos bairros e regiões de baixa e alta vulnerabilidade na cidade de Manaus-Amazonas.

Figura 8: Vulnerabilidade social a Covid-19 na cidade de Manaus, Amazonas



Fonte: ALEIXO; SILVA NETO; ALMEIDA; AMORIM PEREIRA, 2020

Observa-se então, para fins de argumento nesta pesquisa, que o bairro Tancredo Neves (58), a partir de levantamento realizado utilizando os indicadores supracitados pelos pesquisadores como em situação de muito alta vulnerabilidade, obtendo percentual 80 na classificação sendo apresentado na figura 8 em tom de vermelho muito escuro (ver legenda da figura). Isto por sua vez corrobora com a necessidade de investigações como a desta pesquisa, a fim de conhecer a realidade das famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves.

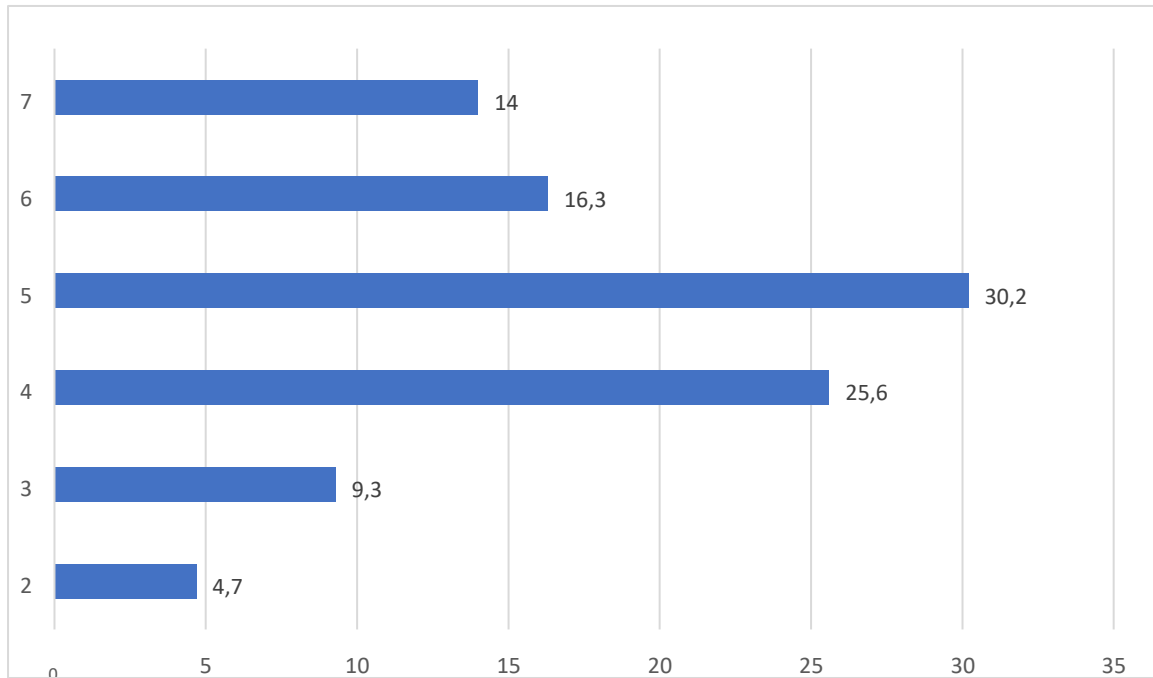
A seguir, então, apresenta-se os dados obtidos durante a pesquisa seguidos de análise fundamentada com vista a perquirir o objeto de estudo deste trabalho apresentando a priori elementos sobre o perfil socioeconômico do público alcançado a posteriori uma análise quanti-qualitativa anos de 2019 a 2021 tendo como plano de fundo o cenário pandêmico que assolou o Brasil e o mundo entre os anos de 2020 e 2023 (OMS,2023).

3.3 Aspectos socioeconômicos das famílias do bairro Tancredo Neves

Para analisar a pobreza, em suas dimensionalidades é necessário conhecer os aspectos socioeconômicos dos indivíduos que compõem a realidade, por isso, apresenta-se os aspectos introdutórios sobre composição familiar, tempo de residência e condição financeira das famílias que habitam o bairro Tancredo Neves.

Essa apresentação introdutória, registra o perfil dos participantes da pesquisa, para que quando do momento da análise comparativa, de maneira a viabilizar uma sucessiva aproximação da realidade vivenciada pelas famílias vulneráveis da zona leste de Manaus, Amazonas. Ressalte-se que os dados descritos nos gráficos encontram-se expressos em percentuais (%).

Gráfico 1: Composição Familiar



Fonte: ROCHA, 2023.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do ano de 2019, para o tema Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores, cada domicílio abriga em média, 2,9 pessoas, sendo a maior média regional a da região norte com 3,3 pessoas por habitação (IBGE, 2019).

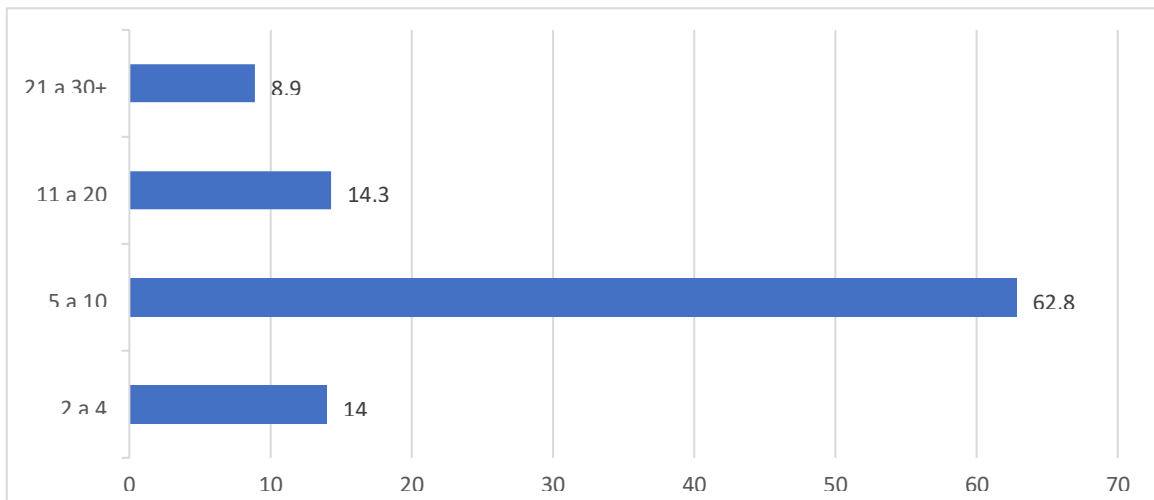
De acordo com a pesquisa de campo, e conforme ilustra o gráfico 1, quando indagados sobre a composição familiar por domicílio os participantes expressaram que cinco indivíduos (30,2%) é o quantitativo maior de composição do núcleo familiar vivendo no domicílio, seguido por domicílios compostos de quatro indivíduos (25,6%) e 6 (16,3%). Isso por suavez, expressa que as famílias participantes da amostra são numerosas e concentram em seus domicílios números acima da média nacional de indivíduos abrigados por habitação que é de 3,3 para a região norte, concentrando, a partir do cálculo da média dos dados obtidos, a média de 4,8 indivíduos por domicílio no bairro Tancredo Neves em 2023 conforme a amostra pesquisada.

Destes sujeitos, 39,5% encontram-se entre 28 e 37 anos e 25,6% possuem entre 18 e 27 anos, seguidos de 16,3 % que na faixa entre 38 e 47 anos, ou seja, há uma predominância

significativa de adultos acima dos 18 anos de idade e que responderam a pesquisa como representante doméstico do grupo familiar.

Por último, infere-se também, com base nas respostas discursivas dos participantes da pesquisa que o núcleo familiar é composto por indivíduos de 1º e 2º graus, já que os relatos expõem avós, avôs, sogra, sogro, primo, prima, sobrinho, sobrinha, dentre outros como membros habitando a mesma unidade domiciliar com pais e filhos no período investigado, caracterizando uma família extensa e numerosa como refletem os dados.

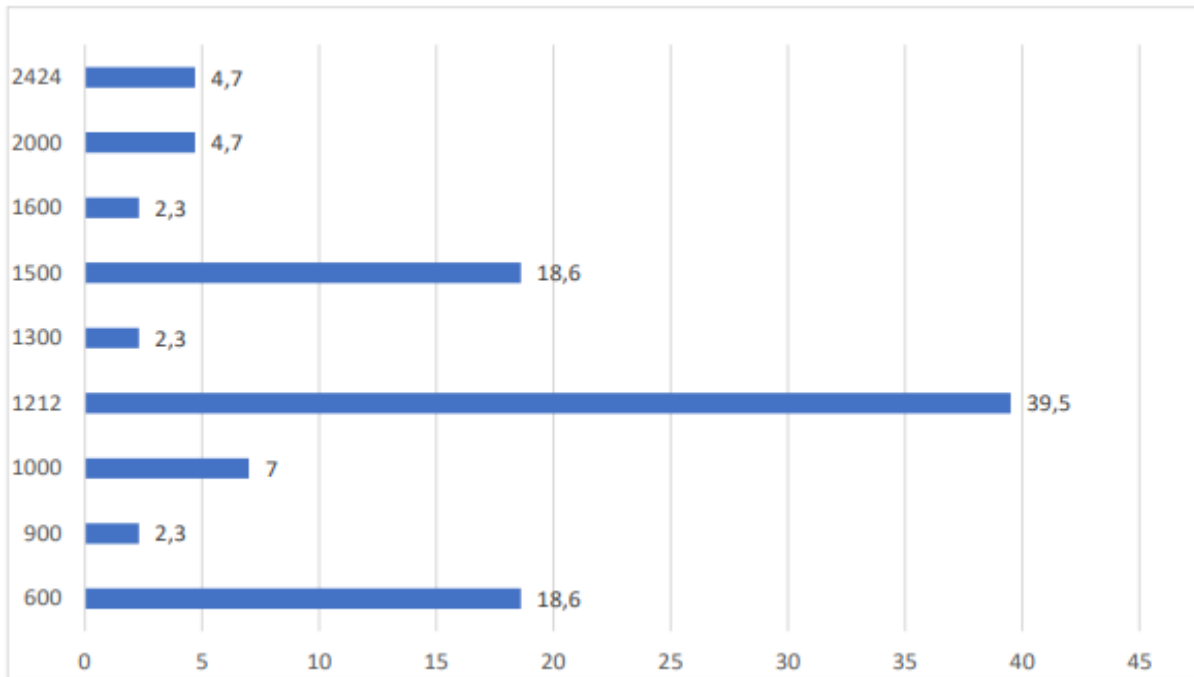
Gráfico 2: Tempo de residência no bairro Tancredo Neves



Fonte: ROCHA, 2023.

Ao serem questionados sobre o tempo de residência no bairro Tancredo Neves, 62,8% dos participantes afirmaram morar entre cinco a dez anos na região, seguidos de 14,3% dos que vivem entre onze e 20 anos no bairro e 14% dos que vivem de dois a quatro anos. Vale ressaltar, que foi estabelecido como critério de inclusão, ter morado no ano de 2019 e 2021 no *locus* da pesquisa por se tratar do período temporal escolhido para a análise.

Gráfico 3: Renda total familiar em Reais (R\$)²⁰



Fonte: ROCHA, 2023.

Os participantes da pesquisa, quando perguntados sobre a renda total familiar sinalizaram que 39,5% destes, recebem um salário-mínimo no valor de R\$ 1.212,00; seguidos em seguida computando 18,6% (cada) os rendimentos de R\$600,00 e R\$ 1.500,00.

Enfatiza-se aqui, que feita a somatória das três maiores e menores rendimentos apresenta-se as seguintes métricas: juntos, os três maiores rendimentos totalizam 11,7% e em contrapartida a isso, os menores rendimentos totalizam 27,9%. Em 2018, segundo a Pnad Contínua, o Amazonas obtinha uma renda domiciliar per capita entre R\$607 e R\$84721, a mesma pesquisa relata que nos últimos anos (2015-2018) os rendimentos provenientes do trabalho diminuíram e os rendimentos de outras fontes aumentaram (IBGE, 2019).

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do ano de 2021, documento este fruto da Pnad Contínua 2019-2020 feita pelo IBGE revela dados que apontam que dentre estes recebimentos financeiros podem estar salário frutos de trabalho, aposentadorias e pensões, benefícios de programas sociais e outras fontes de renda (IBGE, 2021).

O relatório informa, que no biênio 2019-2020 que houve um aumento dos rendimentos provenientes dos benefícios de programas sociais, sendo em 2019 de 4,1% do total de rendimentos recebidos na região norte e 11,6% em 2020. Isto se confirma ao pensarmos que durante o ano de 2020 o governo federal começou a executar o pagamento do Auxílio Emergencial (AE) no valor de R\$ 1.200,00 para mães e solo/chefe de família e R\$600,00 reais

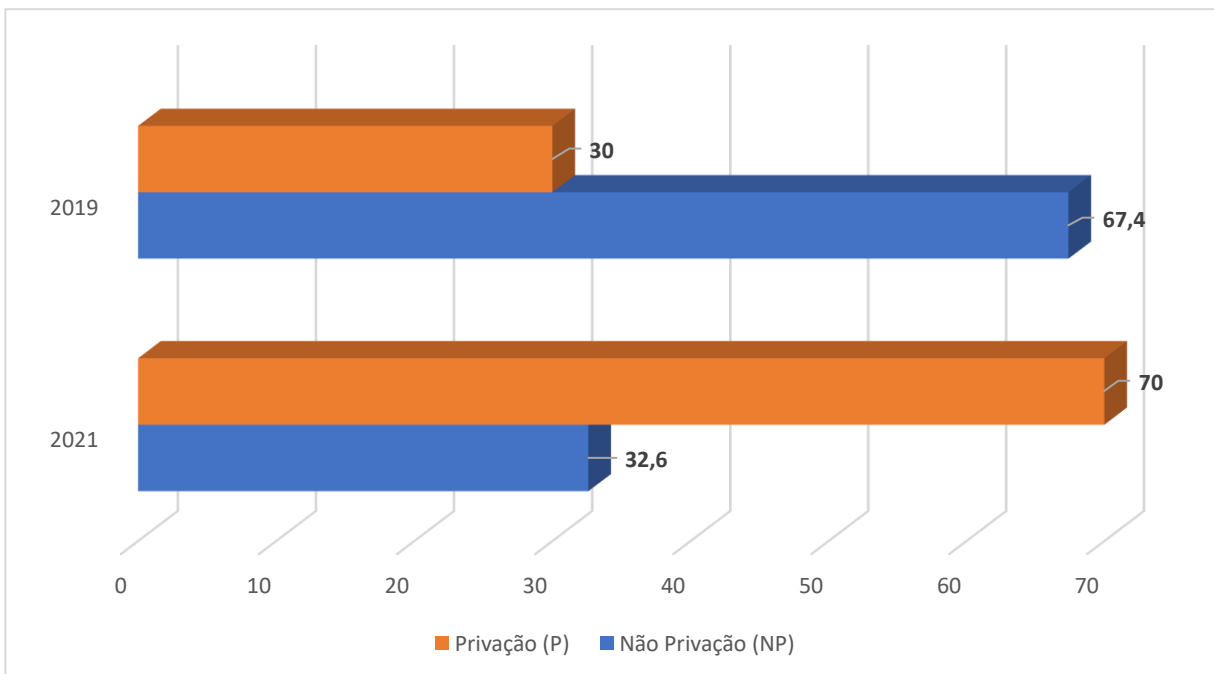
para aqueles que se encontravam em vulnerabilidade social e estivessem inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais do governo.

Sobre isso, Neri (2020, p. 20) diz que a cobertura do AE mostra que entre os domicílios brasileiros 44,1% receberam o benefício sendo a maior cobertura nas regiões Norte (60,6%) e Nordeste (59,6%) e as menores nas regiões Sul (30,9%) e Sudeste (37,2%) contribuindo para que um aumento expressivo das rendas domiciliares seja composto por benefícios governamentais e no caso destas pesquisas os dois maiores quantitativos de repostas sejam de 1 salário-mínimo (39,5%) e R\$600,00 (18,6%).

3.4 Um olhar na realidade: estudo comparativo entre os anos de 2019 e 2021

Uma vez que se fez a caracterização do bairro Tancredo Neves e das famílias participantes da pesquisa, é necessário avaliar as formas de que a vulnerabilidade e a pobreza se manifestam em cada contexto. Para isso, este item realiza uma análise individual das privações vivenciada pelas famílias a luz de cada indicador. O objetivo-se apresentar o nível de pobreza multidimensional em cada uma das situações em níveis percentuais, os dados encontram-se organizados por ano (2019 e 2021) e sendo apresentados por porcentagens (%) de Privação (P) e Não Privação (NP) em cada um dos gráficos.

Gráfico 4: Acesso aos serviços de saúde pelas famílias



Fonte: ROCHA, 2023.

Na dimensão saúde, o resultado comparativo é explícito ao observa-se que em 2019 o nível de famílias com acesso aos serviços de saúde era 67,4% e dos que não possuíam acesso era de apenas 30%. Isto por sua vez, reflete um cenário pré pandemia, onde mesmo existindo

ainda um percentual significativo sem acesso a saúde, a maioria ainda conseguia ter acesso aos serviços básicos. Em contraponto a isso, no ano de 2021, período pandêmico, o cenário muda, e refletiu diretamente no acesso destas famílias a saúde onde, 70% relatam estar em privação desta política e 32,6% apenas encontram-se não privados de saúde.

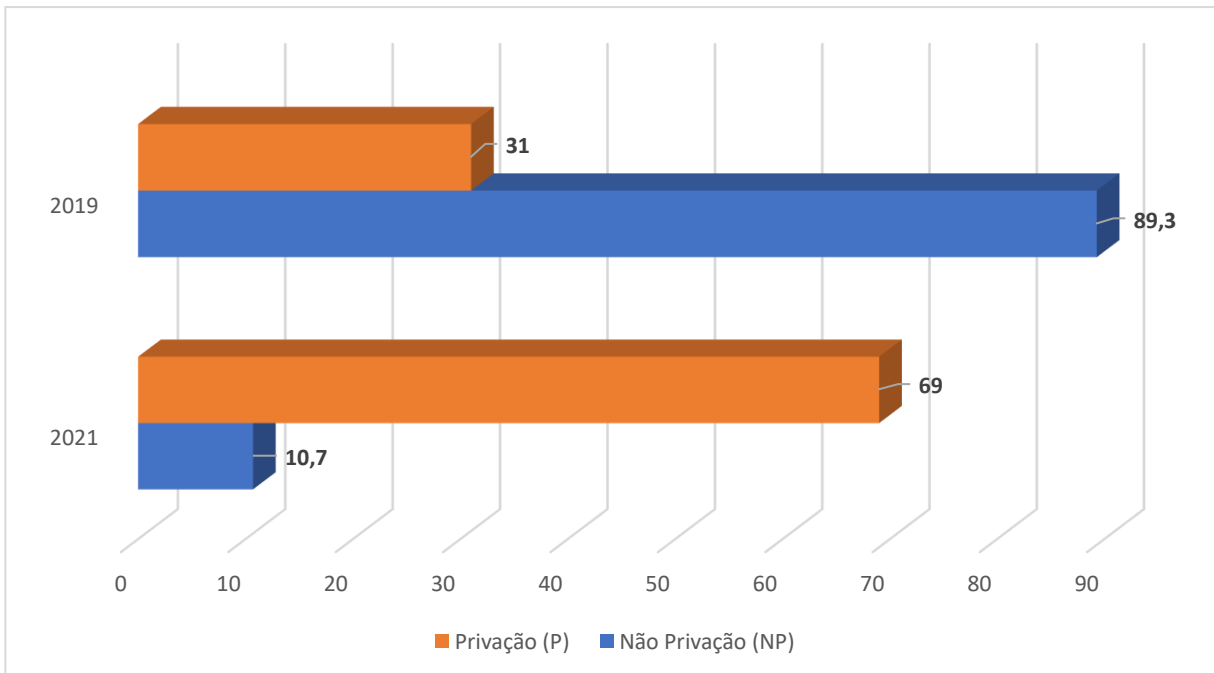
Vale ressaltar, que como dito anteriormente, durante a pandemia de COVID-19, os serviços de saúde público, e mesmo o privado, passaram por situação de esgotamento de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ou de leitos comuns para atendimento das vítimas acometidas do vírus. Ademais, encontra-se implícito nestes dados, que os atendimentos necessários, não eram apenas de combate a pandemia, mas de outras especialidades médicas eletivas como doenças crônicas, urgências e emergências de outras naturezas médicas.

Assim, o acesso a saúde, mesmo sendo direito constitucional garantido no art. 5º da CF brasileira e descrito nos art. 196 à 200 e o Brasil ter uma das políticas mais amplas de saúde como o Sistema Único de Saúde (SUS), esta, ainda não é realidade para os cidadãos, pois, ainda encontra-se estatísticas e situações onde houve maior necessidade de atendimento, como é o caso da pandemia de COVID-19, sujeitos ficaram desprovidos de atendimentos básicos e de proteção contra a relação saúde-doença.

Isto, por sua vez, se garante em parte, apesar de ter um SUS amplo, universal e descentralizado, de um subfinanciamento da política de saúde no Brasil, que vem sendo atacado e sofrendo tentativas de privatização e cortes de gastos como ocorreu em 2016, durante o governo do então presidente da república Michel Temer (2016-2018) com o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 55 que tem como objetivo o congelamento de gastos em algumas políticas públicas e dentre estas a saúde.

Mas isso, não é exclusividade deste governante, pois durante o governo do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) o SUS sofreu diversos golpes com a interrupção de programas de distribuição de medicamentos e tratamentos especializados, corte de pessoal, e escândalos que envolveram seriamente a morte de milhões de brasileiros durante a pandemia, quando o governo federal por seus ministros da saúde, desencorajava o uso de máscaras, relacionava a crise pandêmica a uma “gripezinha”, anunciava tratamentos ineficazes contra o coronavírus, arquitetava o superfaturamento na compra de vacinas internacionais e fraudava, como recentemente ações da Polícia Federal (PF) investigam cartões e registros de vacinas de familiares, amigos e companheiros políticos.

Enquanto isso, amazonenses aguardavam pelo envio de oxigênio, abertura de novos leitos hospitalares, aumento da equipe técnica e se transformava a nível nacional e internacional como o epicentro da pandemia no Brasil.

Gráfico 5: Acesso à medicamento pelas famílias

Fonte: ROCHA, 2023.

Quando feito o levantamento com as famílias sobre as condições de acesso a medicamentos nos anos de 2019 e 2021, observou-se que em 2019 estas não se encontravam privadas destes, pois, 89,3% destas responderam ter condições de comprar medicamentos quando necessário na família.

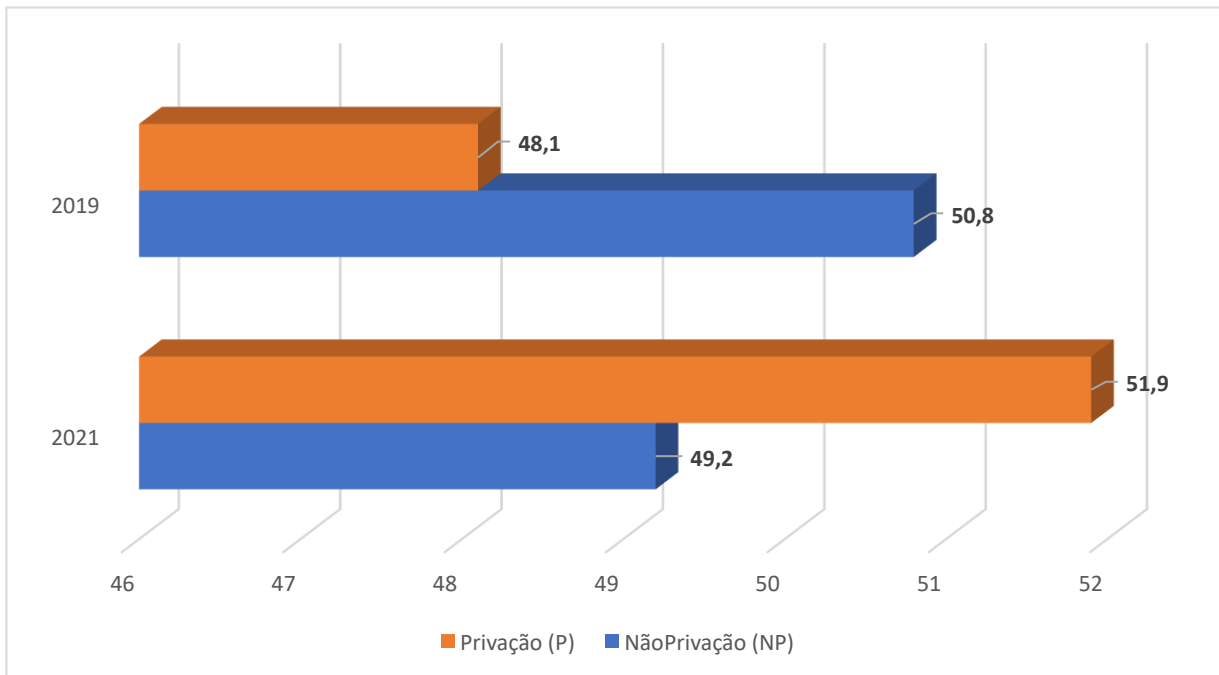
Em 2021, 69% das famílias afirmaram não possuir condições de comprar medicamentos em caso de necessidade, sendo esses um dos principais motivos do declínio da renda familiar ou a quantidade de medicamentos a serem utilizados. No Brasil, a Política Nacional de Medicamentos (PNM) aprovada pela portaria 3.916/1998 tem como propósito “garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população aqueles considerados essenciais” (Brasil, 2000, p.). Assim, é de garantia do Estado, por meio de recursos transferidos da União para a compra e distribuição aos municípios de medicamentos que possam ser distribuídos e utilizados gratuitamente aos usuários do SUS.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2019, o valor gasto com aquisição de medicamentos foi de R\$ 972,9 milhões e que o valor acúmulo desde de 2010 até 2019 com a compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde foi de R\$ 82,1 bilhões; a mesma nota ressalta ainda que destes valores citados parte significativa é destinada na aquisição de medicamentos solicitados via judicialização quando indisponibilizados nas unidades hospitalares e de saúde básica, contudo o seu uso é essencial para o cuidado, então os usuários

do SUS fazem a solicitação via processual à justiça brasileira (VIEIRA, 2021).

Contudo, ao observa-se o gráfico 5 partir das análises é possível constar que a aquisição dos medicamentos e sua distribuição ainda é insuficiente enquanto direito assegurado pelo SUS e que em período de crises sejam econômicas, sociais, políticas ou de emergências sanitárias, como é o caso da pandemia de Covid-19, estes se tornam escassos fazendo com que as famílias tenham que utilizar recursos próprios, também escassos para comprá-los.

Gráfico 6: Acesso a instalações sanitárias



Fonte: ROCHA, 2023.

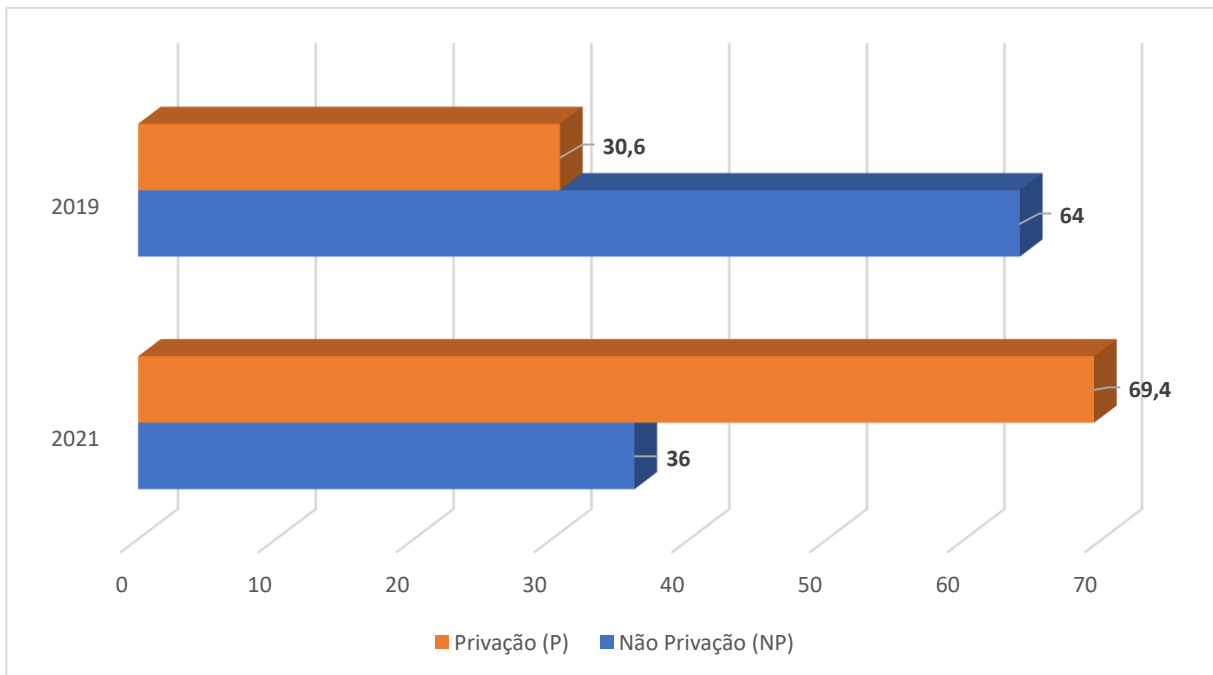
Quanto ao acesso às instalações sanitárias em residências, seja públicas ou privadas – fossa séptica, rústica, entre outras – as 50,8% das famílias responderam que em 2019 possuíam algum esgotamento sanitário particular em suas residências e 48,1% relatam não ter nenhum esgotamento sanitário domiciliar. Em 2021, os privados de esgotamento sanitário representavam 51,9% e os não privados totalizam 49,2%.

O esgotamento sanitário operado em Manaus possui uma extensão superior a 800 quilômetros de redes, conectadas a 76 estações de tratamento que se dividem em dois sistemas principais: 1) que abrange o centro da cidade e parte dos bairros: Educandos, Moro da Liberdade, Santa Luzia e adjacências nomeado de Sistema Integrado e 2) formado por diversos sistemas isolados na cidade que são operados pela concessionária Águas de Manaus (2023).

Segundo a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus (AGEMAN) até o ano de janeiro de 2022, apenas 25% do território da capital amazonense possui cobertura de esgoto, então, observa-se que 75% do território é descoberto de

esgotamento sanitário ficando a responsabilidade individual dos sujeitos a escolha de alguma forma possível de descartar seus dejetos biológicos ou residenciais. Ressalte-se aqui que em consulta nas bases de dados públicos da Águas de Manaus¹⁶ e da AGEMAN foi identificado que inexistente cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no bairro Tancredo Neves.

Gráfico 7: Percentual de indivíduos empregados nas famílias



Fonte: ROCHA, 2023.

Segundo dados do IBGE no painel da Pnad Contínua, no 4º trimestre de 2019 na capital Manaus o número de pessoas ocupadas era de 955 mil e o número de pessoas desocupadas era de 196 mil. Com a crise sanitária, é necessário tornar nítido que as pesquisas da Pnad Contínua foram interrompidas e retomadas no ano de 2022. Sendo assim, os dados de 2020 e 2021 estão indisponíveis para a consulta, toma-se então como base os dados do 4º trimestre de 2022 onde 1.007 mil pessoas estavam ocupadas e 142 mil pessoas encontravam-se desocupadas. Assim, ocorre uma lacuna entre os anos de 2020 e 2021, os dados de 2022 mostram avanço de 52 mil de indivíduos ocupados entre 2019 e 2022.

De acordo com a pesquisa, em 2019, no bairro Tancredo Neves 64% das famílias tinham indivíduos empregados e 30,6% destas não tinham ninguém da família empregado. Em 2021, este cenário muda sendo 69,4% dos indivíduos em privação de emprego e apenas 34% com algum integrante da família empregado. Nesse indicador o nível de privação é superior a metade do

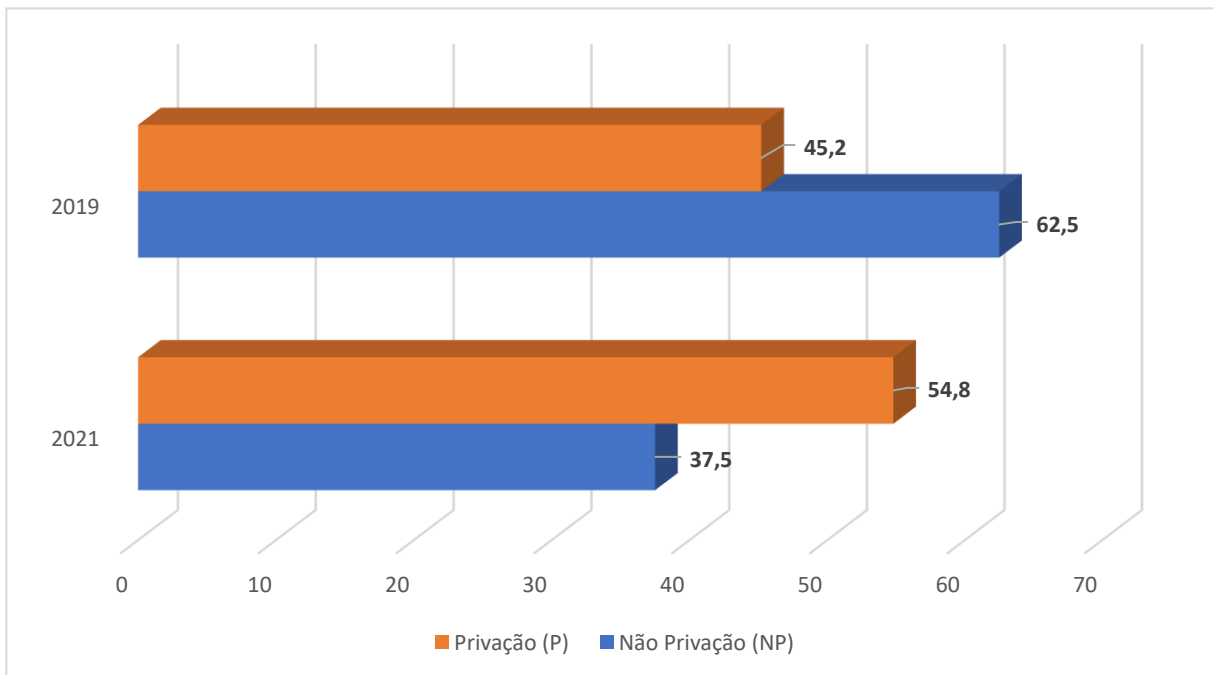
¹⁶ Empresa responsável pela distribuição de água na capital Manaus e recolhimento e tratamento de esgoto.

número de famílias entrevistadas.

Sabe-se que durante a pandemia, com a necessidade do isolamento social e as medidas de *lockdown*, postos de trabalho no país foram fechados e em Manaus o cenário não foi diferente. Como uma das cidades brasileiras mais afetadas pela pandemia, longos foram os períodos de reclusão pelos manauaras, fazendo com que aqueles que detinham a possibilidade do trabalho remoto adotassem o *home office*, mas aqueles que não tinham essa possibilidade foram desligados ou demitidos de suas ocupações.

Os médios e pequenos negócios foram os que mais sofreram nesse período, pois sem ter um fluxo de caixa regular e diante das condições sanitárias foram deixando de comercializar seus produtos e serviços e acumulando dívidas e financiamentos que não conseguiam pagar.

Gráfico 8: Acesso a estabilidade no trabalho



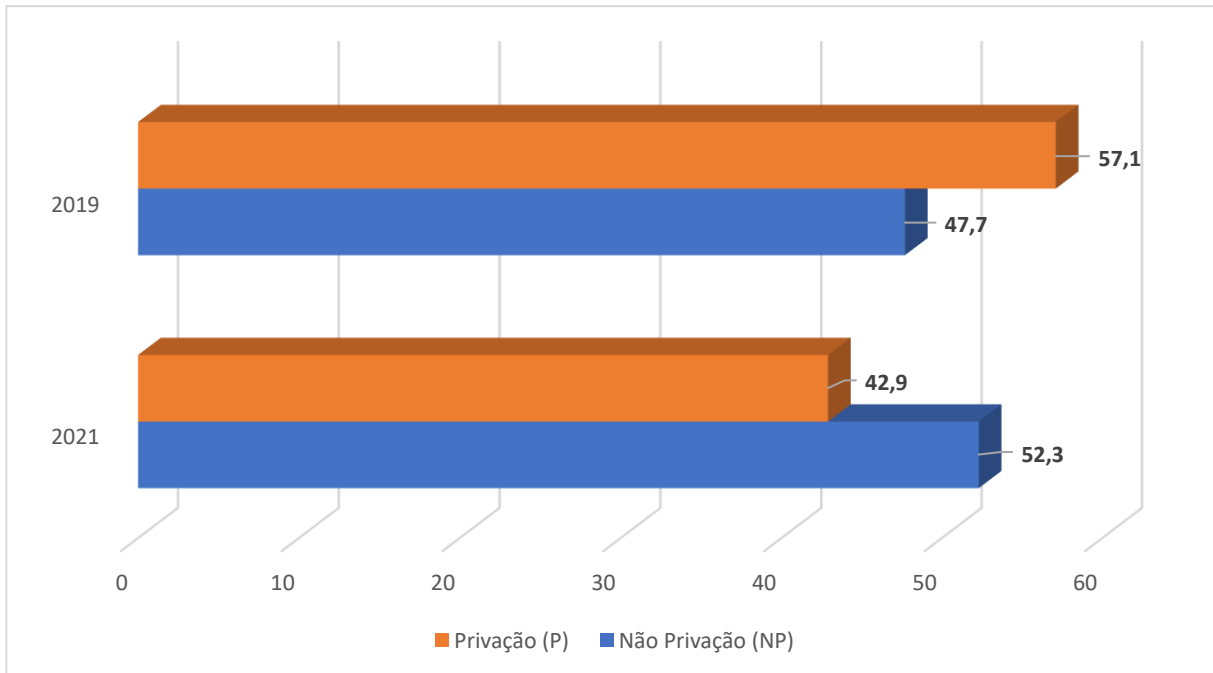
Fonte: ROCHA, 2023.

Quando perguntados sobre a carteira de trabalho assinada ou contrato de trabalho em 2019, das famílias entrevistadas 62,5% possuíam algum vínculo legal de estabilidade no emprego e 45,2% não possuíam qualquer vínculo legal. Em 2021 a proporção muda ao passo que 54,8% dos entrevistados relatam estar privados de vínculo empregatício legal que ofereça estabilidade e 37,5% afirmaram ter algum destes vínculos e por isso não serem privados de certa estabilidade no emprego em caso de demissão e desligamento como seguro-desemprego e resgate do Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS).

O painel da Pnad Contínua para Manaus não apresenta dados de trabalhadores com

carteira assinada nos anos de 2019 a 2021, somente no 2º trimestre de 2022 os dados disponíveis mostram que 351 mil pessoas ocupam vaga de trabalho na área privada com carteira de trabalho assinada e no 1º trimestre de 2023 este número sobre para 353 mil pessoas com vínculo na carteira de trabalho e previdência social.

Gráfico 9: Condições de moradia



Fonte: ROCHA, 2023.

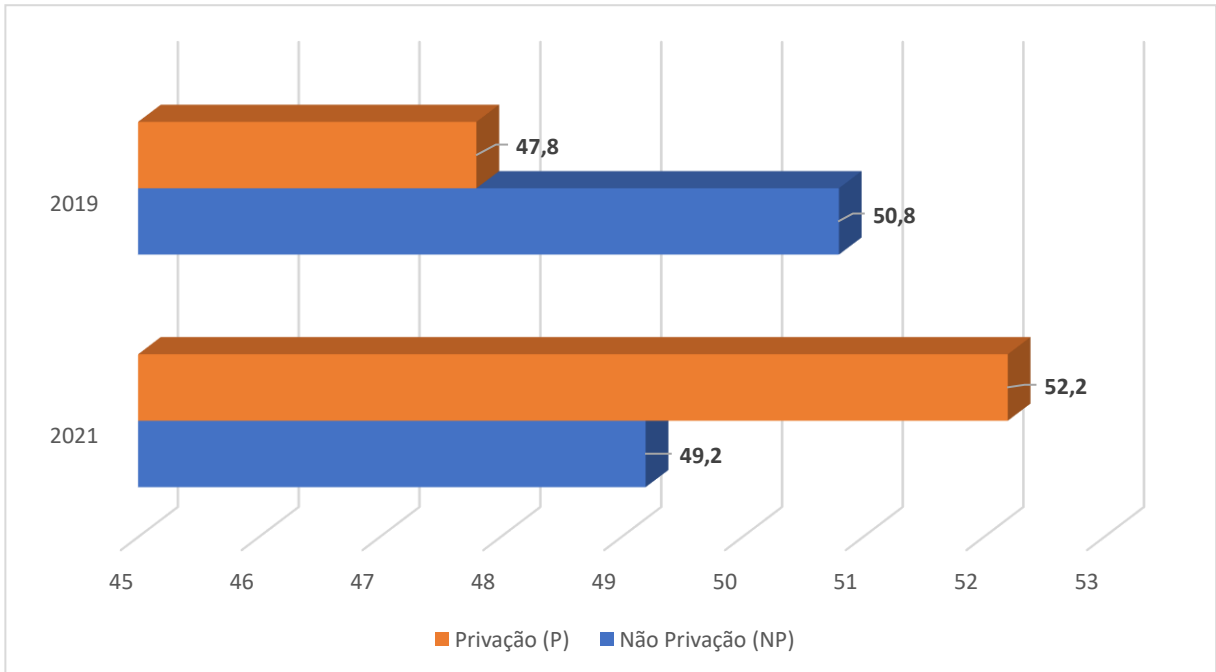
Para o quesito habitação, ao serem perguntados se a residência é própria ou não as famílias responderam da seguinte maneira: em 2019, representavam 57,1% das famílias que não possuíam residência própria e 47,7% que a possuíam. Sendo que em 2021, representam 42,9% não possuíam casa própria os não privados 52,3%, nesse intervalo de três anos as famílias entrevistadas conseguiram se estabelecer no bairro Tancredo Neves adquirindo sua casa própria ou construindo-a.

Em consulta ao site da Superintendência de Habitação (SUHAB) do estado do Amazonas é possível identificar que existe projetos de conjuntos habitacionais em parte significativa do território da capital e inclusive os que circunvizinham o bairro Tancredo Neves, porém em momento algum foi possível identificar projeto ou planejamento de intenção de implementação execução de projetos de habitacionais no bairro estudado.

Apesar de ser própria, a habitação como identificada no gráfico 1: composição familiar, abriga um quantitativo expressivo de indivíduos o que evidencia a falta de espaço. Dados do IBGE trazem que no período de 2017-2018 entre as unidades da federação as regiões norte e nordeste fossem as que mais apresentaram o problema da falta de espaço domiciliar, sendo o

estado do Amazonas o de maior índice, totalizando 46,9% das reclamações de falta de espaço (IBGE, 2021).

Gráfico 10: Acesso a equipamentos domésticos



Fonte: ROCHA, 2023.

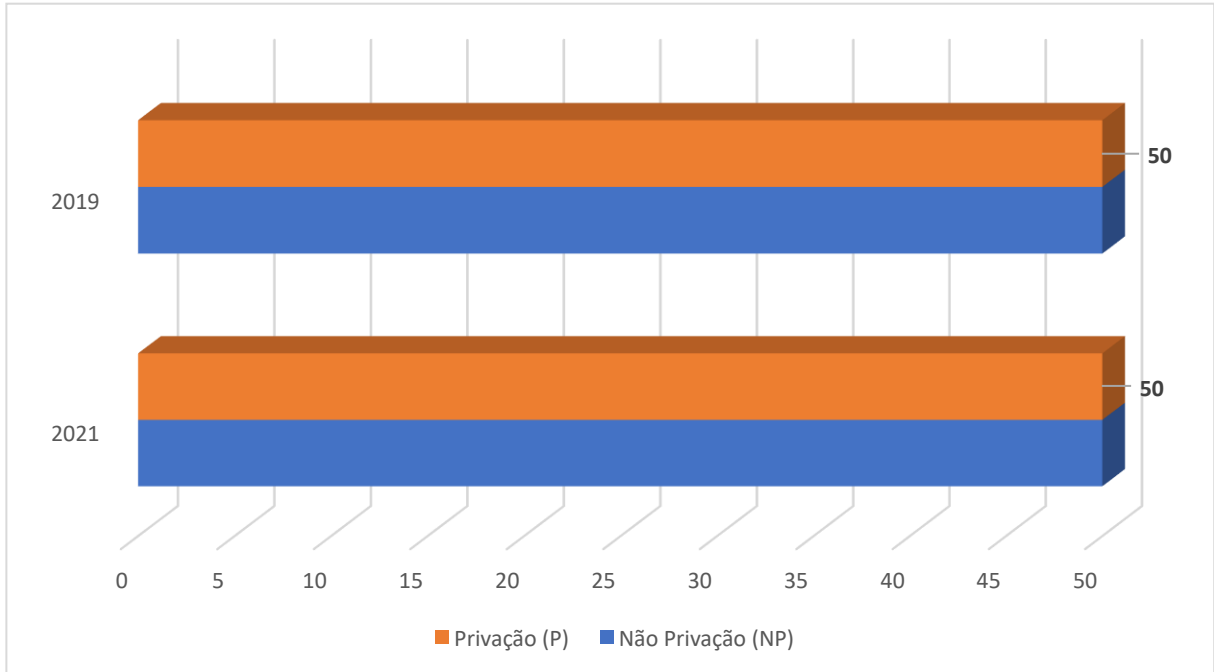
A posse de bens, além de informar sobre o patrimônio material dos moradores, apresenta indícios sobre sua vida cotidiana a maneira como se comunicam, processam e armazenam seus alimentos, deslocam-se, executam as tarefas domésticas, dentre outros. A ausência de um ou outro bem não necessariamente configura uma situação de precariedade, mas ainda assim se trata de informação relevante, em especial quando analisada em conjunto com outras configurações socioeconômicas (IBGE, 2019).

O relatório da Pnad de 2019 para o Brasil diz que no ano em questão 98,1% da população brasileira possuía geladeira em seus domicílios e 66,1% possuíam máquina de lavar, isto mostra que assim como a pesquisa realizada, no ano de 2019 as famílias do bairro Tancredo Neves também estavam incluídas nestes dados por apresentarem porcentagem maior daqueles não privados neste indicador. Vale dizer ainda, que nestes indicadores, não existem dados que aproximem o pesquisador do *locus* pesquisado, pois a Pnad e a Pnad Contínua atentam-se a considerar estatísticas regionais e até mesmo estaduais.

Assim, quando perguntados, se no domicílio tinham acesso a bens como geladeira, TV, rádio, fogão e chuveiro elétrico os entrevistados responderam que em 2019, 47,8% eram privados destes eletrodomésticos e 50,8% possuíam acesso aos itens citados. Em 2021, os

privados dos eletrodomésticos eram de 52,2% e os não privados diferentes de 2019 eram apenas de 49,2% demonstrando assim que houve uma inversão da aquisição e posse destes itens que são fundamentais no domicílio.

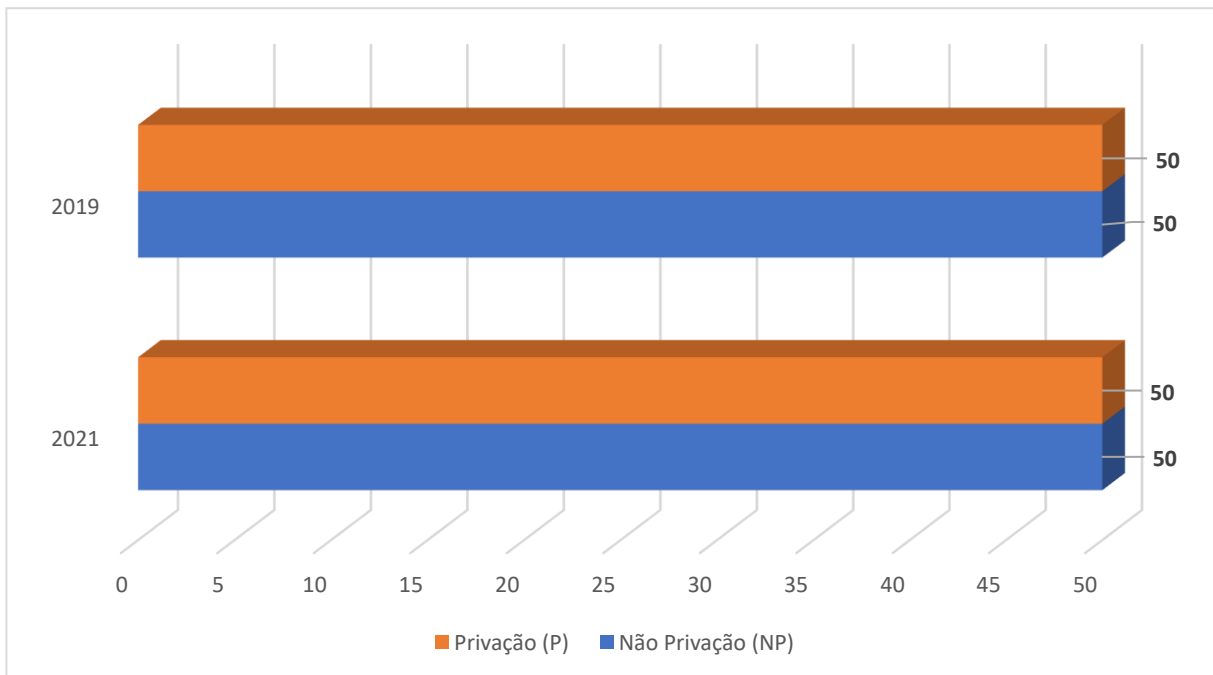
Gráfico 11: Analfabetismo na família



Fonte: ROCHA, 2023.

Segundo dados do IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil em 2019 era de 6,6% da população brasileira e em virtude da não publicação do último censo em 2023 devido a um atraso a crise sanitárias da covid-19 utiliza-se para comparativo apenas os dados da amostra de campo obtida. As famílias do bairro Tancredo Neves relataram nos anos de 2019 e 2021 serem privadas de acesso à educação em 50%, os demais participantes da amostra (50%) relataram não estarem privados em nenhum dos anos do estudo (2019/2021).

Espera-se que com a publicação dos resultados do censo ainda em realização, termos o quantitativo de indivíduos em condição de analfabetismo no Brasil e no estado do Amazonas. Estes resultados, por sua vez, são necessários para que se possa estimar o impacto do lapso de vacância a qual as crianças, adolescentes, jovens e adultos foram submetidos ao terem de se afastar do ambiente escolar durante o período de isolamento social.

Gráfico 12: Conclusão do ensino fundamental escolar

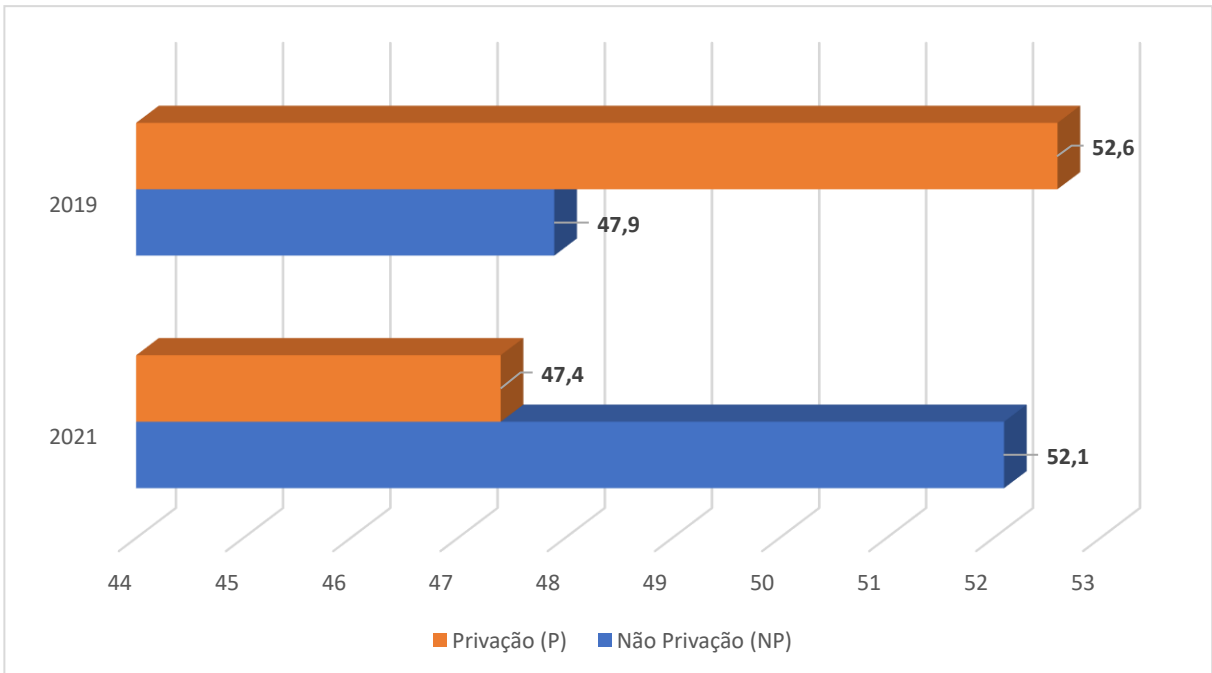
Fonte: ROCHA, 2023.

Sobre a conclusão do ensino fundamental escolar pelos indivíduos do grupo familiar, os participantes responderam que nos anos 2019 e 2021, que 50% estiveram privados e os demais não privados neste indicador. Isto por sua vez, reflete o cenário pandêmico de dois anos em que as crianças e jovens ficaram afastadas do ambiente escolar que contribuiu para que ocorresse a evasão das atividades escolares e não conseguissem concluir o ensino fundamental.

Assim,

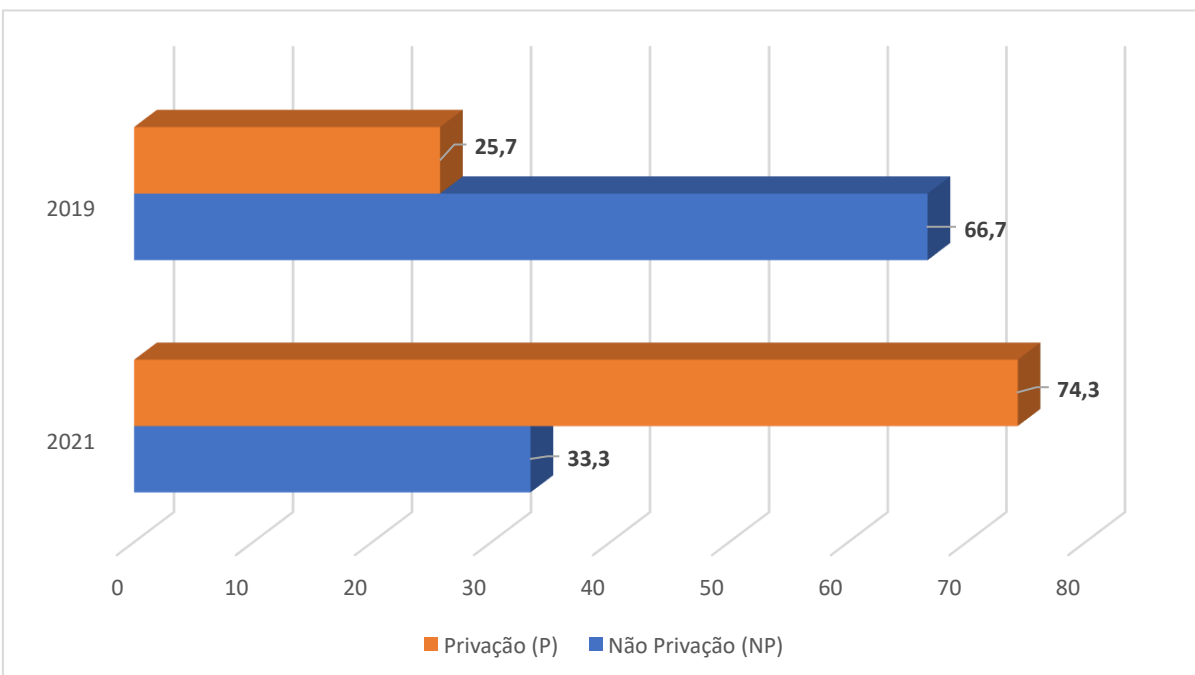
Com o fechamento das escolas, as unidades passaram a adotar o ensino a distância (EAD) a partir do dia 30 de março de 2020. A adoção das atividades não presenciais, apoiadas pelo uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), constituiu-se, assim, num caminho para minimizar as perdas causadas, no campo da educação, pelo isolamento social (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020, p.227).

Todavia, o Brasil por ser um país de dimensões continentais possui áreas distantes e como é o caso da Amazônia brasileira, regiões em que o acesso à energia elétrica, sinal de celular e internet ainda são inexistentes. Por isso, é possível afirmar que neste período as crianças e adolescentes não só destas regiões, mas das demais estiveram suscetíveis a evasão escolar, por não ter acesso ao ensino a distância (EaD), mas também por não reunir condições psicológicas, físicas de saúde e financeiras para cumprir e concluir a jornada escolar.

Gráfico 13: Oportunidade de qualificação profissional

Fonte: ROCHA, 2023.

Quando perguntados se possuem a oportunidade de se qualificar profissionalmente os participantes responderam da seguinte maneira, em 2019, 52% não tinham a oportunidade de se qualificar e 47,9% possuíam a possibilidade. Em 2021, 52,1% tinham a oportunidade de se qualificar e 47,4 estavam em privação neste indicador.

Gráfico 14: Acesso ao Programa Bolsa Família (PBF)

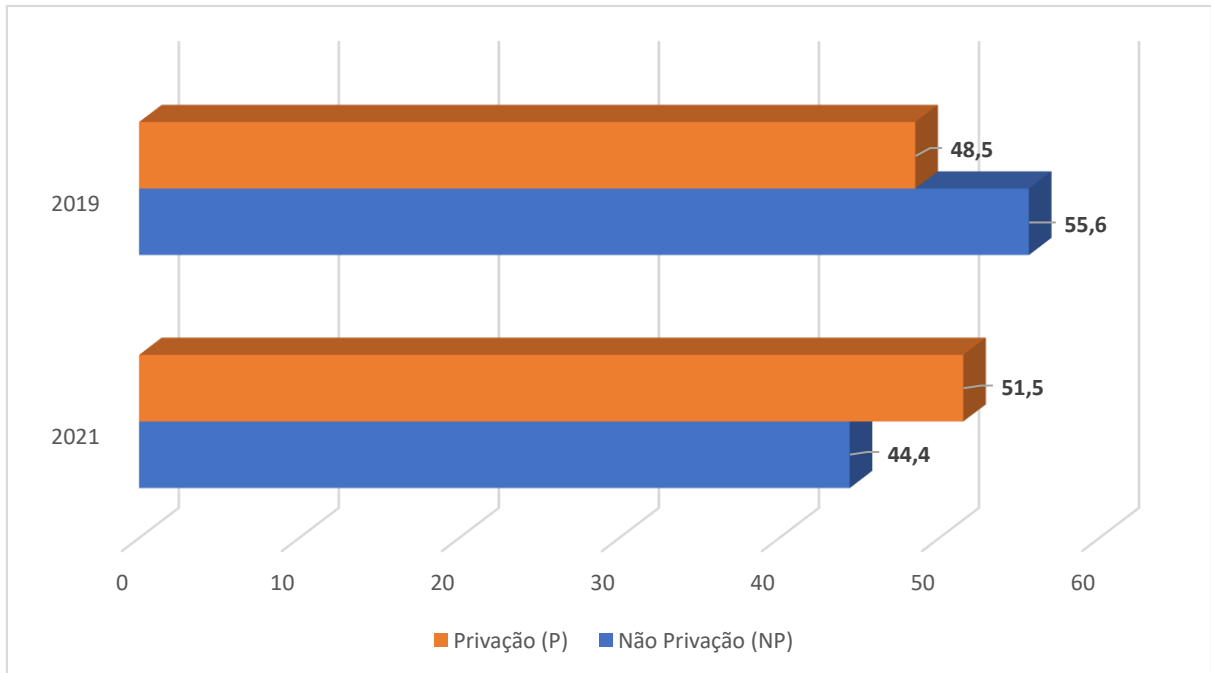
Fonte: ROCHA, 2023.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/ Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único consulta realizada por meio da ferramenta CECAD 2.0, em janeiro de 2019 o número de famílias beneficiárias do PBF no estado do Amazonas era de 123.792, e ao final do ano em dezembro o número era de 116.731 famílias beneficiárias representando uma diferença de 7.061 famílias que tiveram o benefício interrompido no decorrer do ano 2019. Os números do ano de 2020 foram os seguintes, em janeiro de 116.138 mil famílias contempladas pelos benefícios e em dezembro eram 135.608, ou seja, houve um aumento de 19.470 famílias que começaram a receber o PBF.

Em 2021, em janeiro o número de famílias declina e temos 134.906 famílias beneficiárias alcançando ao final de dezembro de 2020 o número inferior de 131.207 famílias beneficiárias, o que representa uma diferença de 3.699 famílias com benefícios interrompidos. Vale ressaltar que ao apresentar estes dados, trata-se de um período de crise sanitária provocado pela Covid-19; assim, com essa instabilidade no número de famílias beneficiárias, cortes e interrupção de recebimento dos benefícios nos leva a pensar como essas famílias custeavam as necessidades básicas de seus filhos e dos integrantes do grupo familiar em um cenário de recessão econômica, distanciamento social e de complexificações na saúde.

Na pesquisa de campo, observa-se conforme o gráfico 15 nos apresenta, que em 2019 o percentual de 66,7% das famílias não se encontrava privadas do recebimento do PBF e em 2021 esse percentual se retrai, fazendo com que 74,3% destas famílias se encontrem em situação de privação deste indicador.

Gráfico 15: Acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)²³



Fonte: ROCHA, 2023.

Ao serem questionados se algum membro da família tinha acesso ao BPC as famílias responderam que em 2019, 55,6% estavam em não privação (NP) deste indicador, seguidas de 48,5% daqueles que se encontram privadas (P) deste benefício. Em 2021, os privados representavam 51,5% das famílias entrevistadas e os NP totalizavam 44,4% destas.

Ressalta aqui que os dados representam a realidade do bairro Tancredo Neves e talvez ocorram dúvidas quando comparados com os números nacionais. Todavia, o objetivo desta pesquisa é exatamente este, aproximar da realidade das famílias do *locus* de pesquisa, colocando luz a veracidade da realidade social, econômica, ambiental das famílias que em determinado período tiveram como única fonte de renda o BPC (Diário de Campo, 2023).

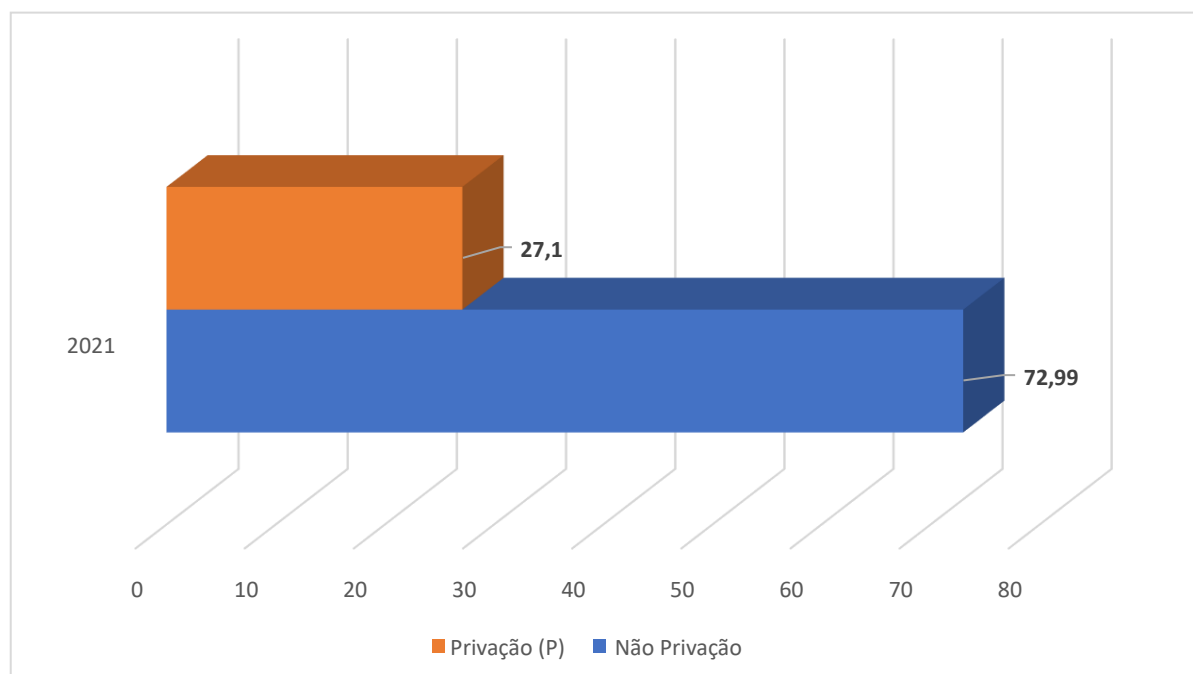
Ainda no CECAD 2.0, obtive-se acesso a série histórica de beneficiários do BPC no município de Manaus-Amazonas conforme tabela 1

Tabela 1: Beneficiário do BPC em Manaus-Amazonas

Período	Quantidade de Beneficiários
01/2019	54.976
12/2019	56.615
01/2020	56.877
12/2020	57.194
01/2021	57.186
12/2021	58.593

Fonte: Adaptação da série histórica do CECAD 2.0 por ROCHA, 2023.

Observa-se então que em Manaus, o número de beneficiários manteve-se com certa estabilidade no período estudado, 2019-2021, variando entre um e dois mil benefícios para mais e para menos nesse período. Ademais, é necessário dizer que por ser um benefício socioassistencial garantido a Pessoas com Deficiências (PCD) e Idosos em situação de vulnerabilidade e não possuir condicionalidade a cumprir este não costuma sofrer tantas alterações em sua concessão.

Gráfico 16: Acesso ao Auxílio Emergencial (AE)

Fonte: ROCHA, 2023.

“O Auxílio Emergencial foi o maior programa de transferência de renda da história do Brasil como forma de atenuar a vulnerabilidade econômica e social garantindo renda mínima a 68 milhões de famílias brasileiras alcançou 32% da população com um valor médio de

R\$2.117,00 segundo dados do Ministério da Cidadania” (LUZ, 2021, p.27).

Assim, antes mesmo de sua implementação, a proposição do AE suscitou o debate sobre qual seria o valor do referido benefício, dentre as possibilidades pleiteadas houve as propostas dos valores de R\$ 200,00 e de R\$ 500,00 chegando ao final das discussões a conclusão de ampliar o valor para R\$ 600,00 sob negociações e acordos políticos. Sobre a sua durabilidade, a priori pensou-se em realizar o pagamento por apenas três meses o que logo então foi ampliando tendo o benefício uma durabilidade de cinco meses sob o valor de R\$600,00.

Ávidos por pensar uma nova proposta que substituísse o AE como o Renda Brasil e o Renda Cidadã postergou-se novamente o fim dos pagamentos, mas somente até o mês de dezembro de 2020 e com o valor de apenas R\$ 300,00 endurecendo também os critérios de de acesso. Segundo Carvalho (2020), utilizando-se dos dados da Pnad Covid-19,

a pandemia reduziu em 67% a massa salarial dos que mantiveram seus postos de trabalho, além de aumentar de 23,5% para 32% a quantidade de domicílios sem nenhuma renda do trabalho. Segundo estimativas do autor, o Auxílio Emergencial conseguiu cobrir 45% do impacto da pandemia sobre a massa salarial, além de ter sido essencial para a manutenção da renda dos domicílios mais afetados pela crise econômica (CARVALHO, 2020, p.32).

Desta forma, com o acréscimo de renda advindo do AE, as famílias puderam amenizar mesmo que parcariamente as perdas de renda derivadas da crise econômica. Isso, por sua vez, não significa que o benefício garantiu a superação das problemáticas complexas que envolvem pobreza monetária e multidimensional de acesso a políticas e serviços básicos essenciais, mas como tratado no capítulo II deste trabalho mitigou no mínimo o avanço do processo de empobrecimento dessas famílias.

Assim, Barbosa e Prates (2020) afirmam que “os cinco primeiros meses do AE elevaram a renda domiciliar *per capita* em R\$ 178,00, sendo exitoso em proteger os mais pobres, ao menos no que tange as privações monetárias”. Todavia, o autores também alertam que os impactos positivos do AE sobre a pobreza e a desigualdade são temporários, uma vez que “encerrando o benefício, volta-se a experimentar um aprofundamento na condição de pobreza e desigualdade, às vezes em intensidades maiores que as registradas antes do benefício” (BARBOSA, PRATES, 2020, p.14-19).

Por isso, Toneto, Ribas e Carvalho (2021) dizem que,

a elevação dos indicadores de pobreza e desigualdade no início de 2021 reforça a necessidade de financiar a expansão de programas de transferência de renda no Brasil, inclusive o próprio Bolsa Família. Pois, é insuficiente para funcionar como uma rede de seguridade para a população cuja renda oscila bastante e está sujeita a cair na extrema pobreza (TONETO; RIBAS; CARVALHO, 2021, p. 16).

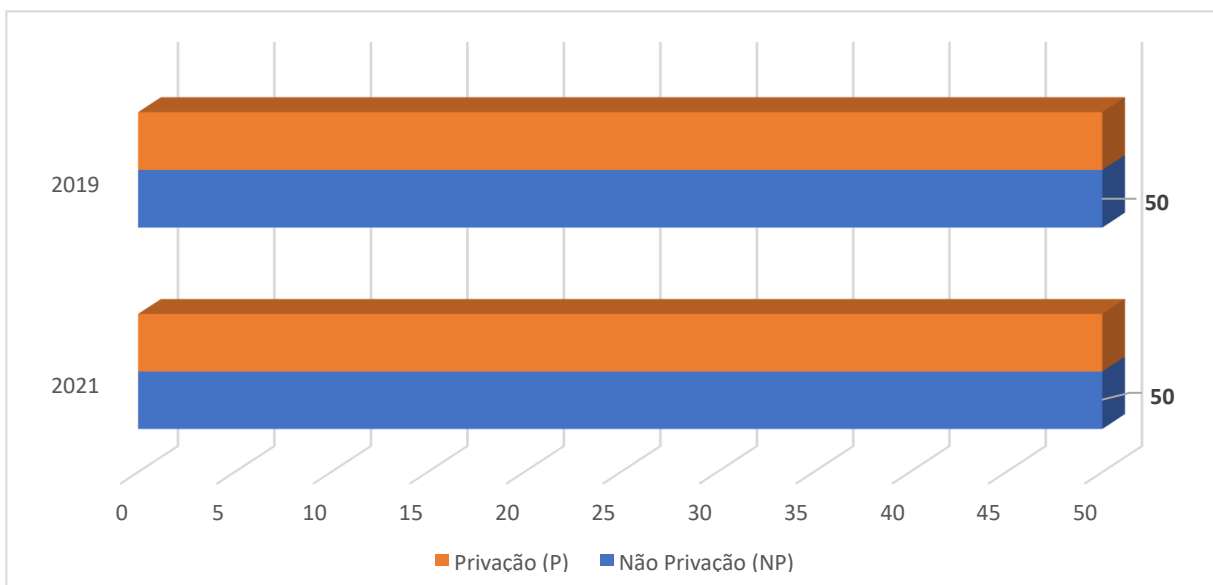
Em março de 2021, após negociações no congresso nacional brasileiro, fora aprovado o Auxílio Emergencial 2021, porém este possuía uma proposta financeira mais modesta e restrita que o benefício do ano de 2020. Os valores pagos variavam entre R\$ 150,00 a R\$375,00 com

uma cobertura agora inferior de apenas 45 milhões de pessoas (LUZ, 2021, p. 29).

Na pesquisa de campo, neste indicador, não é possível trabalhar com o comparativo entre 2019 e 2021, pois no ano que precede a pandemia o AE inexistia, então nenhuma das famílias o recebiam, assim, se fosse apresentar o percentual de privação ou não privação, isso significaria que 100%, em 2019, estariam privados deste indicador, o que não procede e não corrobora para a contabilização do IPM na dimensão e indicador em questão.

Contudo, apresenta-se o índice percentual de 2021, quando o novo auxílio emergencial (2021) estava sendo pago entre o mês de abril e outubro do referido ano totalizando sete parcelas. Assim, quando perguntado se alguém da família teve acesso ao auxílio emergencial em 2021 estavam em situação de privação 27,1% destes e 72,99% se encontravam não privados do benefício.

Gráfico 17: Acesso aos serviços públicos e/ou privados



Fonte: ROCHA, 2023.

Segundo a Pnad (2019) sobre os serviços de saneamento básico e energia elétrica no Brasil, 85,5% da população brasileira possuíam acesso à rede geral de distribuição de água como principal forma de abastecimento, 68,3% tinham acesso à rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica ligada à rede, 99,5% tinham acesso à energia elétrica proveniente da rede geral e 84,4% acesso à coleta de lixo. Esses dados evidenciam um panorama geral do Brasil e entram em certo momento em conflito direto com a realidade amazônica como evidenciado no gráfico 6 sobre instalações sanitárias quando observa que apenas 25% da capital de Manaus contemplada pela rede de esgotamento sanitário. Isto por sua vez, alerta para a necessidade de pesquisas que se aproximem da realidade, desvelando comunidades, bairros, regiões que ainda sofrem com a privação de serviços básicos à vida.

Os dados da pesquisa de campo mostram que em 2019 e 2021 o percentual de famílias com acesso aos serviços públicos e/ou privados de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário é de 50%, sendo a metade da amostra entrevistada considerava privada do acesso aos serviços e a outra metade considerava ter o acesso a estes. O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional por meio do Sistema Nacional de Informações Sanitárias (SNIS), apresentam dados relativos ao ano de 2021 que indicam 83,3% da população total do estado do Amazonas com acesso à rede de abastecimento de água, 14,6% com acesso à rede de esgoto e 81,5% com cobertura de coleta domiciliar de resíduos sólidos. Os dados continuam dizendo que do esgoto coletado pelos 14% de cobertura, 20,55 recebem algum tratamento e que seis municípios (11,5%) possuem coleta seletiva e por isso ao ser feita uma análise de risco, 10,5% dos domicílios encontram em risco de inundação (SNIS, 2023).

Assim, após apresentar individualmente as dimensões e indicadores implementados nesta pesquisa pode-se ilustrar o resultado da pesquisa, por meio da tabela 2.

Tabela 2: Comparativo e cálculo do IPM entre os anos de 2019 e 2021

	2019	2021
Taxa de Incidência (H)	0,56	0,85
Intensidade da Pobreza (A)	0,45	0,47
Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	0,25	0,40

Fonte: ROCHA, 2023.

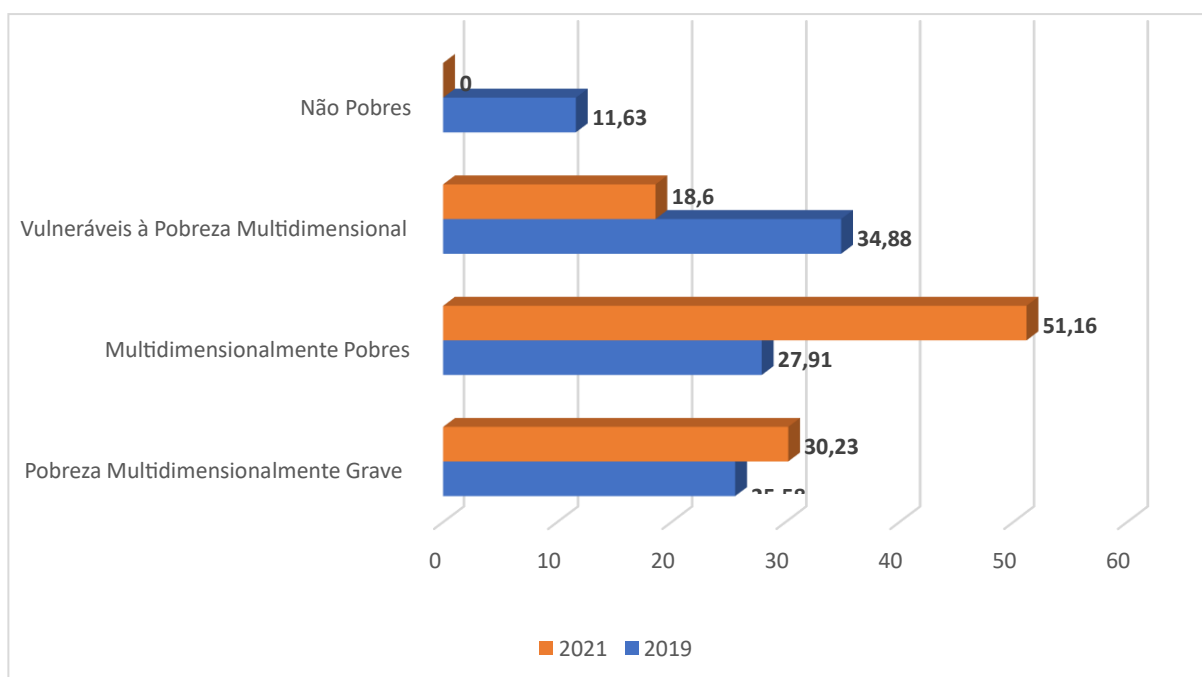
A saber, para 2019 sendo o cálculo de H expresso pela seguinte fórmula $H=qn$ e o cálculo evidencia os seguintes resultados de $H = 0,555$ onde aproximadamente 56% das famílias do bairro Tancredo Neves que participaram da pesquisa encontram-se vivendo em lares multidimensionalmente pobres e $A = 0,445$ onde uma família vive em condição de privação em 45% dos indicadores. Assim, o IPM do ano de 2019 pode ser calculado como $IPM=H*A$, onde chega-se ao resultado de que cada família é 0,25 multidimensionalmente pobre.

Aplicando o mesmo cálculo para 2021, encontra-se os seguintes resultados de $H = 0,852$ onde aproximadamente 85% das famílias do bairro Tancredo Neves que participaram da pesquisa vivendo em lares multidimensionalmente pobres e $A = 0,471$ onde uma família vive em condição de privação em 45% dos indicadores. Assim, o IPM do ano de 2021 pode ser calculado como $IPM=H*A$, onde chega-se ao resultado de que cada família é 0,40 multidimensionalmente pobre.

Desta forma, assegura-se que o IPM do ano de 2019 ao ser comparado com o de 2021 avança 0,15, isto por sua vez, não significa apenas uma métrica e análise econométrica, mas provoca refletir sobre o grau de pobreza vivenciado por estas famílias durante o período estudado. É necessário então, recorrer a este resultado para fomentar as novas reflexões sobre pobreza multidimensional que envolvem para além da compreensão da pobreza o acesso a políticas sociais públicas para estas famílias que experienciaram a condição de vulnerabilidade mais contundente da pobreza.

Dessa forma, gráfico 18 que ilustra as formas de pobreza e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias durante o cenário pandêmico de covid-19.

Gráfico 18: Distribuição percentual de famílias segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais



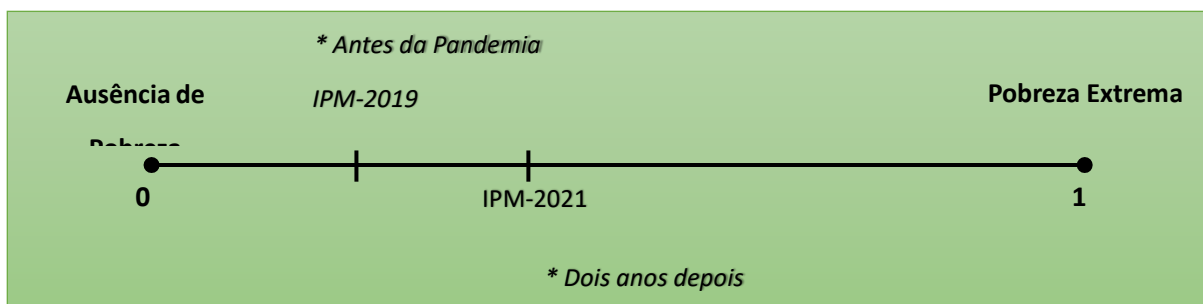
Fonte: ROCHA, 2023.

Onde, decompondo os resultados, infere como resultado que em 2019 e 2021 o percentual de famílias multidimensionalmente pobres era de 27,19% e 51,16% respectivamente. Assim, docorre um crescimento de 23,25% entre os dois anos. Ainda sobre os resultados, em 2019, aqueles que encontravam na condição de pobres multidimensionalmente graves depara-se com 25,58% e em 2021 com 30,23%. Vale ressaltar que as dimensões que expressaram contribuição ao IPM em 2019 foram, em ordem crescente saúde, trabalho, rendimento, proteção social e assistência social. Em 2021, foram respectivamente as dimensões trabalho, rendimento, proteção social, saúde e assistência social ainda em ordem crescente.

Para expressar de uma forma bem objetiva os resultados, ao elaborar uma reta tendo

como 0 a ausência de pobreza em uma extremidade e um a pobreza extrema podemos localizar o IPM dos anos de 2019 e 2021 conforme a figura 9.

Figura 9: Demonstrativo escalar do IPM dos anos de 2019 e 2021



Fonte: ROCHA, 2023.

Assim, é possível constatar que na análise escalar o IPM de 2019 aproxima da ausência de pobreza, enquanto o IPM de 2021 se aproxima da pobreza extrema. Isto corrobora para referendar o objeto desta pesquisa de analisar a repercussão da pandemia no processo de empobrecimento de famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves no município de Manaus.

A austeridade fiscal, os cortes em políticas sociais públicas, a desproteção social e negligências sociais marcaram os últimos anos no Brasil e suas implicações chegam como uma onda que engole aqueles que não possuem o bote salva-vidas do Estado para fazê-los boiar em meio a ondas de fome, de pobreza e de morte. A pandemia não produziu a pobreza, mas escancarou a desigualdade produzida na ordem do capital que mercantiliza a vida e suas necessidades básicas.

De acordo com os resultados, em termos absolutos, pode-se concluir que houve o empobrecimento das famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves durante o cenário pandêmico, uma vez que as famílias experienciaram uma queda na renda familiar, privação de acesso a políticas sociais públicas como saúde e assistência social e a bens e serviços públicos e privados necessários a vida. O encaminhamento de benefícios e soluções para o enfrentamento da pandemia se efetivou de maneira lenta e pode-se afirmar que não alcançou a totalidade daqueles que necessitavam.

Esses resultados indicam também que famílias que moram em diferentes localidades apresentam privações diferenciadas, e isso pode ser investigado em estudos futuros em especial para a região amazônica. Nesse sentido, em termos de implicação para as políticas públicas de combate à pobreza, o Método AF auxilia na formulação de políticas focadas não somente nas privações que a amostra desta pesquisa apresentou, mas também na elaboração de alternativas específicas para as privações familiares.

Jamais se fez tão necessário estudar a pobreza e em especial nos moldes para além da

renda, pois o acesso aos direitos garantido pelo Estado que a sociedade pode avançar no exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi elaborada com o objetivo central investigar a repercussão da pandemia Covid-19, no processo de empobrecimento de famílias em situação de vulnerabilidade do bairro Tancredo Neves no município de Manaus, no período de 2019 e 2021. Como mostrou a revisão da literatura, há um consenso internacional de que a pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões e, portanto, análises unidimensionais da renda apesar de demonstrarem algum progresso em analisar a pobreza ainda são insuficientes, fazendo com que a necessidade de recorrer a outro prisma que inclua as diversas dimensões da vida social.

Sob a ótica de Sen (1994, p.41) ser pobre significa “ser privado de capacitações básicas para uma vida decente em sociedade”. Nas análises da pobreza sob a ótica da renda são utilizadas, por outro lado, na perspectiva multidimensional, são reduzidos os estudos publicados, o que faz com que perca de vista as particularidades dos territórios, suas dificuldades e potencialidades. Assim, a adoção de análise de pobreza segundo a perspectiva multidimensional se apresenta como relevantes, pois auxiliam na proposição de políticas públicas efetivas e à população vulnerável, apresentando resposta a problemáticas que extrapolam a dimensão de renda.

Este estudo evoca a concepção de pobreza que afeta as pessoas em múltiplas dimensões, não somente via ausência de renda monetária. A identificação das situações de privações, por meio dos indicadores sugeridos, apresenta uma realidade de compreensão do fenômeno da pobreza. Esse resultado justifica e comprova a escolha da abordagem das capacitações, como alicerce teórico mais adequado para as medidas de pobreza. O investimento na diminuição da pobreza não deve ter como motivação principal a ausência de renda, pois isso representaria uma confusão entre os fins e meios.

É necessário um entendimento das configurações da pobreza e das diversas formas em que se manifestam para que sejam promovidas ações com o intuito de diminuir as privações sofridas pelas pessoas, que não estão ligadas unicamente à renda monetária. O conhecimento de como a pobreza afeta a população manauara de forma mais intensa permite que sejam desenvolvidas políticas antipobreza, focalizadas diretamente nas privações.

O uso dos dados da pesquisa de campo por dimensões e indicadores possibilitou a distribuição conjunta das privações, tendo a família como unidade de identificação, assim sendo, o estudo contemplou seis dimensões de pobreza: Saúde; trabalho, rendimento e proteção social, habitação, educação, assistência social e acesso a serviços básicos públicos e/ou

privados. Neste sentido os resultados contribuem para demonstrar a que as dimensões em que as famílias do bairro Tancredo Neves se mostraram mais vulneráveis no âmbito da assistência social, saúde e trabalho, rendimentos e proteção social, em especial nos anos de 2019 e 2021.

Assim, observa que durante o cenário de crise sanitária provocada pela pandemia de covid 19 que assolou o Brasil e o mundo entre os anos de 2020 e 2023 houve um empobrecimento das famílias pesquisadas, isto pode ser observado a partir da comparação do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) calculado entre os anos de 2019 e 2021, onde o cálculo da taxa de incidência (H) e a intensidade de pobreza (A) resultaram no IPM para 2019 e 0,25 e para 2021 de 0,40.

A mensuração da pobreza multidimensional é um primeiro passo para que os direitos sociais previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988 se tornem realidade para a população brasileira. É indubitável que uma dimensão ou indicador garanta respostas ou alternativas as questões que envolvem privações e a pobreza, mas é necessário dizer também que uma proposta de política, plano, programa, projeto ou qualquer ação voltada à população sem indicadores não alcança os resultados. O IPM calculado representa um esforço no sentido de propor novas formas de orientar políticas sociais públicas que culminem na melhoradas condições de vida das pessoas que sofrem as privações como é o caso do período de crise sanitária estudado neste trabalho.

Esta pesquisa, apesar de ser ater a uma amostra da população do bairro Tancredo Neves, de Manaus, do Amazonas e do Brasil conseguiu alcançar dimensões que revelam as condições da região manauara tendo como referência para a escolha dos indicadores o portfólio bibliográfico e escolhas de autores que possibilitaram conhecer as vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias, o que representa um avanço para a literatura e a comunidade científica, por apresentar respostas a perguntas existentes e por fomentar reflexões para novas pesquisas e novos trabalhos e por lançar luzes a uma questão relevante que atravessa a história deste país e em especial da vida de famílias manauaras vivenciada com intensidade por uma parcela da população marginalizada e desprotegida. Seria equívoco assumir que a substituição de renda como medida de pobreza poderia trazer outros resultados, mas afirma-se mais uma vez como é essencial complementá-la, sendo esta uma área em pleno desenvolvimento e de intenso debate internacional, torna-se central acompanhar a sua evolução, testar, comparar, construir e implementar novas metodologias, tendo em vista o planejamento de políticas públicas de superação da pobreza e promoção do desenvolvimento humano, social, econômico e político.

A magnitude deste estudo, por sua vez, não começa e não se esgota aqui, mas será um

aporte teórico metodológico, em especial para o Serviço Social brasileiro, de compreensão da pobreza e que pode ser levado a níveis mais estruturais, reforçando e necessidade da compreensão e o enfrentamento a pobreza com argumentos e ações concretas e consolidadas na materialidade da vida social. No caminhar de execução deste estudo enfrentou-se percalços, tanto no que diz respeito a dados sobre a realidade dos estados e municípios brasileiros e aqui destaca-se o o estado do Amazonas e a cidade de Manaus, mas também por questões operacionais, tendo em vista, que a pesquisa foi realizada ainda em período de crise sanitária.

É diante dos resultados e considerações extraídas desta análise e da interrelação entre Estado, políticas sociais públicas e pobreza garantida no decorrer deste trabalho que afirma-se que diversas privações vivenciadas pelas famílias no bairro Tancredo Neves durante a pandemia de Covid-19. Sendo o principal deles é o de romper com a marginalização e descaso com as políticas sociais públicas no âmbito do Estado, ao qual os planos e ações de crescimento econômico suplantam as necessidades e demandas sociais.

Então, o desafio ainda é de interromper o projeto de enfraquecimento do Estado, das políticas e das instituições a ele associadas, fortalecendo-as aumentando a receita de recursos públicos internos e o investimento em saúde, educação, habitação, saneamento e fomento ao crescimento econômico que garanta o acesso ao trabalho protegido e bem remunerado de forma a garantir as condições financeiras e políticas para que as famílias possam ter acesso a bens públicos e privados necessários a uma vida digna.

É necessário exigir ao Estado um lugar de articulador e promotor das transformações necessárias, abandonando a visão dominante de políticas sociais como fonte de despesas e endividamento público e se reconheça a essencialidade delas para a garantia dos direitos humanos e redução da pobreza nos seus múltiplos aspectos. Pois só assim, enfrenta-se a redução da pobreza multidimensional ao recorrer aos indicadores de desenvolvimento.

Deste modo, a análise da pobreza não deve se distanciar de reflexões críticas sobre o Estado, a economia e os direitos sociais, tampouco pode ignorar as configurações sócio-históricas que marcam e condicionam a criação e a execução das políticas sociais públicas no Brasil. Pois, restringir a quantificar e/ou identificar os pobres, sendo que cabe aos assistentes sociais defender o atendimento de necessidades humanas básicas no contexto de crise, seja ela sanitária, política ou social, além do exercício da autonomia, da liberdade e emancipação humana consoante aos princípios éticos, teóricos, metodológicos e operativos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana**. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33, p.57-68, 2015.
- ALEIXO, N. C. R.; SILVA NETO, J. C. A. D.; ALMEIDA, R. B. D.; AMORIM PEREIRA, U. D. **Vulnerabilidade Social e Covid-19 na cidade de Manaus-AM. Nota Técnica Covid-19 N°006, 20/05/2020**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação (SEDECTI), Governo do Estado do Amazonas. 2020.
- ALEIXO, N.C.R.; SANT'ANNA NETO, J.L. **Clima e saúde: diálogos geográficos**. In: Revista Geonorte, Manaus, v.8, n.30, p.78-103, 2017.
- ALKIRE, S; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty measurement**. Journal of Public Economics, nº 7, v. 95, p. 476-487, 2011a.
- ALKIRE, S; FOSTER, J. **Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement**. Journal of Economic Inequality, nº. 9, p. 289-314, 2011b.
- ALKIRE, S; FOSTER, J; SETH, S; SANTOS, M. E; ROCHE, José M; BALLON, P. **Multidimensional poverty measurement and analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ALKIRE, S; FOSTER, J; SETH, S; SANTOS, M; ROCHE, J; BALLON, P. **Multidimensional poverty measurement and analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ALKIRE, S; SANTOS, M. **Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries**. OPHI Working Paper 38, University of Oxford, 2010.
- ALMEIDA, R.B. **Análise socioambiental da morbidade da malária em Manaus-AM**. Dissertação de mestrado em Geografia: PPGEORG/UFAM, Manaus, 2019.
- ALVES, R. L. **A concepção de Estado de Thomas Hobbes e John Locke**. Texto extraído de Jus Navigandi. PUC RJ. 2006.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1º Ed. Editora Boitempo, 2018.
- AYRES, J.R.C.M. et al. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In: Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. CZERESNIA, D. (org.) 2 eds. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, p. 121-144, 2009.
- BAGOLIN, I. P; ÁVILA, R. P de. **Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches**. In: XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPEC, 2006, v. 1, p. 39-50.
- BARBOSA, R. J; PRATES, I. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP n. 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. Brasília: Ipea, 2020. p. 14.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. **O Índice De Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, out/2003.
- BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S; **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; CISLAGHI, J. F; SOUZA, G. **Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a Política Social**. In: BRAVO, M. I. S; MATOS, M.C; FREIRE, S. M. F. (Orgs.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BELFORTE, L. C. M., REIS, R. S. P., PAULINO DA SILVA, G., CAVALCANTE, M. M. A. **Leitura geográfica no contexto da Covid-19 em Rondônia ao norte do Brasil**. *Revista Tamoios*, 16(1), 145-153, 2020.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Editora Universidade de Brasília, 13º, 2000, Vol 2. P 141-148.

BORGES, A; KRAYCHETE, E. S. **Mercado de Trabalho e Pobreza: discurso e evidência na trajetória brasileira recente**. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, p. 231-243, Maio/Ago. 2007.

BORGES, M. E. S; MATOS, M. C de. **As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade**. In: BRAVO, M. I. S; MATOS, M.C; FREIRE, S. M. F. (Orgs.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRANT, V.C. **Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo**. In: SINGER, P.; BRANT, V.C. (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1983.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. IBGE – Rio de Janeiro, RJ, 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico de 2009**. IBGE – Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico de 2017**. IBGE – Rio de Janeiro, RJ, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). **Portal Cidades e Estados – Manaus**, 2020.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**. Assuntos. 2016.

BRASIL. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **De volta ao capital mercantil**. In: D'INCAO, M. A. *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BRITO, J. **Estado social e pobreza no Brasil [manuscrito]: garantismo e renda básica / Juliano Brito – 2020.** Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade La Salle, “Orientação: Prof. Dr. Sérgio Urquhart Cademartori”, Canoas, 2020.

BUAINAIN, A. M; DEDECCA, C. S; NEDER, H. D. **Características regionais da pobreza rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas.** In: BUAINAIN, A. M; DEDECCA, C. (Org.). *A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional.* Brasília: IICA, 2013, cap. 2. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 17).

CALMON, T. V. L. **As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes.** *NAU Social*, v.11, n. 20, p. 131-136, 2020.

CARVALHO, S. S. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19.** *Carta de Conjuntura*, Brasília, n. 48, p. 8-10, 2020.

CARRARO, D. **A política de assistência social no Brasil e no Chile: o binômio da focalização x universalização.** 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CASTRO, A. T. B. de. **Apontamentos sobre a classe trabalhadora brasileira nos processos de reestruturação do trabalho.** In: BRAVO, M. I. S; MATOS, M.C; FREIRE, S. M. F. (Orgs.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo.* Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

COBO, B; ATHIAS, L; MATTOS, G. G. de. **Multidimensional poverty in Brazil through fundamental social rights realization: an analytic proposal.** IARIWIBGE Conference on Income, Wealth and Well-Being in Latin America, Rio de Janeiro, 2013.

CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa.** Brasília: IPEA, abr/2008. 30 pp.

COSTA SILVA, R. G. **Pandemia e Desigualdades socioespaciais no Brasil. O caso de Manaus, Amazônia.** Centro de Estudos Geográficos (CEG). *Finisterra*, p. 69-74, 2020.

CRONEMBERGER, I. H. G. M; TEIXEIRA, S. M. **Famílias Vulneráveis como Expressão da Questão Social e à Luz da Política de Assistência Social.** *Revista INTERFACE*, v.9, n.2 jul/dez, Natal, Rio Grande do Norte, 2012

CURRALERO, C. R. B. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

DEMO, P. **Combate à Pobreza: desenvolvimento como oportunidade.** (Coleção educação contemporânea), Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Conjuntura**, nº 29, Junho / Julho de 2021.

DYE, T.D. **Understanding public policy.** Prentice-Hall: Englewood Cliffs, N.J, 1984.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo, SP: Global, 1985.

FAHEL, M.; TELES, L.R.; CAMINHAS, D. A.; **Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 3 nº 92 outubro/2016.

FERLA, G. B; ANDRADE, R. B. **A transição de feudalismo para o capitalismo.** Synergismus scyentifica Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), Pato Branco, 2007.

FERREIRA, A. C. D. X; SILVA, A. K. C. **Ensaio acerca da anunciada tragédia brasileira: A crise do capital e o aprofundamento das desigualdades em tempos-espacos de pandemia.** Revista Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021.

FLEURY, S. **Política assistencial: A seguridade social e os dilemas da inclusão social.** Rap: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n 3, p.449-469, 2005

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, S. de M; CORTES, T. L. **Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão.** In: BRAVO, M. I. S; MATOS, M.C; FREIRE, S. M.F. (Orgs.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS (FVS/AM). **Boletim da Situação Epidemiológica de COVID-19 e da Síndrome Respiratória Aguda Grave no Estado do Amazonas, 2020.** Ano 1, n. 1, 27 de março de 2020. Disponível em: <http://www.fvs.am.gov.br/publicacoes>.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GALHEIGO, S. M.; **Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teóricos conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 28(1), 5-25, 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONÇALVES, F. de O; ANDRADE, K. R. de; ARAÚJO, L. R. C. de; ROSA, T. M. **Índice Multidimensional de Pobreza (IMP): as dimensões da pobreza no Distrito Federal e suas políticas de enfrentamento.** Texto para Discussão TD – n.6 (2015) - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K.; **The definitiion and measurement of poverty.** The Journal of Human Resources, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring, 1988.

HAYEK, F. A. V. **Direito, Legislação e Liberdade.** São Paulo. Visão, 1985.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito.** Tradução de Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.

HELD, D. **Modelos de democracia.** Belo Horizonte: Paideia, 1987.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** Temporalis: Brasília, ano 2, n.3, p. 33-40, p. 2001.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. D. **Relações sociais e serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 10. Ed. São Paulo. Cortez. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 41ª ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e socioeconômica. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tipologias intraurbanas: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 164p.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. (Trabalho & Contemporaneidade). São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/ UFBA, 2008.

JUNIOR, R. R. F.; RITA, L. P. S. **Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas**. Cadernos de Prospecção – Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 459-476, abril, 2020.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R.; **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1, (26), p. 79-112, jan./jun., 2006.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

LACERDA, F. C. C.; PESSOTI, G. C.; SILVA, J. S. A. **Reflexões sobre o estudo da pobreza: o que há de novo no debate atual?** Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XV, n o 27, junho, Salvador, 2013.

LASWELL, H. **Política: quem ganha o que, quando, como**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984

LEHER, R. **Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia**. In: MOTA, A. E. (org.). Desenvolvementismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 7-19.

LUZ, F. D. **Efeito da pandemia de COVID-19 sobre a pobreza e desigualdade de renda no Brasil no ano de 2020**. TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Profº Drº Vinícius de Araújo Mendes. Salvador, 2021.

LIRA, A. E. G.; ASSIS, L. M. L; MASS, L. P. W. D; AMORIN, M. S. M. A.; VILAÇA, T. O. **Índice de Pobreza Multidimensional**. Núcleo de Inteligência Social (NIS), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, novembro, 2020.

LYNN, L. E. **Designing public policy: A casebook on the pole of policy analysis**. Santa Monica, Goodyear: Calif, 1980.

MAGRO, A. F. do N; REIS, C. N. dos. **Programas de transferência condicionada de renda: um meio para controle e manutenção da pobreza ou uma resposta ao ajuste estrutural?** In: Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social / Gleny Terezinha

Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

MANAUS, Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Informação (SEDECTI). **Mapa da população estimada por bairro de Manaus – AM.** 2021.

MANAUS, Secretaria Municipal de Saúde do Amazonas. **Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas: Painel Covid – 19 Amazonas.** Manaus, Amazonas, 2020.

MANAUS. Fundação de Vigilância em Saúde. (FVS). **Painel COVID-19 Amazonas – 13/06/2020** [Amazonas COVID-19 Panel – 06/13/2020].

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARIN, S. R.; GLASENAPP, S; VIEIRA, C. A.; DINIZ, G. M; PORSSE, M. C. S; OTTONELLI, J; **Pobreza Multidimensional em Silveira do Sul/RS: uma aplicação do método Alkire-Foster (AF).** Revista de Administração, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS, v. 11, nº 2, p. 247-267, 2018.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar editores, Biblioteca de Ciências Sociais, 1967.

MARTINS, J. de S. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. **Economic manuscript of 1861-63.** In: Marx and Engels Collected Works. London: Lawrence & Wishart, 1988 (1861-63); vol. 30, pp. 9-451.

MARX, K. **População, crime e pauperismo.** 1859.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MCKIBBIN, W.; FERNANDO, R. **The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios.** CAMA Working Paper, [S.l.], 19/2020.

MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potencial, Limits.** Policy Currents. Fevereiro, 1995.

MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6ª Ed. Editora Cortez, 2014.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social.** Biblioteca Básica do Serviço Social, Cortez Editora, 2011.

NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C. da. **A pobreza rural no Brasil: uma abordagem de mensuração multidimensional.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio (Org.). A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, 2013, cap. 9. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 17).

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.) Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. Revista Novos Rumos, v. 50, n. 1, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

O GLOBO. **Prefeitura arrecadou R\$ 675 milhões após mudar IPTU**. Net, fev. 2020. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/em-2018-prefei-turaarrecadou-675-milhoes-mais-apos-mudar-iptu-22448365>>.

OIT. **Pandemia expõe lacunas na cobertura de proteção social dos países em desenvolvimento**. S. L. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85795-oit-pandemia-expoe-lacunas-na-cobertura-de-protecao-social-dos-paises-em-desenvolvimento>.

OLIVEIRA, J.A.; COSTA, D. P. **A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (30), 2007.

PANIAGO, M. C. S. **A crise estrutural e a centralidade das classes sociais**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2014.

PEREIRA, A. J.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M. G. **Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas**. Rev. Augustus, v. 25, nº 51, p. 219-236, jul./out; Rio de Janeiro, 2020.

PEREIRA, U.A.; ALEIXO, N.C.R. **Saneamento ambiental e Leptospirose humana em Manaus, AM**. In: Ambiente e saúde: pensar, aplicar e agir. GUIMARÃES, R.B.; DIAS, L.S. (orgs.). 1ed. Tupã: ANAP, 2019.

PERES, T. A. **Subsídios para o entendimento da estratificação da pobreza paulista e mecanismos para a sua superação**. Plan: avaliação, monitoramento, pesquisa social. S.L. 1987.

PESSOTI, F. C. C. L. **Políticas sociais e dinâmica econômica e suas relações com a pobreza multidimensional: uma análise para os pequenos municípios da Bahia**. / Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti. - 2020. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia, Salvador, 2020.

PETERS, B.G. **American public policy**. Chatham House: Chatham, N.J, 1986.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **A próxima fronteira: o desenvolvimento humano e antropoceno**. Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. 16 dez 2020.

REZENDE, M. J. D. **O combate à pobreza multidimensional e seus desafios: uma análise dos Relatórios do Desenvolvimento Humano encomendados, anualmente, pelas Nações Unidas**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: E Papers, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et. al.) – 3ª ed. – 14ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** - Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 244. 2003.

RODRIGUES, C.T.; HELFAND, S. M.; LIMA, J. E; **Novas linhas de pobreza para o Brasil: uma análise a partir das pesquisas de orçamentos familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009.** Economia Aplicada, v. 22, n. 1, 2018, p. 5-36.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SANTOS, L. T. dos; JUNIOR, G. S. e PAIVA, D. M. **O Banco Mundial e as políticas de combate à pobreza na América latina: uma crítica sobre seus relatórios de 1990 a 2006.** Revista de Debate Econômico, V1. Nº 1, 2013.

SEN, A. A. **Desenvolvimento como liberdade.** Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

SEN, A. K. **Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações.** Lisboa: Terramar, 1999.

SERNA, M. **Pobreza y políticas de la pobreza: desafíos para La construcción de la ciudadanía social em el Uruguay contemporâneo.** In SERNA, M. (org.). Pobreza y (des)igualdad em Uruguay: una relación en debate. Clacso: Uruguay, 2010, p. 135-154.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil urbano e rural.** Campinas, SP: [s.n.], 2017. Orientador: Walter Belik. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

SILVA, A. F. **Ensaio sobre a pobreza no Brasil.** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SILVA, G. S. da. **Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégias da captura do fundo público pelo capital portador de juros.** In SALVADOR, E; BEHRING, E; BOSCHETTI, I. e GRANEMANN, S. (org.). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo Cortez, 2012. p. 209-240.

SILVA, H. H. C. da; DIAS, M. das G. S. **Narrativas sobre a pandemia por covid 19 nos estados do Amazonas e Roraima.** SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ano 20, nº 01, janeiro / junho, 2020.

SILVA, M. O. **Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./ dez. 2010.

SILVA, M. O. YAZBEK, M. C; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos /** Luana Siqueira. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, L. **O desastre social: os porquês da desordem mundial.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro. Editora Leya, 2017.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SPOSITO, M.E.B; GUIMARÃES, R. B. **Porque a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia.** 26 mar. 2020.

STEWART, F. **Basic needs approach.** In: CLARK, David (org.). The Elgar Companion to development studies. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TONETO, R; RIBAS, T; CARVALHO, L. **Como a redistribuição de renda pode ajudar na recuperação da economia? os efeitos multiplicadores da tributação dos mais ricos para transferência aos mais pobres**. São Paulo: MADE/USP, 2021. (Nota de Política Econômica, n. 008).

UL HAQ, M. **The human development paradigm**. In: SECONDI, G. The Development Economics Reader. London & New Yoirk: Routledge, 2008. Cap. 2, p. 28-33.

UL HAQ, M. **A cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo**. São Paulo: Nacional, 1978.

UNDP. **Human Development Report 2010: The real wealth of nations: pathways to human development**. New York, 2010.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2015: Work for human development**. New York, 2015a.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **The Millennium Development Goals Report 2015**. New York: United Nations, 2015.

VIANNA, M. L. W. **Constatação perturbadora**. Jornal da UFRJ, Rio de Janeiro, p. 16, maio de 2007.

VIEIRA, C. A; KUHN, D. D; MARIN, S. R. **Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010)**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº48, jan/jun, 2017.

VIEIRA, F.S. **Indutos do gasto direto do ministério da saúde em medicamentos (210-2019)**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2021.

WORLD BANK. **Monitoring global poverty: a cover note to the report of the Comission on Global Poverty**, chaired by Prof. Sir Anthony B. Atkinson. 2016^a

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Temporalis: Brasília, ano 2, n.3, p. 33-40, p. 2001.

YAZBEK, M. C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 110, p.288-322, abr./jun. 2012.

YUSUF, K. A. **Um ensaio sobre a pobreza no Brasil: métricas de pobreza segundo dados da PNAD contínua**. 2020. 65 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Economia Regional). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÍVEL MESTRADO
SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos você a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“ENTRE POBREZA E PANDEMIA: um estudo multidimensional sobre as famílias vulneráveis no bairro Tancredo Neves em Manaus”**, de responsabilidade do pesquisador **Igor de Oliveira Rocha**, mestrando em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e sob orientação do professor **Dr. Yunier Sarmiento Ramirez**. A pesquisa tem por objetivo geral: Analisar a repercussão da pandemia na pobreza multidimensional das famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves no município de Manaus. Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa pretende: aprofundar o debate sobre a pobreza a partir de uma abordagem multidimensional e a relevância da sua erradicação enquanto expressão da Questão Social; Elucidar as estratégias e políticas públicas sociais utilizadas pelo Estado no enfrentamento a Pobreza no contexto de acirramento do capital; Evidenciar as implicações da pandemia de covid-19 a partir de um índice de pobreza multidimensional para as famílias vulneráveis do bairro Tancredo Neves na cidade de Manaus.

O (a) senhor (a) foi escolhido por morar na região geográfica delimitada como locus da pesquisa, ou seja, o bairro Tancredo Neves na cidade de Manaus. Diante disto, este estudo se faz relevante, pois, elucidada a sociedade civil, academia e instituições científicas quais foram os impactos de ordem social e em especial aqueles relacionados a pobreza que são decorrentes da nova pandemia do Covid-19, sendo este um tema recente, novo e de interesse público.

Teoricamente, esta pesquisa apresenta como contribuição um estudo realizado sobre a relação entre a pandemia do novo coronavírus e a pobreza que pode ser pioneiro ao analisar uma realidade tão inusitada, complexa de agravamento de uma doença que provocou diversos impactos na sociedade

Medir a pobreza de forma multidimensional é essencial para que ações voltadas para o combate da pobreza sejam direcionadas ou focadas nas dimensões ou nos desafios que as pessoas estão efetivamente enfrentando.

Para o Serviço Social, esta pesquisa torna-se significativa, pois, realiza um estudo sobre a pobreza enquanto expressão da questão social e agravada pela crise sanitária e social da pandemia do coronavírus, temáticas tão presentes no cotidiano de trabalho do/a assistente social nos últimos anos e que precisam ser cada vez mais destrinchadas principalmente em um período político, social e econômico em que as políticas sociais públicas têm se mostrado fundamental no combate às mazelas sociais existentes e que ao mesmo tempo sofre ataques constantes.

Para o programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia este trabalho contribui expressivamente ao ser o primeiro trabalho a realizar uma análise deste cunho levando em consideração as particularidades da Amazônia no contexto pandêmico a partir de uma análise multidimensional da pobreza.

Você tem o direito de não responder a qualquer pergunta que for feita, caso não queira ou não se sinta à vontade. Além disso, é livre para permitir ou não que a entrevista seja gravada por aparelho de gravação de áudio e tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o (a) senhor (a). É importante que o (a) senhor (a) saiba que a investigação científica oferece riscos aos sujeitos envolvidos, e esta pesquisa não é diferente.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 07 de abril de 2016, a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos sujeitos da pesquisa. Citamos ainda, a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, item II, ponto 22, que assinala que, caso haja danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, a pesquisador responsável deverá reparar o dano ou ressarcir o prejuízo do sujeito.

Desse modo, caso seja identificado que a pesquisa prejudicou de alguma forma o (a) senhor (a), você poderá receber indenização/reparação, ao ser encaminhado para serviços de apoio, tais como: psicologia, Serviço Social, médico e outros que se fizerem necessários, sem qualquer ônus. Cabe mencionar ainda que, caso o (a) senhor (a) ou seu acompanhante tenham alguma despesa com alimentação, transporte e outras em função da pesquisa, estas devem ser ressarcidas pelo pesquisador responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas seu nome não será divulgado, sendo

guardado em sigilo.

Se o (a) senhor (a) concordar em participar, deverá assinar este **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, o qual será impresso e assinado em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com o (a) senhor (a). Para qualquer informação, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com os pesquisadores pelos telefones: (93) 99234-5180 / (92) 98168-2100; e-mails: rochaigordeoliveira@gmail.com ou yunier.sarmiento@gmail.com ou pessoalmente na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), situada à Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 - Coroado. Se tiver alguma observação sobre as condições éticas da pesquisa, pode entrar em contato também com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAM, localizado na Rua Teresina, nº 495, Adrianópolis, Manaus-Amazonas, telefone (92) 3305 1181, ramal 2004, e celular 99171-2496, ou pelo e-mail cep.ufam@gmail.com.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO

Eu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha contribuição, e entendi a explicação. Assim, concordo em participar da pesquisa, sabendo que não serei pago (a) e que tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer forma de constrangimento. Tenho ciência de que esta pesquisa pertence à área das Ciências Sociais e que não envolve qualquer risco previsível à minha vida, à minha saúde ou à saúde de outros participantes ou pessoas próximas. Porém, caso haja qualquer problema, os pesquisadores informaram que devem reparar o prejuízo.

Manaus, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do (a) Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Impressão Dactiloscópica

Apêndice B – Instrumento para Coleta de Dados: Formulário



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÍVEL MESTRADO
SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



ENTRE POBREZA E PANDEMIA: um estudo multidisciplinar sobre famílias em situação de vulnerabilidade no bairro Tancredo Neves em Manaus

Pesquisador: Igor de Oliveira Rocha

Orientador: Dr. Yunier Sarmiento Ramírez

1. Número do formulário*

2. Data da entrevista

3. Nome completo do entrevistado/a

O nome do participante será mantido em sigilo em todo o decorrer da pesquisa científica e na análise e publicação dos dados coletados

4. Sexo*

Masculino

Feminino

Outro: _____

5. Idade*

18 a 27 anos

28 a 37 anos

38 a 47 anos

48 a 57 anos

58 a 67

Maior que 67 anos

6. Reside a quanto tempo no bairro Tancredo Neves, Zona Leste

2 a 4 anos

5 a 10 anos

11 a 20

21 a 30+

7. Composição Familiar*

Números de pessoas vivendo no mesmo domicílio

8. Renda Total Familiar em Reais (R\$)*

DADOS SOBRE CONDIÇÃO MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA

*Considera-se a legenda (P) para Indivíduos privados

*Considera-se a legenda (NP) para indivíduos não privados

† DIMENSÃO SAÚDE

9. Os integrantes da família têm acesso aos serviços de saúde?

	Não temos acesso aos serviços de saúde (P)	Temos acesso aos serviços de saúde (NP)
2019	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Possuem condições para comprar medicamentos, caso seja necessário?

	Não possuímos condições para comprar um medicamento necessário (P)	Sim, temos condições para comprar um medicamento necessário (NP)
2019	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. A família possui acesso a instalações Sanitárias (rede geral, fossa séptica, rudimentar)?

	Não possuímos acesso a instalações sanitárias adequadas (P)	Possuímos acesso a sanitárias instalações adequadas (NP)
2019	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

† DIMENSÃO TRABALHO, RENDIMENTOS E PROTEÇÃO SOCIAL

12. A família possui indivíduos empregados?

	Nenhum integrante da família está empregado (P)	Sim, algum integrante da família está empregado (NP)
2019	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. No emprego, a carteira de trabalho foi assinada ou possui contrato de trabalho?

	Não possui carteira de trabalho assinada nem contrato de trabalho (P)	Possui carteira de trabalho assinada ou contrato de trabalho (NP)
2019	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. O rendimento familiar é superior a 1 salário-mínimo de R\$ 1.212,00 (2022)

Não, é inferior a 1 salário-mínimo (P) Sim, é superior a 1 salário-mínimo (NP)

2019

2020

† HABITAÇÃO

15. A moradia (casa, apartamento, residência) é própria? _____

 Não, a moradia (casa, apartamento, residência) não é própria (P) Sim, a moradia (casa, apartamento, residência) é própria (NP)

2019

2020

16. Possui equipamentos domésticos (geladeira, TV, rádio, fogão e chuveiro elétrico)? _____

 Não possuímos equipamentos domésticos (geladeira, TV, rádio, fogão e chuveiro elétrico) (P) Sim, possuímos equipamentos domésticos (geladeira, TV, rádio, fogão e chuveiro elétrico) (NP)

2019

2020

† EDUCAÇÃO

17. Possui indivíduo analfabeto na família? _____

 Sim, existe analfabeto na família indivíduo (P) Não existe na família indivíduo analfabeto (NP)

2019

2020

18. A maioria dos integrantes da família concluiu o ensino fundamental? _____

 Não, a maioria dos integrantes da família não concluiu o ensino fundamental (P) Sim, a maioria dos integrantes da família concluiu o ensino fundamental (NP)

2019

2020

19. Algum integrante da família gostaria de cursar uma qualificação? _____

 Não, nenhum integrante da família gostaria de se qualificar mais, mas tenho oportunidade (NP) Sim, algum integrante da família gostaria de se qualificar mais e não tem oportunidade (P)

2019

2020

† ASSISTÊNCIA SOCIAL

20. Alguém da família é beneficiário/a do Programa Auxílio Brasil (antigo Programa Bolsa Família)?

Ninguém da família é beneficiário/a do Programa Auxílio Brasil (antigo Programa Bolsa Família) (P)	Sim, alguém da família é beneficiário/a do Programa Auxílio Brasil (antigo Programa Bolsa Família) (NP)
2019 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Alguém da família é beneficiário/a do Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

Ninguém da família é beneficiário/a do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (P)	Sim, alguém da família é beneficiário/a do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (NP)
2019 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22. Alguém da família foi beneficiário/a do Auxílio Emergencial (AE)?

Ninguém da família foi beneficiário/a do Auxílio Emergencial (AE) (P)	Sim, alguém da família foi beneficiário/a do Auxílio Emergencial (AE) (NP)
2019 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

✚ ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS PÚBLICOS E/OU PRIVADOS

23. Possuem acesso aos serviços oferecidos pelo setor público ou privado (serviços de energia elétrica, água encanada/tratada/poço, coleta de lixo, drenagem para o esgoto/poço negro e iluminação pública)?

Não possuímos acesso a estes serviços públicos e/ou privados (P)	Sim, possuímos acesso a estes serviços públicos e/ou privados (NP)
2019 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2020 <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DADOS SOBRE CORELAÇÃO ENTRE POBREZA E PANDEMIA

24. O que mudou na sua vida e de sua família durante a pandemia de Covid-19?

-

-

-

25. Em qual/quais área/s familiar estas mudanças mais impactaram?

- Saúde
- Trabalho, rendimento e proteção social

- Habitação
- Educação
- Assistência Social
- Acesso a bens e serviços públicos e/ou privados

26. Como você avalia a atuação do governo municipal no combate à pobreza durante a pandemia de Covid 19?

-

-

-